

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 351 p. dat.

**FRANCISCO TEIXEIRA**  
**(depoimento, 1983/1984)**

### *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito

levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito

pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito

sumário: Lucia Hippolito

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 24/11/1983 a 13/02/1984

duração: 20h 30min

fitas cassete: 21

páginas: 351

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

temas: Aeronáutica, Anticomunismo, Clube Militar, Conspirações, Eduardo Gomes, Escola Naval, Forças Armadas, Francisco Teixeira, Golpe de 1964, Golpe de Estado, Governo Getúlio Vargas (1951-1954), Governos Militares (1964-1985), Henrique Teixeira Lott, Integralismo, Marinha, Militares, Militares E Estado, Ministério da Aeronáutica, Nacionalismo, Repressão Política, Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

## Sumário

### 1ª Entrevista: 24.11.1983

A política nas forças armadas; forças armadas e democracia; os militares brasileiros e o golpismo; legalidade x democracia; o movimento de 1964 e a opinião pública; os militares e as sucessões presidenciais brasileiras a partir de 1964; os interesses americanos no Brasil e a ditadura militar; coesão x divisão ideológica nas forças armadas; a "república do Galeão" (1954); os militares golpistas após a morte de Vargas; o 11 de Novembro; os militares e a posse de João Goulart(1961); civis, militares e o futuro da democracia no Brasil; o início da discriminação político-ideológica nas forças armadas(1935); o fim das lideranças pessoais nas forças armadas; a necessidade de democratização dos regulamentos militares; a doutrina de segurança nacional; o conceito de segurança nacional; a participação do militar na vida nacional enquanto cidadão; o papel dos clubes de militares; a importância do Clube Militar; os ministros do Exército e da Aeronáutica do governo Figueiredo; a possibilidade de criação de um ministério da defesa; ministros civis em pastas militares; a democratização do recrutamento nas forças armadas; a opção pela carreira militar; a derrota dos militares argentinos na Guerra das Malvinas(1982); a Escola Superior de Guerra; a opção do entrevistado pela aviação; a aviação naval e a aviação militar; Eduardo Gomes e a criação do Ministério da Aeronáutica; origens familiares; atividades do pai; parentesco do entrevistado com Edmundo Bittencourt; relações entre o pai e Getúlio Vargas; o curso na Escola Naval; a aviação naval; o Correio Aéreo Militar e o Correio Naval; a Missão Francesa no Exército e a Missão Americana na Marinha; primeira experiência de vôo; a viagem de guarda-marinha; o curso de aviação na Escola Naval; experiência de vôo no Exército e na Marinha; o elitismo da Marinha brasileira; a Escola de Aprendizes Marinheiros; a disciplina a bordo dos navios; a disciplina na Aeronáutica; primeiros estudos; os professores da Escola Naval; o almirante Álvaro Alberto; a rotina de estudos na Escola Naval; vida de rapaz; a revolta do encouraçado São Paulo(1924); a Revolução de 30; atividades políticas do pai; a Aliança Liberal e a Escola Naval; os "tenentes"; a morte de Siqueira Campos e a defecção de Prestes; os ministros da Marinha entre 1930 e 1945; o governo de Getúlio no Rio Grande do Sul; participação na Revolução de 32 ao lado do governo federal; o tenentismo na Marinha após 1930; a volta à hierarquia na Marinha; a Ação Integralista Brasileira; integralismo e forças armadas; o anti-semitismo na Marinha; o anticomunismo na Marinha; marinheiros comunistas x oficiais integralistas; a carreira militar dos irmãos; a mística da aviação; a aviação brasileira e a Segunda Guerra Mundial; o patrulhamento do litoral brasileiro; a hierarquia na Marinha; "rabanetes" e "picolés"; Trifino Correia

### 2ª Entrevista: 01.12.1983

As intervenções militares na política brasileira antes e depois de 1935; a Aliança Nacional Libertadora; as anistias aos militares; avaliação da Revolta de 35; a Revista do Clube da Aeronáutica; o "perigo comunista"; a repressão aos militares envolvidos na Revolta de 35; Filinto Müller e Prestes; o Clube Militar até 1964; a transferência para Florianópolis(1936); as promoções nas forças armadas; a "lei da praia"; a repressão aos militares após 1964; cassação de patentes e condecorações; a reunião dos generais em dezembro de 1935; as medidas de exceção votadas pelo Congresso(1936-37); Getúlio, Dutra e Góis Monteiro; atuação de Góis Monteiro na Revolução de 32; a campanha presidencial de 1937; partidário da candidatura José Américo; o núcleo integralista na Marinha; o *putsch* integralista(1938); a guarda pessoal de Getúlio; Gregório Fortunato; as forças armadas durante o Estado Novo; o impacto do início da guerra; a aviação alemã; o aparecimento do Messerschmitt; os Aliados e a aviação; as doutrinas de supremacia do poder aéreo; a criação do Ministério da Aeronáutica(1941); o ataque japonês a Pearl Harbour; o *black-out* das cidades americanas; relações com Eduardo Gomes; choques entre Eduardo Gomes e os americanos nas bases aéreas do Nordeste; morte do irmão mais velho em acidente aéreo; subcomandante da Base Aérea do Galeão (1944); oposição de Eduardo Gomes à criação do Ministério da Aeronáutica; cobertura aérea dos comboios da Marinha durante a guerra; as bases

americanas no Nordeste; o Grupo de Aviação de Caça; o casamento(1942); leituras; relações com o catolicismo; o salvacionismo militar; o desprestígio da classe política; a tradição de austeridade da República Velha; curso de estado-maior em Fort Leavenworth(1944-45); a queda de Getúlio e a eleição de Dutra; a FEB; José Pessoa; entrada para o Clube Militar(1944); as eleições no Clube Militar, a campanha "O petróleo é nosso"; os presidentes do Clube Militar entre 1944 e 1964; a campanha para o Clube Militar em 1983

*3ª Entrevista: 07.12.1983*

As eleições no Clube Militar(1950): Estillac Leal x Cordeiro de Farias; a candidatura Vargas(1950); pronunciamentos militares a favor da posse de Getúlio; a Revista do Clube Militar publica artigo condenado a intervenção americana na Guerra da Coréia(1951); o projeto da Petrobrás; o almirante Álvaro Alberto e a política nacional de energia nuclear; as eleições no Clube Militar(1952): Juarez Távora x Estillac Leal; a substituição de Estillac no Ministério da Guerra; inquéritos anticomunistas nas forças armadas(1952): prisões, torturas e cassação de patentes; a Cruzada Democrática; a administração Nero Moura no Ministério da Aeronáutica; os ministros militares do segundo governo Vargas; dualidade de poder na Aeronáutica; Dutra; Escola Superior de Guerra x Clube militar; chefe do Estado-Maior do Comta - Comando de Transporte Aéreo; a situação da Aeronáutica no segundo governo Vargas; a politização da Aeronáutica; Eduardo Gomes e as fidelidades pessoais; a nomeação de Nero Moura para ministro de Getúlio; a pregação de Lacerda na Aeronáutica; Getúlio Vargas durante o segundo mandato; Getúlio e os partidos políticos; Getúlio e a política de massas; o Memorial dos coronéis; os militares e as honrarias; contatos entre os militares nacionalistas e os políticos; o Movimento Militar Constitucionalista (MMC); necessidade de liberdade de pensamento nas forças armadas

*4ª Entrevista: 09.12.1983*

O inquérito de 1952 nas forças armadas: prisões, tortura e cassação de patentes; preso com a filha no início da década de 1970; o quartel da PE na rua Barão de Mesquita, no Rio; o inquérito d 1952 nas forças armadas; infiltração comunista na Marinha: a tradição do encouraçado *Potemkin*; o recrutamento na Marinha; grupo nacionalista x cúpula militar; o levante de Jacareacanga(1956); os ministros da Aeronáutica do governo Kubitschek; o inquérito de 1952 nas forças armadas; o ministério e o inquérito; Osvaldo Aranha; a imprensa e o inquérito; torturas durante o Estado Novo e durante o segundo governo Vargas; os ministros da Guerra do segundo governo Vargas; o Memorial dos coronéis; Nero Moura x Eduardo Gomes; a crise do governo Vargas; a guarda pessoal de Lacerda; o assassinato do major Vaz; a substituição de Nero Moura no Ministério da Aeronáutica; o inquérito policial-militar; a república do Galeão"; o depoimento de Benjamin Vargas; o atentado a Lacerda; as prisões de Alcino, Climério e Gregório; o depoimento de Darci Vargas; a confissão de Gregório Fortunato; a morte de Getúlio; Carlos Lacerda; Lacerda; Juraci Magalhães e Jânio Quadros nas eleições de 1960

*5ª Entrevista: 14.12.1983*

O governo Café Filho; Lott e Zenóbio; Henrique Cordeiro Oest; a candidatura Juscelino; as eleições de 1955; Juarez Távora; o Movimento Militar Constitucionalista (MMC); cédula oficial x cédula única; o discurso de Mamede; Canrobert Pereira da Costa; o 11 de Novembro de 1955; Odílio Denis; o episódio do Tamandaré em Santos; prisões na madrugada de 11 de novembro de 1955; os impedimentos de Carlos Luz e de Café Filho; a posse de Nereu Ramos e o estado de sítio; chefe do Estado-Maior do Comta; as nomeações militares do governo Juscelino; o levante de Jacareacanga; a reação ao levante; a demissão de Vasco Alves Seco do Ministério da Aeronáutica; no Estado-Maior da Aeronáutica; na Escola Superior de Guerra(1957); as eleições no Clube Militar (1958); a demissão de Henrique Fleiuss do Ministério da Aeronáutica; Lott e Denis; no gabinete do ministro Correia de Melo; a questão da energia atômica; eduardistas e lacerdistas na Aeronáutica; o episódio da espada de ouro; Nemo Canabarro Lucas; Lott no Ministério da Guerra; JK-65

*6ª Entrevista: 04.01.1984*

Relações públicas do ministro Correia de Melo; a oposição a Juscelino na Aeronáutica; a compra do porta-aviões Minas Gerais; a pacificação dos brigadeiros; promoção a brigadeiro; chefe-de-gabinete do ministro Correia de Melo; as eleições no Clube Militar (1956 e 1958); a lei Denis; a influência dos adidos militares americanos no Brasil; a visita de Le May ao Brasil; Castelo Branco; a Cruzada Democrática; a viagem do ministro Correia de Melo aos estados; Lott assume o Ministério da Aeronáutica; Ivo Borges; o ministro Correia de Melo; o DAC; a CPI da aviação na Câmara dos Deputados; o levante de Aragarças (1959); a campanha eleitoral de 1960; o apoio de Denis a Jânio Quadros; os ministros militares do governo Jânio Quadros; Grun Moss; a candidatura Lott; o apoio dos comunistas a Lott; Lott e Andrada Serpa; a candidatura João Goulart; PSD e PTB; Jânio Quadros e Leonel Brizola; nacionalismo e democracia; Lott e Geisel; a importância da habilidade política; os recursos de poder; o oportunismo do apoio da esquerda à candidatura Lott; reação da Aeronáutica a Lott; Brasília; Antônio Salazar e Fulgêncio Batista

7ª *Entrevista*: 06.01.1984

O governo Jânio Quadros e a pacificação das forças armadas; ostracismo durante o governo Jânio Quadros; política externa independente; os militares e a política externa; o ministério; o Clube Militar; a renúncia de Jânio; prisão no Corpo de Fuzileiros Navais; o ministro Clóvis Travassos; eleição de Tancredo Neves para primeiro-ministro; subchefe do EMFA; comandante da III Zona Aérea; tentativa de seqüestro de Lacerda pelos pára-quedistas; Arrais x João Goulart; entrevista de Lacerda ao Los Angeles Times; Gustavo Borges; a frustrada prisão de Lacerda; o ministro Segadas Viana; contatos pessoais com João Goulart; a revolta dos marinheiros; a substituição de Sílvio Mota no Ministério da Marinha; os erros do governo João Goulart na área militar; Jair Dantas Ribeiro e Peri Bevilacqua; João Goulart e Carlos Lacerda; fraqueza e inabilidade política de João Goulart; os erros das esquerdas brasileiras; Prestes e Goulart; PCB, CGT e Dante Pellacani; a "república sindicalista"; a oposição a Jango; o embaixador Lincoln Gordon; alternativas para a crise de 1964 na área militar; a fuga de João Goulart; a desorganização das forças governistas durante o movimento de 1964; a greve geral; a adesão de Correia de Melo a conspiração; Castelo Branco e Carlos Lacerda; a adesão de Amauri Kruehl ao movimento revolucionário; o jantar no Automóvel Clube; o "cabo" Anselmo; a revolta dos marinheiros; o CGT e os marinheiros; o almirante Aragão; o *entourage* de João Goulart e o de Juscelino; Miguel Arraes; Brizola e as esquerdas; o caudilhismo de Brizola; Brizola pró-ditadura

8ª *Entrevista*: 03.02.1984

O dispositivo militar de João Goulart; o movimento militar em março de 1964; Assis Brasil e Darci Ribeiro; o discurso de Jango no Automóvel Clube; o respeito à hierarquia nas forças armadas; prisão após a vitória da Revolução de 64; preso incomunicável no Ministério da Marinha; cassado e transferido para a reserva pelo Ato Institucional no. 1(09.04.1964); transferência para o navio Princesa Leopoldina; morte da mãe; os depoimentos dos oficiais presos; nova transferência para o Ministério da Marinha; liberdade e demissão nas forças armadas; dado como morto pelas forças armadas; a conspiração do general Ladário Teles; a conspiração de Brizola; a conspiração de Ademar de Barros; Ademar de Barros; Jango x Brizola no exílio; o AI-2; as eleições de 1965; a volta de Juscelino; o bipartidarismo; a Frente Ampla; Carlos Lacerda; Renato Archer e Juscelino; Lacerda e Renato Archer encontram-se com João Goulart em Montevidéu; Brizola contra a Frente Ampla; o AI-5; Brizola e a guerrilha; prisão por ocasião da posse de Médici; preso incomunicável na Vila Militar; prisão e tortura do filho na ilha das Flores; depoimentos; libertado e preso com a filha no quartel da PE da rua Barão de Mesquita; depoimentos; liberdade

9ª *Entrevista*: 06.02.1984

O "caso Para-Sar"; o capitão Sérgio; o brigadeiro Burnier; Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e o "caso Para-Sar"; a anistia nas forças armadas; incêndio na casa da família a mando de Burnier; convivência com Carlos Lacerda; contatos com Eduardo Gomes; desencanto dos militares antigos com as forças armadas; a impopularidade das forças armadas; o salvacionismo militar; a volta aos quartéis; o futuro das forças armadas depois da redemocratização; os militares cassados e as eleições de 1974 e 1978; a volta de Brizola; a

organização do PDT; a reinserção dos militares na sociedade; os partidos políticos e os militares; o PSD e os militares; política x política partidária; a anistia dos militares

*10ª Entrevista: 13.02.1984*

Origens familiares; família paterna e família materna; o almirante Muniz Freire; o parentesco com Edmundo Bittencourt; a família Bittencourt; a opção pela carreira militar; os primeiros estudos; atividade política do pai; a campanha contra Bernardes; as "cartas falsas"; prisão do pai; a Aliança Liberal; contato com os revolucionários; a mãe; o casamento; Iracema Teixeira; os filhos; vida de rapaz no Rio de Janeiro; namoro e casamento; os netos; formação religiosa; a morte do pai; a morte da mãe; a vida no poder e a vida no ostracismo; o afastamento das pessoas após 1964; símbolo da Aeronáutica: o anti-Eduardo Gomes; atuação política na área militar; a hierarquia militar; infiltração comunista nas forças armadas; a Revolta Comunista de 1935; Prestes e Cordeiro de Farias; a atividade profissional do militar; Góis Monteiro; a Escola Superior de Guerra e o salvacionismo militar; pacificação da Aeronáutica; o reingresso no Clube da Aeronáutica; as eleições no Clube Militar (1984); o novo papel das forças armadas; a volta aos quartéis; as eleições diretas para presidente da República; o general Figueiredo; o descontentamento no meio militar; a Constituinte; conspirando pela democracia

*1ª Entrevista: 24.11.1983*

L.H. - Brigadeiro, o senhor que é um militar de carreira e que ficou a sua vida profissional inteira nas forças armadas é ao mesmo tempo uma pessoa que durante toda a sua carreira fez política nas forças armadas. Como o senhor se vê na condição de militar inserido dentro da política das forças armadas?

F.T. - Eu não fui propriamente um político, não fui, fui um militar preocupado com problemas políticos. Acho até que me tornei mais político depois de 64, depois que larguei a vida militar. Agora, como político hoje, ou como militar ontem, ou como militar político, hoje eu penso que amadureci muito o meu pensamento sobre tudo o que ocorreu durante todo esse trajeto da minha vida. Não sei se estou começando pelo fim, mas acho que isso é importante.

Eu acho hoje que o que faltou à nossa luta como militares políticos, o que faltou aos partidos políticos, às forças políticas e sociais que atuaram durante esse período que acompanhei como militar, mais graduado ou menos graduado, foi um projeto realmente democrático. Eu penso que a nossa vida, no fundo, bem examinada, era muito ligada ao golpe militar. Nós, militares, éramos muito vítimas do fato de que num Estado como o brasileiro, com uma tradição autoritária como ele tem, como ele teve, os conflitos sociais, os conflitos naturais existentes dentro da sociedade civil, dentro do Estado, não eram resolvidos por mecanismos próprios da sociedade civil e da democracia, eram resolvidos com o apelo às forças armadas para intervirem.

L.H. - Com medidas de emergência, sempre?

F.T. - Sempre de emergência, para intervirem no sentido de uma ou de outra facção em conflito. Daí essa idéia de golpismo que predominava em todos. Aquilo que parece que o marechal Castelo Branco chamava de "as vivandeiras que iam para as portas dos quartéis para ..." Era o que realmente acontecia. Eu penso que o serviço que nós podemos prestar hoje, com a experiência que tivemos de uma luta em geral e quase sempre em defesa da legalidade existente, é alertar a sociedade civil para o problema militar.

L.H. - O senhor acha que o militar, em essência é mais legalista ou mais democrata?

F.T. - Eu não sou daqueles que admitem, que aceitam ou que proclamam que as forças armadas são essencialmente democratas. Acho que não. As forças armadas também não são legalistas. A tendência das forças armadas é defender a legalidade até por uma questão de inércia, porque foram feitas para aquilo, para defender. A tendência seria essa.

Mas num país como o Brasil, que cresceu muito nos últimos anos, com esses conflitos sociais, mesmo antes de 64, a tendência ao golpe era muito natural, porque havia um conflito dentro desse desenvolvimento. Então eu penso que as forças armadas são extremamente sensíveis ao pensamento predominante na sociedade civil, à opinião pública em geral. Porque o militar tem família, a família tem civis, o militar lê jornais... Por mais que seja um homem enquadrado naquelas normas rígidas de disciplina e hierarquia, ele tem uma tendência a acompanhar o pensamento predominante na sociedade civil.

Veja, por exemplo, 64; não há com negarmos que o governo do Jango estava isolado. Quer dizer, a opinião pública, sobretudo a classe média, a burguesia, as classes dominantes, já tinham sido ganhas

para a necessidade de acabar com o governo do Jango, tanto que eu, por exemplo, que fui preso... vocês se recordam. Não sei se talvez fossem muito meninas, a Revolução de 64, o golpe de 64 foi comemorado com papel picado em Copacabana, no Centro...

L.H. - Veio ao encontro da opinião pública.

F.T. - Da opinião pública. Então o grupo legalista existente nas forças armadas não teve forças para conter aquilo. Não adianta a gente discutir hoje "se Jango tivesse querido se nós... Haveria condições de reação militar ao golpe de 64." Haveria condições, eu penso, mas era inútil, porque era um governo já isolado, fatalmente condenado a deixar o poder. A não ser que tivesse a apresentar um programa realmente democrático de eleições, de garantia de eleições, coisa que não fez. Então caiu.

Voltando à pergunta inicial, o que eu digo é o seguinte: acho que o militar não é legalista - o militar tem uma tendência legalista -, mas ele é fundamentalmente sensível à opinião pública, ao pensamento predominante na sociedade civil. Isso é o que eu penso.

L.H. - Até 64 os militares, como o senhor mesmo disse, eram chamados a intervir em determinados momentos a serviço de um lado ou de outro, mas sobretudo em um dos momentos mais críticos da vida da sociedade brasileira, que certamente é a sucessão presidencial. É quando os conflitos aparecem, quando só um pode ganhar. Até 64 os militares eram chamados a intervir, mas se retiravam do processo. A partir de 64, a sucessão presidencial caiu dentro das forças armadas. Em que isso transformou as forças armadas, na medida em que elas internalizaram a crise?

F.T. - Eu penso que, nas crises anteriores, as facções em luta - evidentemente as sucessões são sempre um momento agudo dessas crises... Em 64 foi diferente - hoje há uma literatura enorme provando isso - porque o imperialismo americano estava por trás. A força principal que coordenou não só o movimento militar, mas sobretudo a luta política contra o Jango, foi a embaixada americana, em suma, os interesses americanos no Brasil. Mas entregar o poder em 64 aos americanos não era possível! O embaixador americano assumir o poder? Então houve um dilema, e me parece que interessou mais aos americanos, quer dizer, à força política mais atuante. Não estou dizendo que fosse a única, digo até que a revolução ganhou popularidade entre a classe média, entre as classes dominantes. E a esses interesses convinha um governo militar, uma ditadura militar, até para corrigir, entre outros fatos, a existência dentro das forças

armadas do nosso grupo legalista. Nisso há um pouco de uma opinião formada também posteriormente. Veja que a estabilidade democrática, sempre que foi interrompida, ou as tentativas de interrompê-la partiram das forças armadas, da intervenção das forças armadas, ou acabaram na intervenção das forças armadas, vitoriosa ou não.

Até 45, 46, depois de uma intervenção direta das forças armadas em 37, 38 para estabelecer o Estado Novo - hoje a documentação sobre esse período é abundante também -, o Exército, as forças armadas prevaleceram na idéia do Estado Novo. A partir de 45, por circunstâncias como a participação do Brasil na guerra, a volta da FEB e a deposição do Estado Novo, que já não interessava mais às classes dominantes, criaram-se condições para que existisse nas forças armadas uma corrente de pensamento político independente e até certo ponto divergente da hierarquia militar. Isso, a meu ver - é a tese que eu defendo hoje, - permitiu que de 46 a 64 não houvesse golpe. E as tentativas foram muitas.

L.H. - Porque não havia coesão.



F.T. - Porque não havia coesão. Havia uma divisão política e ideológica dentro das forças armadas, ou pelos menos uma corrente que cresceu, que se desenvolveu, que não concordava ou não estava disposta a obedecer politicamente à hierarquia dominante. Vamos a um exemplo: em 50, por conseguinte quatro anos depois, Getúlio se candidatou a presidente da República. A hierarquia militar era contra a candidatura e a posse do Getúlio. Entretanto, a existência dessa corrente que ainda em 50 tinha acabado de eleger o Estillac Leal presidente do Clube Militar e a adesão do Zenóbio à posse do Getúlio levaram à divisão, e ele tomou posse.

L.H. - Como não havia coesão em 50, foi possível Getúlio tomar posse.

F.T. - Sim, o golpe era impossível. Em 54, quando houve o suicídio do Getúlio e o Lacerda estava ferido - o episódio já é muito conhecido, o major Vaz levou aquele tiro e morreu, e o Lacerda levou um tiro na perna -, eu até fui um pouco testemunha pessoal. Criou-se a "república do Galeão", cuja sede era no Galeão, onde eu chefiava o estado-maior do comando de Transporte Aéreo.

Com o suicídio do Getúlio, houve aquele rebuliço nacional, e sobretudo aqui aquele movimento de massas; Lacerda homiziou-se no Comando de Transporte porque, excetuados eu e os que me acompanhavam, a Aeronáutica estava a favor da punição dos assassinos do major. Ele dormiu uma noite lá, - eu ainda me recordo como se fosse hoje - e até tive oportunidade de conversar com ele sobre isso depois de 64, quando nos relacionamos no negócio da Frente Ampla. Ele chamou o Gustavo Borges, que era capitão - um gorila danado, um lacerdista, um homem dele -, e, na minha frente, por inadvertência do Lacerda e não do Borges, que já me conhecia, o Lacerda disse: "Borges, você tem que procurar esses homens da UDN, o Eduardo... Não, o Eduardo, não, porque você não se dá bem com ele. Mas procure o Prado Kelly, procure fulano, procure beltrano, para dizer o seguinte: não pode haver eleição em outubro. Não por mim, eu me elejo fácil..." - como de fato se elegeu. [risos]

L.H. - Ele se elegeu, e muito bem.

F.T. - E muito bem. "Mas a UDN vai sofrer uma derrota, porque essa emoção com o cadáver do Getúlio e tal..." já pregando claramente o estado exceção.

L.H. - O que não se verificou inteiramente, não é? A UDN teve inclusive uma vitória muito boa em 54.

F.T. - A UDN teve uma boa votação, mas o PSD ganhou e o PTB cresceu em 54.

L.H. - Mas o Jango perdeu a eleição no Rio Grande do Sul, ia ser senador e foi derrotado e o Lacerda foi muito bem eleito aqui no Rio. O cadáver do Getúlio serviu na verdade para ambos os lados, não?

F.T. - É, para ambos os lados. Mas eu quero dizer que o golpe não se deu porque já existia um grupo muito forte. Para continuar a história, os golpistas colocaram Lott no Ministério da Guerra, o Eduardo foi o ministro da Aeronáutica e o Amorim do Vale o ministro da Marinha. Dois terríveis! E o Lott não era um terrível, mas era um homem de uma tradição militar, cumpridor de ordens, e eles precisavam disso num exército dividido. Precisavam de um ministro... Não podia ser o Juarez, não podia ser o Cordeiro de Farias, porque eram homens políticos.

L.H. - E dividiam.

F.T. - Dividiam, e eles queriam um que, pela disciplina e tal... Foi o Lott. Por um azar o Lott evoluiu para o 11 de Novembro. O que foi o 11 de Novembro? Uma divisão na área militar, uma tentativa de não dar posse a Juscelino já eleito. Então a posse do Juscelino também se deveu à existência, dentro das forças armadas, de uma corrente que pensava. Não que fôssemos uns legalistas, uns fanáticos da legalidade, mas formávamos do lado antigolpista.

L.H. - O que já era suficiente para dividir.

F.T. - Para dividir. E, naturalmente, um movimento desse tipo tem repercussões também na hierarquia. Depois houve Jacareacanga, Aragarças... É verdade que foram tentativas localizadas na Aeronáutica apenas, mas em todo caso foram manifestações de...

L.H. - E a Marinha, também, fez coisas terríveis! Queriam afundar o *Barroso* quando Juscelino entrasse no navio.

F.T. - Exatamente. Depois nós vamos chegar lá, estou fazendo um resumo. A posse do Jango foi outro exemplo claro de divisão das forças armadas que permitiu a posse do vice-presidente, que a hierarquia militar, bem representada pelos três ministros militares, não queria dar.

Então, depois desses quase 20 anos de afastamento da vida militar, de análise e de amadurecimento daquilo que eu fiz, daquilo que aconteceu em volta de mim, minha idéia, a tese que eu defendo, a mensagem que dou à sociedade civil é essa: estamos agora no período de um processo evidentemente crescente de redemocratização do país; se as forças que vão redemocratizar o país... Porque note bem, fazendo um parênteses, em 45, 46, duas coisas das instituições nacionais, da legislação, não foram tocadas: a legislação trabalhista do Getúlio, que os liberais de 45 não tocaram, porque interessava a eles, e o problema militar. Nenhuma providência de ordem militar, um regulamento, nada foi tocado. Então aquilo veio intacto e, diga-se de passagem, ocasionou que a nossa participação durante esse período fosse feita debaixo da maior discriminação política e ideológica. Mas éramos teimosos e defendíamos, dividíamos e tal. Então a mensagem que eu tenho é: se as forças que vão ao poder agora querem estabelecer uma democracia estável, o mecanismo que me parece correto para evitar as intervenções militares no processo, isto é, para que as forças civis, as forças reais do processo brasileiro, a sociedade civil realize estavelmente um processo democrático, o mecanismo é liberdade de pensamento político e ideológico dentro das forças armadas. Acabar com a discriminação, que aliás nasceu em 35, naquele equívoco de 35.

Com o avanço do fascismo, criou-se no Brasil uma reação a esse avanço, criou-se a Aliança Nacional Libertadora, que teve uma grande penetração na sociedade, inclusive na área militar, como vocês sabem. Getúlio, fechando a Aliança... Houve um erro tremendo em dar aquele golpe puramente militar de 35. Porque era a primeira vez na história dos conflitos políticos de intervenção militar que o problema ideológico aflorava; até então era só o problema político. Daí em diante o processo de discriminação civil e militar tomou um impulso muito grande!

L.H. - O senhor acha que essa lei do generalato de depois de 64, pela qual só se pode ficar 12 anos como general eliminando-se assim as lideranças pessoais contribuiu para pasteurizar um pouco essa política das forças armadas? Porque não se tem mais militares que ficam 40 anos como generais, como

o Góis, o Dutra, o Valdomiro, o próprio Cordeiro... Em suma, o sujeito era general durante 40 anos. Hoje, na hora em que se está começando a formar uma liderança, em que se está começando a aprender o seu nome, o sujeito sai pela expulsória. Isso é o quê? Uma forma de tirar a política também de dentro das forças armadas?

F.T. - Correto, exatamente. A legislação militar hoje, nela incluindo a lei de promoções, evita muito o prestígio pessoal das autoridades militares. É a idéia de rejuvenescer os quadros com o sistema de promoções. Agora o alto comando indica três nomes. Antigamente o presidente escolhia quem ele quisesse: pegava um lá de trás e promovia.

L.H. - Agora tem uma história também: levou "carona" duas vezes...

F.T. - Tem que ir embora. Há uma preocupação em não se criar lideranças dentro das forças armadas. Nós estamos até querendo promover um estudo sobre o tipo de modificações que teríamos que fazer na legislação militar para democratizá-la.

L.H. - O senhor, por exemplo, o que acha?

F.T. - Acho que a legislação é feita para isso, estou de inteiro acordo com você. Acho que a lei de promoções hoje ou o sistema de concorrência, promoções é um sistema que alija da concorrência da competição quem não é muito fiel ao sistema. Alija, não permite que lideranças militares aflorem. O objetivo da lei de promoções, do sistema de promoções é esse.

I.F. - É engraçado, porque essas mudanças vieram com um militar, que foi o Castelo.

F.T. - Com um militar. Mas é a tal coisa, é a experiência, e há também o seguinte: durante esse período, a partir de 64... Não quero dizer com isso que a legislação militar do meu tempo fosse democrática. Não era. Ela permitia a discriminação, já era discriminatória. Em 64 agravou-se. Para citar um exemplo: o Estatuto dos Militares, que é o que legisla, declara o seguinte - eu sei, porque quando ele foi aprovado, agora, já não foi nem no governo Castelo, foi recentemente, na época do Geisel, nós tivemos acesso ao anteprojeto, até fizemos umas reuniões e sugerimos algumas modificações que não foram aprovadas. Um deputado amigo nosso, o Marcelo Cerqueira, apresentou essas emendas, e nenhuma delas foi aceita, como era de se esperar.

Mas o Estatuto, em um dos artigos, diz que, se o ministro da Aeronáutica, no caso, tiver conhecimento de que eu me reuni aqui com vocês e mais três ou quatro militares, e discutimos problemas de luta de classe, de ataque ao governo, essas coisas consideradas subversivas, ele abre sumariamente um Conselho de Justificação para apurar o que eu disse e me bota na rua, me demite das forças armadas. Seja da reserva, seja reformado, e sobretudo se for da ativa, eles demitem sumariamente, e a única apelação é para o Superior Tribunal Militar, que é o tribunal militar. Para se ver o que é a legislação hoje no sentido de discriminar. Isso tudo, por quê? A meu ver, uma das coisas que mais influenciou foi a doutrina de segurança nacional adotada a partir da guerra fria. Essa doutrina exige, para ser cumprida, forças armadas dóceis, obedientes, não-discordantes do pensamento da hierarquia.

L.H. - Já que se está falando em doutrina de segurança nacional, uma outra coisa que preocupa muito hoje em dia, quando se fala na volta dos militares aos quartéis, é que, na verdade, essa volta dos militares tem dois lados: tem a ponto do *iceberg*, que são os militares que ocupam postos ostensivos, como a presidência da República, estatais e coisas no gênero, que se retirariam, então, dando lugar aos civis, e voltariam para os quartéis. Mas há toda uma situação que, a meu ver, é a mais importante, e que se passa abaixo da linha d'água, que é a determinação daquilo que é área de segurança nacional nesse país. A informática está na mão da Marinha, as telecomunicações estão na mão da Aeronáutica, lei do solo, do subsolo, uma série de coisas... os militares tomaram conta disso.

Como o senhor vê esse problema? Na verdade o problema é mais fundo? Há que se rever também o conceito do que é segurança nacional?

F.T. - Acho que sim. A Lei de Segurança Nacional tem que ser reformulada completamente. Ela é uma conseqüência da doutrina de segurança. E o Brasil tem que abandonar essa idéia de que a segurança nacional é uma coisa ideológica. Agora, eu acho que o exercício de funções civis por militar não é bem o mal da questão, desde que ele concorra por competência, por ser um técnico, tenha qualidades que o credenciem para isso. Aí ele vai como um civil.

I.F. - E as forças armadas têm grandes escolas, não é?

F.T. - Têm grandes escolas.

L.H. - Proibir que o militar exerça é discriminar ao contrário também.

F.T. - Exato. Por exemplo, a minha tese inclui a inteira participação do militar como cidadão na vida política nacional. Ele teria ampla liberdade de discussão dos problemas nacionais, sem quebra da hierarquia e da disciplina, que são fundamentais nas forças armadas. Nós temos que reformular o papel constitucional das forças armadas, que é realmente de defesa do território nacional, de defesa do país, em suma, de segurança nacional no sentido realmente correto da palavra.

L.H. - No sentido anterior ao da fixação da doutrina? Porque antes, segurança nacional queria dizer defesa.

F.T. - Exato. Agora segurança nacional é atacar o povo, são os batalhões contra a guerrilha.

L.H. - Seria voltar ao sentido primeiro do termo?

F.T. - Segurança nacional ser realmente segurança nacional, um papel histórico e constitucional das forças armadas. Agora, para que elas não se transformem num instrumento de intervenção das correntes políticas e sociais em jogo, elas não intervêm. E para não intervirem - isso é paradoxal -, é preciso que a legislação militar seja modificada no sentido de permitir o pensamento político das forças armadas, do militar como cidadão. Essa é a tese que hoje o nosso grupo - posso até dizer assim - defende. Estamos preparando um documento nessa associação que eu presido, fixando justamente essa posição do militar e da política, o problema militar e a democracia.

L.H. - Inserir o militar na vida política como cidadão e não enquanto corporação?

F.T. - Exatamente. Enquanto corporação, neutra; enquanto cidadão, participante. E quanto mais melhor, porque até não há como negar a capacidade do militar. Não digo que seja uma propriedade do militar ser inteligente ou ser esclarecido. Mas há militares inteligentes que estão perfeitamente aptos a dar uma boa colaboração ao processo de desenvolvimento nacional. Não o político; o político propriamente dito fica a cargo da sociedade civil. O militar entra num partido, pode entrar, é eleito... O povo tem confiança num militar, num capitão, num major, num general, e o elege. Não é esse o problema. O problema é a intervenção como instituição armada e com missões muito definidas de segurança geral da nação.

L.H. - O senhor acha que o amesquinamento das instituições próprias de manifestação política dos militares, como o Clube Militar, o Clube da Aeronáutica... O Clube Militar hoje é um clube lítero-recreativo, não espelha mais a opinião política do Exército, e muito menos o Clube Naval. Está dentro desse projeto de vocês uma revitalização dessas associações dos militares?

F.T. - Claro! Sobretudo! O Clube Militar foi fundado exatamente para se tornar uma tribuna em que o militar, independente do peso da hierarquia e da disciplina, se pronunciasse. Ele foi fundado no auge da chamada Questão Militar, se não me engano em 1888. Agora, toda vez que à facção dominante não interessa a participação militar, ela fecha o Clube Militar. Então o Clube tem altos e baixos. Teve seu auge na fundação, inclusive na República, revigorou-se no tenentismo e, com a derrota do tenentismo no governo Bernardes e no governo Washington, foi relegado a uma posição... foi quase que silenciado. E nós tivemos o mérito, depois de 45, de retomar a tradição do Clube Militar de tribuna de debate dos problemas nacionais. E assim mantivemos o Clube com intervalos de derrota, porque também fomos derrotados pela corrente contrária, da qual o Cordeiro de Farias, sogro da Ignez, foi um dos expoentes.<sup>1</sup>

L.H. - Mas não fechou. Mesmo com vocês derrotados, o Clube continuou atuando.

F.T. - Não fechou. Participou de alguma maneira em posições contra nós. No caso da morte do Getúlio, o Clube Militar teve atuação...

L.H. - O fundamental não é ganhar sempre, mas que ele continue aberto.

F.T. - Que ele continue aberto, que seja realmente, por sua tradição, pelos objetivos para os quais foi fundado, como uma tribuna. Depois de 64 ele acabou, foi praticamente fechado e transformado apenas em um clube recreativo. Agora, nesse processo de abertura, o problema volta à baila: há uma candidatura à presidência do Clube, que é a do general Andrada Serpa, cujo programa tem como primeiro ponto restabelecer a tradição do Clube Militar de tribuna de debate dos problemas nacionais.

[FINAL DA FITA 1-A]

I.F. - Brigadeiro, uma curiosidade: por que o Clube Militar teve sempre um papel muito mais importante do que o Clube da Aeronáutica, a ponto de os próprios oficiais da Aeronáutica atuarem dentro do Clube Militar?

---

<sup>1</sup> Refere-se a Osvaldo Cordeiro de Farias, sogro de Ignez Cordeiro de Farias, uma das entrevistadoras.

F.T. - Primeiro, pela tradição. Em primeiro lugar, o Clube Militar é um clube das três forças armadas. O oficial da Marinha e o oficial da Aeronáutica podem ser sócios do Clube Militar.

I.F. - E do Clube da Aeronáutica, não?

F.T. - Na Aeronáutica e na Marinha, não. Só podem ser sócios oficiais da Aeronáutica e da Marinha. Segundo, o Clube da Aeronáutica é muito recente. O Ministério foi criado em 41 e o Clube foi fundado depois de 46, quer dizer, é recente. E em terceiro, o peso do Exército na vida nacional é inegável; os problemas políticos são resolvidos com o Exército, ou no Exército, por políticos militares.

I.F. - O que me impressionou foi que os oficiais da Aeronáutica atuavam diretamente no Clube Militar, e o Clube da Aeronáutica sempre teve um papel mais fraco na parte política.

F.T. - É, sempre teve. Teve um periodozinho de importância, vamos dizer assim, no problema a que eu estou me referindo, da morte do major Vaz.

L.H. - E aquele famoso discurso do Canrobert, que gerou o discurso do Mamede depois, foi feito no Clube da Aeronáutica.

F.T. - Exato, no Clube da Aeronáutica. Mas o Canrobert já estava doente... Foi numa sessão no Clube da Aeronáutica que se decidiu aquilo tudo, de fato. Mas aquilo foi fugaz, porque realmente importante é o Clube Militar.

L.H. - Na verdade, o que se percebe muito hoje é que, embora as forças armadas tenham tomado o poder em 64, quem o tomou efetivamente foi o Exército. E durante muito tempo a Aeronáutica e a Marinha pagaram as contas da festa do Exército. Mas hoje está se restaurando um certo equilíbrio, porque percebe-se que a Aeronáutica e a Marinha sempre foram minoritárias nessa festa, sempre pagaram as contas dessa festa, e o peso maior, o ônus maior dos desacertos, dos problemas está caindo efetivamente em cima do Exército. Como a Aeronáutica está sentindo isso?

F.T. - Para mim não é fácil responder porque estou fora da Aeronáutica. Hoje praticamente não tenho contato com os militares da ativa da Aeronáutica. Você acha que hoje a Aeronáutica recuperou um pouco...? É o problema do ministro, o Délio é mais politizado. O Délio é um militar que faz política desde moço na Aeronáutica, desde o tempo em que eu estava lá. Sempre fez política filiado a uma corrente muito definida, no caso a do Eduardo Gomes, e é político. Válder Pires, me parece é um homem sem vocação política, pelo menos política. [risos]

L.H. - De todos os ministros da Guerra de 64 para cá é o mais...

F.T. - O menos falador, é o mais calado, o mais discreto.

L.H. - Exato, é o mais discreto. Parece que é o único que não está postulando a presidência da República.

F.T. - Parece que não está postulando. No começo, as ordens do dia, os documentos originários do Ministério da Guerra eram mais contundentes. Agora, não. Quer dizer, dá a impressão que o Válder Pires não postula. Mas isso não impede que o mais importante seja o Exército, que quem decida seja o Exército.

Agora, o que me parece - apenas uma opinião que não se baseia em informações, mas em observações - é que a Aeronáutica e a Marinha, até na alta hierarquia, os brigadeiros e os almirantes, não estão satisfeitos com a situação. Eles não se manifestam hoje porque não podem, são da ativa e não podem. Mas certos sintomas que a gente colhe aqui e ali dão a impressão de que eles são mais pela abertura mesmo. Se há alguma resistência militar ao processo de abertura - se há, eu não sei se há - ela reside no Exército, porque a Marinha e a Aeronáutica estão muito... exatamente por estes fatores que você citou. Elas, afinal, faziam apenas um fundo de quadro para o Exército agir. Eu também não digo que não tenham se beneficiado. Porque um dos males da ditadura militar, da predominância do militar na vida política, na vida social, que é o que nós assistimos há 18 anos, é que o militar passa para a reserva e vai ocupar cargos. Não são cargos políticos, não são cargos técnicos, são cargos normais, empregos na vida civil. Isso para eles é muito bom. O sujeito sai, já leva para casa os proventos da inatividade, e ainda arranja um emprego! E pagam bem, porque o militar abre portas. E nas estatais? A Petrobrás e a Rede Ferroviária estão cheias de militares. Não estou condenando isso pelo fato de ser militar. Com isso, a Marinha e a Aeronáutica também se beneficiam um pouco. Mas, pelo que se conclui de algumas informações que chegam, elas não estão satisfeitas com o estado atual, com a responsabilidade que os militares assumiram e que o Exército usufrui.

L.H. - Por essa lei da expulsória, eles são reformados muito moços.

I.F. - E com uma vida ativa ainda muito grande.

F.T. - Reformados moços, muito moços, exatamente.

L.H. - Uma velha aspiração que é mais detectável na Marinha e na Aeronáutica, e por essas razões todas menos no Exército, é a criação de um ministério da defesa. Como isso se colocaria nesse novo panorama militar? O senhor acha que há condições de existência de um ministério da defesa com um ministro civil?

F.T. - A choque seria até o ideal. Quem se opõe muito a isso é a Marinha, principalmente a do meu tempo. Essa idéia era uma idéia que já existia antes de 64. De vez em quando vinha à baila, falava-se nisso, e a Marinha era muito contra, porque tinha certeza de que o ministério da defesa ia cair na mão do Exército. [risos] A Aeronáutica também, pelas mesmas razões.

L.H. - Mas era uma aspiração mais da Aeronáutica e da Marinha, o Exército sempre foi muito contra isso.

F.T. - O ministério da defesa? Não, acho que o Exército não era contra.

L.H. - Sim, mas com um ministro civil?

F.T. - Ah, bom! Com um ministro civil, não! Mas no Brasil, com essa influência que as forças armadas têm na vida, dificilmente seria um civil. Um civil seria o ideal. Epitácio botou três ministros civis nas pastas militares.

L.H. - E foram excelentes, não é?

F.T. - Excelentes. Mas não foram três, foram dois, porque naquele tempo não havia Ministério da Aeronáutica.

L.H. - Foram dois na Marinha, o Raul Soares e o Veiga Miranda.

F.T. - Raul Soares e Veiga Miranda. E no Exército foi o Calógeras, que, segundo a opinião de muitos militares, foi um dos melhores ministros que o Exército teve.

L.H. - E o próprio Salgado, na Aeronáutica!

F.T. - O próprio Salgado foi um excelente ministro da Aeronáutica logo na fundação do ministério, e foi um excelente ministro. Talvez fosse o caso, ministros civis nas pastas militares. Mas, note bem, na tese que eu defendo isso é subsidiário, é secundário. O importante é que o militar tenha o direito de pensar, não seja discriminado pelo fato de pensar. Não se vai obter isso nem com uma lei, isso vai ser um processo de reeducação.

L.H. - É uma prática.

F.T. - Terá que ser uma prática. E quem tem que assumir a responsabilidade do exercício é a sociedade civil, ao assumir as responsabilidades de fazer uma nova constituição, de estruturar novamente o Estado e a sociedade brasileira.

L.H. - O poder seria eminentemente civil?

F.T. - Civil, eminentemente civil. Pode até ser exercido por um militar, mas é civil. Isso é o fundamental da tese.

L.H. - Como o senhor vê o problema do recrutamento nas forças armadas ultimamente? Porque até uma certa época ia para as forças armadas muita gente da classe média, a própria elite se aproximava muito das forças armadas, mas de uns tempos para cá, de uma certa forma, democratizou-se o recrutamento.

F.T. - Você se refere a oficiais ou praças?

L.H. - A oficiais mesmo, à origem social dos oficiais. Com esses 18 anos de forças armadas no poder, a sensação que se tem é que a sociedade civil se afastou muito das forças armadas. Essas campanhas todas que se tem visto para se ingressar no Exército, na Aeronáutica etc... Diminuiu muito o recrutamento ou piorou?



F.T. - Há dois fatos aí. Realmente a ditadura militar é impopular; sobretudo depois que o "milagre brasileiro" faliu, ela ficou totalmente impopular. Isso concorreu um pouco para afugentar do oficialato os candidatos. Mas, por outro lado, não há como negar que a revolução trouxe um grande, um enorme desenvolvimento econômico, uma modernização da economia. Isso não há como negar. O Brasil exportava dois milhões, hoje exporta 22 bilhões. O Brasil cresceu. E naquele período do "milagre" ele cresceu durante quatro anos a taxas de 11, 12%. Aí houve facilidade de emprego para a classe média - eu digo a classe média de nível universitário, que é o caso do militar- e a carreira militar passou a não interessar. Os salários não foram compensadores. Era mais fácil você se formar em engenharia ou química e obter um bom emprego, porque havia facilidade de emprego. Agora eu acho que a carreira militar vai voltar a ser atrativa, porque o militar está ganhando bem.

I.F. - No momento em que a escolha do rapaz vai pelo fato de não ter emprego como engenheiro, como médico, e ter uma carreira garantida no Exército, isso facilita ou dificulta a atuação dele como oficial? Quer dizer, ele vai só em busca de emprego ou vai realmente com uma ideologia de militar, com vontade de ser um bom militar?

F.T. - Aí é o pior. Ele pode até não ir por uma vocação de família, de famílias tradicionais, como é o caso de Cordeiro de Farias e tal, pode também não ir por isso. Mas ele entra com 17 anos, sendo assim há uma influência da família. Foi o meu caso, aliás. Eu não era de uma família tradicional militar, meu pai não era militar, meu avô não era militar. Eu fui porque era de classe média remediada, havia perspectivas de estudar, de levar não sei quantos anos estudando... Aí meu pai disse: "Você não quer ser militar?" Acabamos todos militares na família. [risos]

I.F. - Sim, mas naquela época as forças armadas davam uma outra mensagem. Agora as forças armadas estão em crise, e a turma vai em busca de emprego. É muito diferente.

F.T. - É muito diferente. A diferença agora é que a opção de ser militar implica outros compromissos, compromissos inclusive políticos, ideológicos.

I.F. - O senhor não foi só para garantir a carreira, tinha também outras idéias. Eu pergunto então, se essa falta de emprego não vai fazer com que o jovem vá apenas buscar um emprego?

L.H. - Com um objetivo meramente utilitário.

F.T. - Mas isso é difícil de responder. Por exemplo: eu tenho netos, e um deles, um dos filhos da Maria Lúcia, que tem 18 anos, no começo desse ano pensou em ir para o CPOR. Ele ainda não era universitário. Você não imagina o número de candidatos que havia ao CPOR! Porque o CPOR é o seguinte: para o militar não é um emprego, é apenas um emprego transitório. Você tira o CPOR, é convocado, passa um ano convocado na ativa. Se quiser, passa mais dois ou quatro anos, tem uma promoção... Em suma, no máximo, se não me engano, o sujeito fica quatro anos com o emprego de tenente. Pois a concorrência era enorme! Só podia ser em busca de emprego e não da carreira. Porque ele sabia que ia perder quatro anos de vida ali, se quisesse, é claro. Mas durante aquele tempo, estava empregado.

L.H. - O senhor estava falando das famílias tradicionais nas forças armadas. Isso está acabando também, não está? Aqueles Malans, os Mena Barreto, acho que isso está acabando.

F.T. - Malans, Mena Barreto, eu acho que está acabando. É, acho que está. Durante esse período, vamos dizer, de 68, 69 a 74, vamos fixar assim, o nível de ingresso nas academias militares, sobretudo nas Agulhas Negras, no Exército, caiu muito, muito! Daí é que eu acho que mesmo essas famílias tradicionais já não queriam mais a vida militar.

L.H. - Até porque esse período que o senhor está citando é o período em que o Exército, as forças armadas em geral passaram a exercer função de polícia.

F.T. - Exatamente. Foi o período mais duro de atuação, coincidiu com o *boom* econômico, com a facilidade de emprego, de negócios. Essas famílias estão bem situadas hoje. Então eu acho que o nível decaiu muito. Até me contaram na época - eu conto isso sem garantir nada - que eles não podiam dar as festas públicas de entrega de espadim porque o nível era baixíssimo. Baixíssimo!

I.F. - Como o senhor vê o Exército, as forças armadas daqui a 20 anos, com essa turma entrando assim?

F.T. - Acho que essa turma está entrando e vai ser reeducada ali. Será reeducada para o mal se prevalecerem as normas vigentes de arrocho e de policiamento intelectual. E poderá ser bom, porque eles podem ser reeducados no sentido de... São homens normais, o fato da origem...

I.F. - Eu não falo da origem, mas do fato de irem buscar emprego.

F.T. - Bom, eles vão buscar emprego... o emprego deles é militar. Quer dizer, ou eles se profissionalizam realmente, que é o que se espera, e acabam gostando... Isso é o principal que se exige deles. O que se exige, além disso, é que eles sejam ventilados, compreendeu? Então acho que o futuro das forças armadas como instituição, sobretudo depois da experiência negativa de uma passagem longa pelo poder único e exclusivo das forças armadas, depende de ela passar a concorrer para a vigência de um regime realmente democrático. O que também não depende só do militar, como eu já disse, depende de que a sociedade civil crie juízo, que os partidos tenham representatividade, que as forças sociais se organizem melhor, os sindicatos... Nós temos visto que houve um progresso enorme nesse campo. São associações de bairro influenciando o governo dos estados, dos municípios... Em suma, com a sociedade civil mais bem organizada, defendendo o regime, eu acho que esse país vai para frente. E os militares não serão empecilho, vão ajudar.

L.H. - Que tipo de influência teve, nesse perfil de interferência militar na vida civil, a derrota dos militares argentinos nas Malvinas? O senhor acha que o padrão de excelência dos militares da América Latina toda sofreu com isso?

F.T. - Acho que sofreu. Para os militares da América Latina ficou evidenciado que as forças armadas preparadas como rege ou determina a doutrina de segurança nacional para o inimigo interno são uma tragédia. Porque o que a Argentina demonstrou nas Malvinas, primeiro, o erro da guerra, isso não vamos discutir; mas além do erro foi uma incapacidade total de fazer guerra. Então os militares argentinos que tiveram - como no Brasil nós estamos tendo - períodos intercalados de domínio do

Estado pelo militar – não um período tão longo como o nosso – de tutela sobre a nação Argentina, o Exército capaz de tutelar, de pensar que tutelando, não foi capaz de fazer uma guerra. Foi uma vergonha o resultado! Isso teve influência no sentido de mostrar qual é realmente o papel das forças armadas. Porque há muito o que defender. As forças armadas têm muito o que defender, têm que estar preparadas para muita coisa, porque, como você viu, o inglês foi lá e tomou aquilo. Quer dizer, foi uma ação visível e militar do imperialismo, a que as forças argentinas não tiveram condições de fazer frente. Agora, no aspecto político, não, porque o processo argentino é diferente do brasileiro. Durante a guerra das Malvinas nós já estávamos num processo de abertura política. Lá a ditadura militar fechou tudo, o Congresso etc. Aqui a ditadura militar numa necessidade de se legitimar, só fechou o Congresso periodicamente.

L.H. - Manteve uma ficção.

F.T. - Manteve uma ficção de Congresso, uma ficção de substituição de militares no poder. Agora já há partidos políticos organizados, de oposição e do governo. Lá não havia partidos, os militares não tinham um partido que os sustentasse, fecharam todos. Então é um processo diferente. Mas a incompetência com que a guerra da Malvinas foi conduzida e desfechada mostrou que as forças armadas têm que ser preparadas para outra coisa que não isso que nós estamos preparando.

L.H. - Porque saber combater o inimigo interno não é necessariamente saber combater o inimigo externo, como ficou provado.

F.T. - Exatamente, como ficou provado, claro.

L.H. - E o senhor acha que nesse processo todo a Escola Superior de Guerra vai entrar em decadência? Porque mal se tem ouvido falar nela ultimamente.

F.T. - Eu não sou um grande admirador da Escola Superior de Guerra ouviu? Fui aluno da Escola Superior de Guerra, e aliás até não concluí o curso. Não fui reprovado, não, lá não havia reprovação. É que no final do curso eu fui convidado para ser do gabinete do ministro, então achei melhor me dedicar só ao gabinete do ministro, o que já não era pouco. Eu não tinha nenhum interesse em tirar aquele diploma, portanto, cancelei a matrícula. Mas acho que a Escola Superior de Guerra... Vou dar talvez uma opinião muito pessoal, acredito até que os meus amigos militares não concordem, eu sou contra a Escola Superior de Guerra, não vejo uma utilidade nos moldes em que ela existe. Eu estive lá. É uma coisa tremenda, porque há uma organização perfeita – o militar tem muita capacidade para organizar –, uma coisa tremenda: bem organizada, os horários rigorosamente cumpridos, aquela documentação distribuída... E a maioria que frequenta é militar, mas tem uma grande parte de civis, da indústria, do empresariado, deputados, representantes das instituições civis. Você não imagina! Eu via lá. É claro que os civis convidados eram meio cafonas, meio quadrados, vamos dizer assim, do ponto de vista político. Não quer dizer que não fossem homens... Mas a admiração deles por aquela organização muito ao militar, de que quem tem que tomar conta desse país é o militar, porque ele é capaz de organizar, de estudar, de desenvolver estudos.

L.H. - No papel tudo funciona, não é?

F.T. - Tudo funciona! Pois sabem, a Escola Superior de Guerra foi fundada pelo Cordeiro de Farias nos moldes do *War College* americano, que é uma instituição que prepara os militares e os civis americanos para atuarem na política externa. Porque o Exército americano atua como ponta-de-lança da política americana, ele está no mundo inteiro. Então o *War College* era voltado para a conjuntura internacional, que foi como começou a nossa Escola Superior de Guerra. Juarez, que assumiu a direção em seguida do Cordeiro, transformou isso e a Escola voltou-se para os problemas nacionais.

L.H. - Foi a grande mudança, em 52, 53.

F.T. - Em 53. Foi do Cordeiro para o Juarez. Enquanto no tempo do Cordeiro a Escola era voltada para o debate e a busca de soluções para as questões internacionais, Juarez voltou-se para as questões nacionais, então a Escola passou a formular políticas. Acho isso uma coisa que não cabe, que não pode ocorrer. Sou contra. Acho que, naturalmente, pode haver um centro de altos estudos civis e militares, mas não com esse caráter militar. Porque acaba o civil convencido... Por isso é que muitos deles aderiram ao golpe, vendo que aquela varinha de condão funcionava realmente, que era uma beleza, tudo muito bem organizado.

L.H. - E durante uns tempos aquilo funcionou também como uma espécie de "abre-te Sésamo!" O civil que tinha o curso da Escola Superior de Guerra...

F.T. - Ah, era uma grande figura! Era uma credencial! O que não é, não é! Essa tese que hoje eu defendo, da importância da neutralidade das forças armadas... Há um caso que eu vou contar aqui: quando eu era aluno, o diretor de ensino superior era o Castelo Branco, o general Castelo Branco, e o comandante da Escola era o Vasco Alves Seco, da Aeronáutica. Eu era aluno, coronel-aluno. Na programação, um dos temas era o seguinte: ideologia e forças armadas. E convidaram o Guerreiro Ramos para fazer essa palestra. Eu não o conhecia pessoalmente, mas ele soube que eu era aluno e pediu a um amigo comum para conversar comigo sobre o clima da Escola. Eu disse: "Olhe, o clima lá é ruim, é um ambiente reacionário, você tem que ser cuidadoso na sua exposição. O clima não é bom. Não digo entre os alunos, entre os alunos é variado; estou eu lá como aluno, que sou tido e havido como isso e aquilo outro e tal. Mas o clima não é bom. O diretor é o Castelo Branco, um intelectual, ou se tem nessa conta e tal." E ele foi fazer a palestra. Não me mostrou a palestra, só queria saber como era o ambiente lá. E na hora, ele jogou essa tese: forças armadas divididas, garantia de paz democrática no país. O Castelo saltou como uma fera em cima dele dizendo que ele estava pregando a desunião das forças armadas! E o crioulo ficou branco. [risos] Ele se defendia: Mas não é isso! Não é dividir as forças armadas, é um pensamento político e tal..."

L.H. - Mas no fundo era isso, não? [risos]

F.T. - No fundo era isso. Daí foi que eu fiquei com essa tese na cabeça.

L.H. - Mas o que se vê hoje é que caiu muito, não sei se o prestígio, mas pelo menos essa exploração utilitária que determinados civis faziam da Escola Superior de Guerra. Há alguns anos o número de pedidos para matrículas era uma coisa terrível!

F.T. - Todo mundo queria tirar aquele curso.

L.H. - Que era uma espécie de "abre-te Sésamo!", de passaporte para conseguir coisas dos militares.

F.T. - É isso mesmo. Eu não estou bem a par, mas o que me parece é que hoje a repercussão é menor. É melhor até que acabe, ouviu? [risos]

L.H. - O senhor atribui sua opção pela Aeronáutica ao seu temperamento mais ou menos irrequieto dentro das forças armadas? Porque a Aeronáutica me parece a menos disciplinada, a mais aberta de todas as forças, até pela própria atividade, a independência do piloto, do aviador, essa coisa toda. Sua opção pela Aeronáutica teve muito a ver com esse tipo de temperamento?

F.T. - Talvez. Eu sou originário da Marinha.

L.H. - Da aviação naval, não é?

F.T. - Fui oficial da Marinha, passei dois anos na Marinha. Em 32, por exemplo, na Revolução de São Paulo, eu estava na Marinha. Em 33 eu optei pela aviação naval porque a Marinha tinha uma aviação naval. Devo dizer a você que não gostava do regime predominante na Marinha. A aviação naval, assim como a aviação militar da época, antes do ministério, era um refúgio dos boêmios, dos meio indisciplinados. Era o Melo Maluco do Exército e...

L.H. - Havia o Dante também.

F.T. - O Dante de Matos, pois é. É verdade também que, nessa altura - isso foi em 33 -, eu tinha um irmão mais velho, o Aluísio - o Lino ainda estava no Colégio Militar -, que era oficial do Exército e foi para a aviação militar. E eu achava aquilo uma beleza, voar e tal. Então fui para a aviação naval. Aí não havia mais escolha. Bom, na aviação naval, eu e a maioria esmagadora dos oficiais-aviadores da Marinha e do Exército queríamos um ministério, porque as forças matrizes, no caso a Marinha e o Exército, tolhiam muito o desenvolvimento da aviação como arma, como técnica e profissão, limitavam muito, principalmente na Marinha. Então trabalhamos e lutamos pela criação do ministério, para tornarmos a aviação independente das duas forças. E do Exército foram todos. O Eduardo Gomes - ele nunca declarou isso - era contra o Ministério da Aeronáutica, mas era contra por motivos políticos: ele era coronel do Exército na Aeronáutica, com o generalato à vista, porque em 41 ele já era um homem de prestígio enorme, então achava que suas ambições políticas, que ele tinha e muito, se satisfariam muito melhor ele sendo general, ao invés de brigadeiro de uma arma sem tradição.

L.H. - Nova, exato.

F.T. - Então ele era contra. No mais, a não ser o coronel Mendes de Moraes, que não foi para a Aeronáutica... Porque podia-se optar por uma das duas forças. O único militar que eu me lembro ter optado pela origem, no caso o Exército, foi o Mendes de Moraes.

L.H. - Todos os aviadores de ambas as forças queriam o ministério, não é?

F.T. - Queríamos o ministério e passamos para o ministério. Porque era facultativo: se você quisesse ficar na Marinha, ficava.

L.H. - Como era na sua época escolher ser aviador? Não era uma coisa muito arriscada?

F.T. - Era arriscada, é claro, a aviação tecnicamente estava ainda na infância. Eu, por exemplo, aprendi a voar num avião que andava a 140 quilômetros por hora. Hoje, qualquer automóvel na Rio-São Paulo anda a 140. Você passava a 80 quilômetros.

L.H. - O senhor ainda pegou aqueles aviões que o motor girava...?

F.T. - Todos eles. O motor girava à mão, e custava a pegar.

L.H. - Não era a hélice que girava, mas o motor todo, não é isso?

F.T. - Não, girava a hélice. A hélice dava um giro... Era como o automóvel com manípula.

[FINAL DA FITA 1-B]

L.H. - O senhor é de janeiro de mil novecentos e...?

F.T. - 1911.

L.H. - Como foi aquela história de que o senhor alterou a data da sua certidão?

F.T. - Agora que eu já estou reformado posso dizer. Eu nasci em julho de 1911, mas para entrar na Escola Naval o sujeito deveria ter completado 16 anos até março do ano em que iria entrar. Eu ia completar 16 em julho, então tive que aumentar a idade, coisa que não era nenhum problema na época. Mas ao invés de aumentar um ano, o que me prejudicaria futuramente, eu aumentei seis meses. Então passei a nascer em 26 de janeiro de 1911. Até deu-se uma coisa muito engraçada: eu tinha um irmão, como disse a você, que era do Exército - o outro, o Lino, entrou depois também no ministério, eu já era oficial - e esse

irmão era um ano mais velho do que eu. Quer dizer, eu nasci em 26 de julho de 1911 e ele nasceu em 16 de julho de 1910. Quando ele entrou para o Exército não mudou nada, entrou nascido em 16 de julho de 1910. Então, no primeiro almanaque do Ministério da Aeronáutica, eu saí seis meses mais moço do que ele, filhos do mesmo pai e da mesma mãe! [risos]

L.H. - Como era o nome de meu pai?

F.T. - Edgar Teixeira.

L.H. - E o da sua mãe?

F.T. - Cármem Mancebo Teixeira.

L.H. - O senhor disse que entrou para o Exército porque era uma opção de família de classe média. Como eram as atividades de sua família?

F.T. - Meu pai era engenheiro, funcionário dos Telégrafos - família modesta, não era - e tinha muitos filhos. Nós éramos seis: quatro homens e duas mulheres. Três fomos para a Aeronáutica: o Aluísio, o mais velho, eu e o Lino. Um outro, que era 15 anos mais moço do que eu, em 43 fez o concurso para a Aeronáutica, passou, mas foi ao pau em inspeção de saúde. Quer dizer, nós, os irmãos, seríamos quatro na Aeronáutica. Um morreu, o Aluísio morreu cedo, em 43, em um acidente, e o Lino ficou até o fim.

I.F. - Acidente de quê?

F.T. - De aviação. Ele vinha de Recife. Eu ia servir em Recife com o Eduardo, que comandava a Zona em Recife e me convidou várias vezes. Esse meu irmão era assistente dele, então o Eduardo era muito amigo dele, meu, e do Lino, de toda a família. Quando foi criado o Ministério, uma família de três aviadores, era importante para o Eduardo ter todos o seu lado, então ele me procurou e me convidou para ir lá. Eu tinha casado em princípios de 42, e afinal em 43, meados de 43, resolvi aceitar o convite. Então me entendi com ele e fui classificado em Recife. Mas fui em outubro. No dia em que eu fui para lá assumir a minha função, esse meu irmão vinha para o Rio num avião da FAB, teve um acidente em Caravelas e morreu. Quer dizer, eu nem o encontrei lá. Não o encontrei.

L.H. - Sua família era daqui do Rio?

F.T. - Família do Rio, todos do Rio, como eu disse a você, um dia deu um estalo, não sei a título de quê, conversando em casa, aquelas coisas de família - eu já estava com 15 anos e o outro com 16 - e o meu pai disse: "Porque vocês não vão ser militares?" O Aluísio disse: "Está bom, eu vou para o Exército." Irmão com diferença de um ano, ele era maior do que eu, e eu queria me separar dele, ouviu? Porque ele exercia uma liderança nos garotos... Então eu disse: "Vou para a Marinha." Fui para a Marinha, fiz o exame e passei, passei no primeiro ano, o que era muito raro. Não era como esse vestibular de hoje, mas era muito raro passar. Em geral levava-se dois, três anos, porque os do Colégio Militar eram transferidos diretamente.

L.H. - Não havia Colégio Naval ainda?

F.T. - Não, não havia Colégio Naval. O curso prévio do Colégio Naval foi criado quando eu estava no quarto ano, e funcionou inicialmente na própria ilha das Enxadas. Porque eu fui aluno da Escola Naval na ilha das Enxadas, ainda na ilha e não em Angra.

L.H. - Do ponto de vista do Exército o seu irmão estava atendido, porque o Exército já dava fardamento, dava enxoval, dava tudo. Mas a Marinha não dava nada, não é? A família tinha que providenciar.

F.T. - A família providenciava tudo, e era caríssimo! Era um dos obstáculos a se entrar para a Escola. E naturalmente era uma dificuldade. Mas nós tínhamos uma parenta rica - porque o meu pai era sobrinho do Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, que na época já era um homem rico, estava até um pouco afastado... Isso foi quando?

Em 26 para 27. Ele então deu todo o enxoval, como se dizia, e eu entrei para a Escola Naval.

L.H. - Não tem um Edmundo Bittencourt, não o velho, que é seu primo e mais ou menos da sua idade?

F.T. - Não. Ele tinha um filho que era o Paulo Bittencourt. Os filhos do Paulo nunca ficaram muito com ele...

L.H. - Porque havia aquele problema da Sílvia, a Sibil...

F.T. - É, ele separou-se da primeira mulher, que era a Silvinha Bittencourt, e depois casou-se com a Niomar. Eu não conheci seus filhos, não deram para grande coisa. Parece que ele tinha um filho Edmundo, mas eu nem o conheci. Eu conheci a mais velha, a Sibil. A Sibil é que teve dois filhos, um era o Edmundo... E não era Bittencourt, era um outro nome, porque ela casou com um americano, Eugéne Morrison. Eu fui muito amigo do Paulo, tanto que ia muito ao *Correio*. Nós tínhamos muitas divergências políticas, o Paulo era um homem de centro, e eu sempre fui um homem assim um pouco de esquerda. Mas era muito amigo meu, tanto que no 11 de Novembro eu fazia ponto no *Correio da Manhã*, fazia o escritório no *Correio da Manhã*. [risos] Mas então eu entrei para a Escola, foi aí que eu entrei.

L.H. - Vocês moravam onde nessa época?

F.T. - Morávamos em Botafogo, numa vila na rua São Clemente.

L.H. - Como era a vida em Botafogo nesse tempo?

F.T. - Era muito boa! Bonde, para a cidade era de bonde, depois que apareceram os primeiros ônibus - era Clube Naval - Mourisco, um ônibus da *Light*.

L.H. - Botafogo nessa época era um bairro inteiramente residencial, não?

F.T. - Residencial, essencialmente residencial, só residencial. Nós morávamos numa vila que tinha muitas casas - eram 34 casas se não me engano, ou 32 casas... Morávamos lá. Quando fomos para Botafogo, eu tinha seis ou sete anos, e ficamos lá até eu entrar para a Escola Naval. Depois, meu pai, devido a problemas de família, porque o Edmundo Bittencourt era oposição a Bernandes, a Washington Luís etc, foi chefiar os Telégrafos no Rio Grande do Sul em 26 ou 27, lá ele conheceu o Getúlio, fez muita amizade com o Getúlio. Quando houve a candidatura do Getúlio, acho que foi em 29, como ele era getulista e o governo queria botar lá um homem que policiasse os Telégrafos, as comunicações e tal, o que tinha certa importância na época, ele foi transferido para o Espírito Santo. Mas houve a Revolução de 30, e o Getúlio o nomeou diretor-geral dos Telégrafos. Aí ele se mudou, lá mesmo em Botafogo, para uma casa de esquina, que eram maiores, uns sobrados - nessa ocasião eu já era oficial.

L.H. - Nesse período que o seu pai fez essas andanças o senhor estava na Escola Naval?



F.T. - Ou morando na vila. A minha avó era quem tomava conta da casa, então eu e o meu irmão... Os outros estavam com o meu pai, os menores.

L.H. - Suas irmãs foram com ele?

F.T. - A mais velha ficou aqui também. Ficou num colégio de freiras, o Sacre Coeur de Jesus, no Alto da Boa Vista. Mas a nossa casa era um centro, porque todos aqueles alunos da Escola Naval e da Escola Militar que não tinham família no Rio iam para lá. Muitos. Então, no fim de semana, aquilo enchia de gente, eram dez, 12, dormiam pelos quartos...

L.H. - Quem eram os seus companheiros desse período?

F.T. - Ah, muitos! Da Escola Naval, todos da minha turma: era o Amarílio Teixeira e o Valdir Holanda - não tiveram muito futuro. Do Exército eram vários, inclusive o Ednardo d'Avila Melo chegou também a frequentar lá, Siseno foi algumas vezes... Era uma turma muito grande. Um deles até acabou casando com essa minha irmã mais velha, como era comum.

L.H. - Qual o nome dele?

F.T. - Carlos Pacheco d'Avila. Morreu há pouco tempo. Foi até chefe-de-gabinete da Petrobrás, do presidente da Petrobrás, o Araken, na gestão anterior a essa.

L.H. - Quando o senhor entrou na Escola Naval, então?

F.T. - Entrei em 27, cursei o primeiro ano em 27.

L.H. - No mesmo ano em que foi criada a arma de aviação?

F.T. - A aviação militar, porque a aviação naval já existia.

L.H. - Como era a aviação naval?

F.T. - Funcionava na ilha das Enxadas, num hangar que havia lá. Depois ela se extinguiu. Não! Depois ela passou para o Galeão.

L.H. - Ficava a aviação militar no Campo dos Afonsos e a aviação naval no Galeão?

F.T. - Exato. Na ilha das Enxadas havia um hangar da Cruzeiro... Não, a Cruzeiro ainda não existia. Da *Lufthansa*...

L.H. - Que era o Sindito Condor?

F.T. - É, Condor, Sindicato Condor. Funcionava lá, tinha uns aviões flutuadores que faziam vôo para o Sul e tal.

L.H. - Que tipo de serviço fazia a aviação naval?

F.T. - Instrução. Serviço militar em geral, pouca coisa. Era mais voar, mais esportivo. Mesmo no meu tempo era mais esportivo. Eu, por exemplo, já na aviação naval, a única missão de guerra que tive foi combater a Revolução de 35. Porque a revolução em Natal e em Recife estourou no dia 25 para 26; no dia 26 prepararam quatro aviões da aviação naval para ir colaborar com a Região Militar, que era comandada pelo Manuel Rabelo. Então fomos, levei bombas etc.

L.H. - Foi a primeira e única missão de guerra?

F.T. - Não, houve a guerra, depois. Depois veio a guerra, e o nível técnico da aviação militar melhorou muito. Porque a aviação militar, a do Exército - e nisso o Eduardo Gomes teve um mérito muito grande - encontrou um campo muito grande de treinamento e de utilidade, que foi o Correio Aéreo Militar. Então eles têm o Correio Militar desde 37, se não me engano.

L.H. - Não, o Correio Militar é anterior, é de 31.

F.T. - Quer dizer que desde 31 havia o Correio Aéreo Militar. O Correio Militar cobria o Brasil inteiro, então criou uma escola de pilotagem magnífica, tanto que, durante a guerra, nós trouxemos centenas de aviões em vôo dos Estados Unidos para cá, aviões de treinamento, aviões pequenos! Eu, por exemplo, trouxe dois! Eram aviões que o americano se negava a trazer. Então nós fomos buscar, e trouxemos com uma percentagem mínima de acidentes fatais e outros acidentes. Quer dizer, uma prova de competência. Isso se deveu ao Correio Militar. Depois, na aviação naval, nós fizemos um Correio Naval que ia até o Rio Grande. Isso desenvolvia muito a capacidade de pilotagem, o treinamento de pilotagem propriamente dito dos oficiais.

L.H. - Mas a Marinha teve uma certa vantagem em relação ao Exército pelo menos do ponto de vista da aviação, porque vocês tiveram uma missão americana, não é isso?

F.T. - Eles tiveram a Francesa.

L.H. - Que era um pouco atrasada.

F.T. - Atrasou muito. O Eduardo teve que romper com a Missão Francesa porque a teoria fundamental da Missão Francesa, a de emprego, era no campo de batalha. Então o campo de batalha para eles eram aqueles morros que circundam os Afonsos. Todo vôo de treinamento, tudo era feito ali.

L.H. - Era uma visão muito napoleônica de guerra, não? Era parada, campo de batalha...

F.T. - Exato, era uma visão napoleônica de guerra, campo de batalha, exatamente isso. Mas a Marinha não dava importância à aviação como arma; ela leva importância à Marinha enquanto navio de guerra, encouraçado. Só depois é que veio a dar importância à aviação, com o porta-aviões... Porque a aviação não tinha ainda grande significação militar para a Marinha; observação, eles faziam com navios torpedeiros, esclarecedores e tal. E o Exército também. Mas com a visão do Eduardo - não sei se visão ou intuição, talvez uma intuição política de ligar esse Brasil todo -, ele fez o Correio que cobria o

Brasil. E nós mesmos, aviadores navais, tivemos a oportunidade de voar no Correio. Fundimos, não é? E era uma beleza!

L.H. - O território brasileiro é um território que se presta muito à aviação.

F.T. - Necessita da aviação e o Correio prestava serviços! Uma vez eu fiz um correio - chamava-se Correio do Tocantins - e ia escalonando naquelas cidadezinhas do interior de Goiás, do Pará, de São Paulo e tal. E eu tive uma pane em Palma, que é uma cidade perto de Porto Nacional, na margem de Tocantins. Tive um acidente ali e fiquei uns dois dias esperando socorro. Quando veio o socorro e o avião ficou pronto, fizemos um vôo de experiência antes de voltar para cá. Lá era uma cidade paupérrima, tinha mosquito que era uma coisa horrorosa, e eu me hospedei na casa de um sujeito, onde fiquei uns dois dias. Aí um parente desse sujeito – parece que cunhado – era político numa cidade vizinha, que eu agora não estou me lembrando o nome, e nessa cidade não tinha campo de aviação. Ele me disse: "Tenente", – eu já era tenente ou capitão – "o senhor podia me levar para um vôo." Eu digo: "Posso." Ele então: "É que eu queria que o senhor fosse a essa cidade aqui." Eu digo: "Mas onde é essa cidade?" Ele mostrou o nome: "É aqui e tal. Mas não precisa, quando o senhor decolar eu lhe mostro onde é a cidade." Eu disse: "Está bom." Botei o sujeito, fui fazer a experiência, dei um vôo... Quando decolamos, dei a primeira curva e perguntei: "Onde é a cidade?" Ele olhou, não sabia. Ficou tonto, porque nunca tinha... [risos] Aí eu vi a cidade, fomos lá e fizemos uns vôos rasantes em cima dela.

L.H. - Espantou as vacas do mato para poder descer. [risos]

F.T. - E ele era político lá, não sei se vereador, qualquer coisa assim. Tempos depois eu recebi um ofício da Câmara dos Vereadores dessa cidade, um ofício engraçadíssimo me cumprimentando: "Por ares nunca dantes navegados," O avião nunca tinha chegado lá, tinha dado uma passagem ... [risos] Ele conseguiu a história. Para se ver o que era o Correio!

L.H. - Como foi a sua primeira experiência de vôo?

F.T. - Antes de ir para a aviação naval eu já tinha voado quando fizemos a viagem de guarda-marinha, que foi péssima! A minha turma foi muito sacrificada, porque até dois ou três anos antes havia um navio-escola, o *Benjamim Constant*, no qual o guarda-marinha fazia aquela viagem pelo mundo inteiro. Mas o navio-escola foi desativado e, duas turmas depois que eu aí, chegou o novo, o *Saldanha da Gama*, se não me engano. Então eu não peguei essa viagem de volta ao mundo.

L.H. - A sua turma foi intermediária?

F.T. - Foi intermediária. Nós fizemos uma viagem a Fernando de Noronha, foi a nossa viagem de guarda-marinha. Uma beleza de viagem! Mas a bordo do navio, que era um navio cargueiro da Marinha, eles levaram um avião com flutuadores, um hidroavião, e um aviador da aviação naval - ele conseguiu isso para passear.

L.H. - Que avião era esse?

F.T. - Eu não me lembro a marca do avião, era um monomotor. Então, quando chegava a um porto, por exemplo, Recife, esse voador tirava o avião com guindaste, botava dentro d'água, girava os motores e voava. Eu voei nesse avião. Achei uma maravilha aquilo, uma beleza! Avião perigosíssimo! Antônio Dias Costa era o nome do comandante desse avião.

L.H. - O senhor não teve enjôo, não teve nada?

F.T. - Não. Eu enjoava na Marinha. [risos] Inicialmente eu enjoava no mar, mas depois me habituei, acabei me habituando. Na aviação eu não enjoava. Não enjoava. Depois que eu entrei, comecei a voar como aluno. Ali você voa todo dia até voar sozinho.

L.H. - Como era esse processo? O aluno entrava na Escola Naval, fazia o primeiro ano com todo mundo junto?

F.T. - Na Escola de Aeronáutica.

L.H. - Não, eu digo na Escola Naval.

F.T. - Na Escola Naval? Quando se entra na Escola Naval, é só Escola Naval.

L.H. - Primeiro ano, todo mundo junto?

F.T. - Quatro anos todo mundo junto.

L.H. - Quatro anos todo mundo junto? Ah! Porque no Exército é diferente, não?

F.T. - No Exército são três anos, dos quais um é básico, todas as turmas tiram. Os outros dois eram as especialidades. Então um vai para a artilharia, outro vai para a infantaria...

L.H. - E quem vai para a aviação?

F.T. - Para a aviação, o curso é aviação. Ainda tem algumas coisas. Inicialmente o alojamento era no Realengo. Eles vinham de manhã para fazer o vôo e voltavam à tarde para ter aulas teóricas.

L.H. - Mas depois eles passaram a morar nos Afonsos?

F.T. - Depois passaram a ter aulas inclusive nos Afonsos, aulas teóricas.

L.H. - Mas vocês, não. Vocês passaram os quatro anos na Marinha?

F.T. - Não havia cadete-aviador. Lá só havia tenente; só primeiro-tenente é que podia ir para a aviação naval.

L.H. - Isso deve ter criado um problema de patente quando juntaram as duas aviações para criar o ministério, não?

F.T. - Não, porque o posto você tinha, juntaram com o posto igual.

L.H. - Mas o que era capitão no Exército tinha muito mais horas de vôo do que o que era capitão da Marinha!

F.T. - Tinha, isso tinha. Eles eram mais "voados", isso era. Por exemplo, vamos supor eu e meu irmão, ou eu e um sujeito que saiu da Escola Militar: quando eu saí guarda-marinha da Marinha, ele saiu aspirante da aviação militar. Mas a carreira dele correu e a minha também. Quer dizer, quando ele chegou a primeiro-tenente-aviador, eu estava no posto de primeiro-tenente da Marinha.

L.H. - Do ponto de vista de patente, mas não das horas de vôo: ele tinha mais horas de vôo do que o senhor.

F.T. - Tinha, mas isso não tinha nenhuma influência na junção, porque a junção era pelo posto, pelo quadro, por antiguidade no posto. Eles foram casando as turmas independente das horas de vôo.

L.H. - Esse recrutamento da Marinha, essa coisa de a família ter que dar o fardamento, já eliminava muitos candidatos, não? A Marinha já fazia isso um pouco de propósito para eliminar muitos candidatos?

F.T. - Provavelmente. A Marinha sempre foi muito elitista.

L.H. - Preto na Marinha?

F.T. - Não entrava, era raro. Na minha época, não na minha turma, no meu período de Escola Naval, passaram por lá dois pretos e saíram oficiais, mas não fizeram carreira.

L.H. - Isso do ponto de vista dos oficiais. Por que a Escola de Aprendizes Marinheiros tem tradição de ser uma escola violentíssima, de castigos e uma série de coisas, a tal ponto que assustavam muito as criancinhas da época com a ameaça de que se elas não se comportassem bem seriam mandadas para a Escola de Aprendizes Marinheiros. Por que isso?

F.T. - Isso numa época muito antiga, anterior à nossa. Porque o recrutamento na Marinha é diferente do Exército. O Exército é a conscrição, quer dizer, o serviço militar obrigatório. Na Marinha não. Porque na Marinha o marinheiro senta praça por um período maior. No Exército, o conscrito serve durante um ano. Um ano depois ele tem o certificado que prestou o serviço militar e vai embora; se quiser fica como cabo, mas isso é outra coisa. Quanto mais reservistas o Exército tiver, melhor. Na Marinha, não. Na Marinha o problema é muito profissional, o marinheiro tem que servir mais tempo, então a Marinha profissionaliza o recrutamento. Na melhor fase da Marinha, por exemplo, a Marinha modernizada, que foi a que eu peguei, o marinheiro vinha da Escola de Aprendizes Marinheiros - tinha Escola de Aprendizes em vários estados do Brasil. Então recrutava-se, e quando ele vinha para cá, entrava para o corpo de marinheiros, era marinheiro de primeira-classe, vamos dizer. Depois era promovido e ficava parece que cinco anos - um compromisso de cinco anos renovável de cinco em cinco anos etc. No Exército, não. No Exército, a estabilidade, a permanência é para o sargento, já é para o graduado.

Digamos, um sujeito que sentou praça, gostou do serviço militar, não tem chance aqui fora, fica, é promovido a cabo, depois faz uma escola de sargentos e vai ficar como sargento.

I.F. - O senhor acha que a disciplina na Marinha tinha que ser mais rígida pelo fato de servirem vários homens presos em um navio? Houve também aquele problema da Revolta da Chibata, porque existia um tratamento muito mais rígido... A disciplina na Marinha é bem mais rígida do que a do Exército?

F.T. - Bem mais rígida, embora o Exército também tenha tido fases de necessidade de maior disciplina. Mas na Marinha não é propriamente a rigidez da disciplina que é maior, porque o navio sai e o comandante é uma autoridade dentro daquela...

L.H. - Motim a bordo é uma parada.

F.T. - Motim a bordo é um problema muito sério, e a tradição de motim a bordo era grande.

L.H. - É secular, não é?

F.T. - Ainda no meu tempo de oficial de Marinha... Porque a disciplina formal na Marinha era muito relaxada. Você vê que um soldado do Exército, um sargento, bate o pé, faz continência, é uma coisa impressionante, faz um barulho! O da Marinha, não.

L.H. - A disciplina era mais solta?

F.T. - A formal, mas a real, da Marinha, era muito maior.

I.F. - E deve ser muito sério, uma porção de homens num navio...

F.T. - Contidos ali, com viagens longas... É preciso que haja um sistema... Eu peguei um tempo em que era o seguinte: a figura do comandante no navio era a figura de um super-homem. Por exemplo, temos um navio e vamos dividi-lo ao meio, no sentido longitudinal. Um lado é o que eles chamam bombordo, outro lado é boreste - direita e esquerda do navio. Quando o comandante vai para o convés, que é a parte de cima do navio, se ele está de um lado, digamos, a boreste, todo mundo passa para o outro lado. Ele fica sozinho. Quer dizer, é uma coisa tremenda!

L.H. - Um lado é bombordo, outro lado é boreste; e o que é estibordo?<sup>2</sup>

F.T. - Estibordo já é negócio de vento, do lado que sopra o vento.

L.H. - Negócio de vento... Ah, bom! Porque eu sou paisana, não entendo nada dessas coisas. Quer dizer, um lado é bombordo e o outro lado é boreste.

F.T. - De marinha eu também sou paisano. Eu não me lembro. Acho que o lado direito é boreste e o lado esquerdo é bombordo. Quando o comandante está de um lado, todo o mundo, até os oficiais,

---

<sup>2</sup> Estibordo é sinônimo de boreste. Em 1884 a Marinha de Guerra do Brasil adotou o termo boreste em lugar de estibordo a fim de evitar que, nas vozes de manobra, houvesse confusão com bombordo.

passam para o outro. A não ser que ele chame você para conversar; então você fica com ele em sinal de maior respeito. No Exército, por exemplo, o comandante e os oficiais comem num rancho, num refeitório comum.

L.H. - Eles confraternizam, não é?

F.T. - Eles comem em comum, o comandante senta numa mesa com dois oficiais, ou quatro, ou dez, conforme seja a disposição. Na Marinha, ele come sozinho, na câmara do comandante, sozinho. Não vai ninguém lá. O resto come no rancho, no refeitório comum.

L.H. - Mesmo os oficiais não comem com o comandante?

F.T. - Eu estou me referindo aos oficiais. O comandante é que esporadicamente convida um oficial para jantar ou almoçar com ele. Se está viajando, é o jantar.

I.F. - É muito engraçado, a gente vê nos filmes tudo isso. Mas na aviação a intimidade dos oficiais é muito grande, dentro do avião mesmo há um contato mais íntimo. Como foi para os oficiais da Marinha que passaram por esse treinamento de ficar um bombordo e, de repente, ter aquela intimidade física dentro do avião?

F.T. - Bom, talvez essa rigidez, essa tradição de disciplina da Marinha tenha sido a causa da fuga para a aviação naval dos mais vagabundos, como eu, [risos] ou dos menos afeitos àquela coisa, àquela tradição.

I.F. - Porque é uma mudança brutal, não?

F.T. - Brutal. Já na aviação é diferente. Quando o avião decola, o coronel e o soldado, ou o sargento, vivem todos o mesmo risco.

L.H. - E muitas vezes o tenente piloto muito melhor do que o brigadeiro.

F.T. - Excluindo isso. Mas o oficial também depende muito do sargento, que conserta o avião, que prepara o avião, então leva o mesmo risco. Quer dizer, se você por acaso tiver uma pane, o sargento é que vai tirar aquela pane, porque excepcionalmente o oficial entende daquilo. É exceção. Então ali a vida é muito... a intimidade é total. A disciplina é muito relaxada na aviação, muito mais do que na Marinha.

I.F. - O Exército seria o meio-termo?

F.T. - O Exército é o meio-termo. O Exército tem que ter aquela rigidez, porque é um emprego momentâneo do homem, e na Marinha é um emprego permanente. Às vezes você tem que atacar um pelotão, tem que ter disciplina, e eles têm uma disciplina formal, coisa que a Marinha ridicularizava muito no Exército. E eles ridicularizavam os nossos hábitos tradicionais. Porque a Marinha era pautada - eu hoje não sei mais, acho que já deve ter mudado isso- na Marinha inglesa do Nelson.

L.H. - Na Marinha britânica. Claro. Do Nelson para cá já ficou tudo muito moderno demais, não é? [risos]

F.T. - Eram novidades que não entravam na Marinha.

I.F. - A prova para entrar para a Marinha sempre foi muito difícil. O senhor disse que passou brilhantemente na primeira prova.

F.T. - Eu não digo brilhantemente, [risos] mas passei.

I.F. - Qual foi sua formação de colégio?

F.T. - Naquele tempo não havia o ginásio nos termos em que há hoje.

L.H. - Era o preparatório?

F.T. - Era o preparatório. Você fazia os preparatórios e tal. Eu não fui bom aluno nem nos preparatórios, nem na Escola Naval, em lugar nenhum. Nunca fui bom aluno. O exame de admissão para a Escola Naval era exclusivamente matemática, álgebra, geometria, trigonometria etc. E eu comecei os preparatórios muito cedo, até por uma circunstância que me ajudou, porque esse meu irmão mais velho ficou um ano doente, então eu o acompanhei. Passei a acompanhá-lo. Mas tive um bom professor particular de matemática para passar no preparatório.

[FINAL DA FITA 2-A]

F.T. - Então eu tomei um certo gosto por matemática, aquela matemática elementar.

L.H. - Se não me engano, na Escola Naval havia uns professores que eram professores da Politécnica também, não havia?

F.T. - Pois é, Inácio Azevedo Amaral, vários. E eles tinham muitos cursos. Os professores da Escola Naval organizavam cursinhos, esses cursinhos para admissão. Quando eu fiz 14 anos já tinha acabado todos os preparatórios, quer dizer, já estava pronto, razão por que tive que entrar um ano antes.

L.H. - Falsificar a idade.

F.T. - Eu levei um ano estudando, como aliás todos faziam, no cursinho de uns oficiais da Marinha que eram professores da Escola Naval. Um deles se dava com o meu pai, porque o meu pai foi aluno do Colégio Militar.

L.H. - Mas não seguiu carreira.

F.T. - Não. Ele entrou para a Escola Militar porque entrou direto, mas houve aquela revolução no tempo do Rodrigues Alves, a Revolta da Vacina, em que a Escola Militar se revoltou, e o ministro da



guerra transferiu a Escola Militar para o Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Ele já estava noivo, sei lá o quê, namorando, qualquer coisa, e resolveu abandonar.

L.H. - Optou pela namorada. [risos]

F.T. - Optou pela namorada e ficou no Rio, onde tirou a Escola Politécnica.

L.H. - Eu estava tentando me lembrar como era o nome daquele professor da Escola Politécnica que fazia parte do grupo que morreu num acidente com o Santos Dumont, o senhor se lembra?

F.T. - Amoroso.

L.H. - Amoroso Costa! Ele tinha sido professor da Escola Naval também ou era só do grupo da Politécnica?

F.T. - Era só engenheiro.

L.H. - E o Álvaro Alberto, já era professor da Escola Naval no seu tempo?

F.T. - Já, o Álvaro Alberto foi meu professor.

L.H. - Como ele era?

F.T. - Terrível! Terrível! Era um sujeito... Não era um bom professor, embora fosse um conhecedor profundo. Era professor de química, mas não era um bom professor.

L.H. - Em geral é o que acontece. O gênio é mau didata.

F.T. - Mau didata e homem de preferências. Na turma, ele escolhia uma meia dúzia de preferidos, então escrevesse o que escrevesse... Se dava uma prova, esses faziam um verso, ele dava dez; e os com que ele cismava, não dava. E eu era uma das vítimas do Álvaro Alberto, mas acabei passando. [risos] Depois até fiquei seu amigo, porque ele teve um papel muito grande nessas lutas pela paz, pelo problema do átomo.

L.H. - Na época ele já era reconhecido como cientista?

F.T. - Já era cientista. Ele descobriu ou criou a fórmula de um explosivo. Ele já tinha fama, era um homem famoso, e dava as aulas, mas não era um grande professor. Não era, não.

L.H. - E como era a rotina de estudo na Escola Naval? Vocês moravam na ilha das Enxadas?

F.T. - Na ilha. Entrávamos domingo à noite e saíamos no sábado seguinte à tarde, executados os dias de serviço - tinha negócio de serviço e tal. A Escola era muito bem organizada, porque foi organizada, nessa época em que eu entrei, em moldes absolutamente americanos. Então, do ponto de vista do estudo, era para dar excelentes frutos. Porque para cada aula de 45 minutos você tinha anteriormente 45

minutos de estudo obrigatório. Então entravam todas as turmas na sala, havia uma distribuição de apostilas, de livros-texto, e você a rigor estudava a aula que ia ser dada para ter melhor aproveitamento. Você acordava às seis horas, quinze para as seis, tomava o cafezinho, havia uma ginástica, depois um pequeno almoço, tudo muito bem-feito, comida boa... Depois começavam as aulas: eram três aulas de manhã, às sete, nove e 11 horas.

L.H. - Com esses intervalos para estudo?

F.T. - É. De sete e quinze às oito, estudo; de oito às oito e quarenta e cinco havia um recreio, entre cada aula uma recreaçãozinha e tal. Então era bem organizado. De tarde havia ainda duas aulas, depois exercícios: infantaria, muito esporte, natação, atletismo, nos moldes americanos.

L.H. - Menos carga nas coisas teóricas como havia na Missão Francesa?

F.T. - Menos carga teórica, um ensino mais... Agora, professores, eu não quero ser injusto, fracos. A não ser na minha época, como a minha turma era grande... A turma devia ser de 50 vagas, das quais parece que 20 eram para o Colégio Militar e 30 para o concurso. Mas no concurso só passaram 16 de duzentos, de trezentos, tudo foi a pau e só aproveitaram 16. Então ficou uma turma... Eram 16 vagas. Nós éramos 32, mas eles acharam muito e dividiram em duas turmas. Então trouxeram oficiais da Marinha para dar aula, e esses eram melhores, aqui para nós, do que os professores catedráticos. Eu, por exemplo, tive sorte. Peguei em descritiva um que depois foi almirante, o Diogo Borges Fortes, que depois voltou para a Marinha e fez carreira.

L.H. - Eles eram instrutores, então?

F.T. - Instrutores. Esse era de descritiva. Eu era mau aluno, como já disse, mas entrei e tirei uma fotografia do curso: Bom, aqui só reprovam em duas ou três cadeiras, que são: descritiva, cálculo e uma outra. Eu vou estudar isso, o resto largo." Estudei aqueles três e passei, e no resto passava mesmo. E o Borges Fortes foi meu professor em descritiva; bom professor, estudava a matéria, preparava bem as aulas.

L.H. - Vocês já estudavam esse negócio de marinha de guerra, canhão e balística, esse tipo de coisa?

F.T. - Estudávamos, balística, tudo! O curso em si, a meu ver - a meu ver, não -, era péssimo! Até vou dizer a você que, quando saí guarda-marinha, se me entregassem um escaler para eu ir a Niterói, eu me perdia. [risos] Estou dizendo isso a vocês, mas não é para ser publicado, não, porque eles vão ficar feras! Mas eu não sabia nada, compreendeu? Só se aprendia depois, na prática. Eu não aprendi nada, porque fui para a aviação, então fui aprender a voar.

L.H. - Enquanto isso, o que se diz da Escola Militar também é que se aprendia muito tiro a giz, que era o professor com o giz no quadro. O general Muricy contou isso para nós.

F.T. - Na Escola Militar o regime era bárbaro! Porque lá era o contrário: durante a manhã eram os exercícios práticos, e eram puxadíssimos! Eram manobras de campo, coisas de matar mesmo! Eles

acabavam aquilo, comiam uma bóia tremenda e começavam as aulas. Não havia quem prestasse atenção a uma aula. Era impossível! [risos]

L.H. - As folgas eram de sábado...?

F.T. - Sábado, às duas e quinze, você tomava uma lancha, ia para casa, dormia sábado e voltava domingo às 11 horas.

L.H. - E aí o que se fazia? Ia à praia? Como era a vida?

F.T. - Aí era o que você quisesse. Mas era proibido andar à paisana.

L.H. - Como era? Tinha que andar fardado?

F.T. - Tinha que andar fardado. Hoje já é permitido andar à paisana, eu penso. Naquela época era proibido.

L.H. - Como era o fardamento naquela época?

F.T. - Era famoso, era uma beleza! Aquele jaquetão azul-marinho é moda de Marinha! Branca... Quer dizer, eles davam o uniforme de licenciamento, como eles chamam, em geral era o jaquetão azul-marinho, botões dourados, era um sucesso com as meninas! Era uma beleza, uma beleza!

L.H. - Quando vocês encontravam um oficial na rua, como era? Tinham que fazer continência, ceder lugar no bonde, aquelas coisas?

F.T. - Continência, ceder lugar no bonde... isso tinha que fazer! Não podia sentar na frente de um mais graduado, tinha que ir lá para trás. A não ser que ele permitisse, não é? Eu, por exemplo, tive até uma... Eu era aluno, parece que já do quarto ano e o diretor da Escola era o almirante Francisco de Matos.

L.H. - Irmão do Dante?

F.T. - Pai do Dante. Eu tive dois diretores durante os quatro anos: um foi o Isaías de Noronha, que em 30 foi fazer parte da junta militar, que acabou dando posse ao Getúlio, e esse Francisco de Matos, que era contrário. O Isaías foi um bom diretor da Escola, muito preocupado com o ensino, com a justiça, os graus, assistia às aulas... O almirante era bonachão, era mais velho.

L.H. - Não houve uma questão entre o Isaías de Noronha e o Clube Naval? Parece que o Isaías tinha sido posto fora da direção do Clube Naval e houve um movimento na Escola para recolocá-lo no cargo. Acho que houve um movimento desses, mas não estou me lembrando agora o período exato.

F.T. - Eu não me lembro, não.

L.H. - E a revolta do *São Paulo*? Evidentemente o senhor pegou a Escola quando esses acontecimentos todos já haviam passado. Mas isso interferiu? Havia alguma lembrança desse período?

F.T. - Havia. Eu vivi justamente um período na Escola, vamos dizer, ainda, de ebulição política. Porque o tenentismo tinha ramificações na Marinha, tanto que houve a revolta do *São Paulo*, havia aqueles exilados... o Augusto do Amaral Peixoto, o Cascardo, o Alcoforado... O resto voltou, porque no navio foram poucos. Foram poucos que foram. Em suma, aquela turma foi e estava exilada lá. Mas havia ainda um sentimento tenentista, vamos dizer assim, tanto na Marinha como no Exército. Mas com a posse do Washington Luís, o cessar-fogo da Coluna Prestes...

L.H. - E acabou o estado de sítio também...

F.T. - Houve uma calma aparente. Foi o período em que eu entrei para a Escola, porque o Washington assumiu em 26 e eu entrei em fins de 26, 27.

L.H. - Alguns dizem que se o Washington tivesse dado a anistia, ele teria de certa forma esvaziado muito esse movimento, porque todos os tenentes exilados queriam mais era voltar!

F.T. - Bom, teria esvaziado, mas não... Isto seria atribuir a derrota puramente do Washington Luís a uma derrota puramente militar, o que não foi, porque o Exército ficou com o Washington. Você veja que a revolução no Rio Grande do Sul foi feita contra o general que estava lá. E' claro que certas unidades se revoltaram, mas poucas...

L.H. - Era o Gil de Almeida?

F.T. - O Gil de Almeida era o comandante da região. Em Belo Horizonte, o 12º. resistiu até 15 dias. Quem comandou a revolução no Nordeste foi o Juarez, que era major na época.

L.H. - E acabaram até matando o Lavenère.

F.T. - ... Quer dizer, foi uma revolução militar que a hierarquia militar não dirigiu. Quem comandou a Revolução de 30 foi Góis Monteiro, que era praticamente major, tinha sido promovido a tenente-coronel às vésperas da revolução. A hierarquia militar não fez a Revolução de 30. Então eu não considero a Revolução de 30 um golpe militar nos padrões brasileiros. Foi uma revolução da qual o militar participou, os tenentes ajudaram. Mas se o Washington Luís tivesse dado a anistia, se tivesse tido uma outra condução da política, ele teria passado o governo ao substituto. Não necessariamente ao que ele queria. Aí é que foi o problema. Eu penso que a melhor interpretação do episódio seja ainda a do meu genro, o Werneck: o que ocorreu foi um choque entre o latifúndio exportador e o latifúndio não-exportador. Quer dizer, o não-exportador não tinha vez, quem mandava era São Paulo; Washington Luís quis manter São Paulo, então Minas e o Rio Grande se uniram e houve aquilo que vocês conhecem melhor que eu.

L.H. - Mas existia esse clima dentro da Escola?

F.T. - Existia. Naturalmente o militar daquele tempo - e eu acho que até o de hoje - na Escola não era muito... Eu era muito politizado, problema de família... e havia um grupo politizado.

L.H. - Desculpe-me interromper, mas me explique isso: o senhor já era politizado? O que seu pai andou aprontando?

F.T. - Meu pai foi intendente municipal, vereador aqui no Rio de Janeiro, quer dizer, sempre fez política partidária.

L.H. - De oposição?

F.T. - De oposição.

L.H. - Porque o Rio era um dos poucos lugares do Brasil onde a oposição se elegia. Era o Maurício de Lacerda, e tinha aquele outro que depois assinou o *Manifesto dos mineiros* que também se elegia muito aqui - não estou lembrando o nome dele agora.

F.T. - Meu pai era muito de oposição, então eu era muito politizado. Era essa política pequena, política de... Mas também por causa do Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, aquela coisa... Então eu não era um homem politizado, era um homem interessado em política, coisa que não era muito comum nos moços daquela época. Mas na Escola tinha também alguns, engraçado, os de fora; não sei se por causa do clima, mas, por exemplo, tinha cearenses que eram muito politizados, preocupados com a política! Mas a medida em que o problema se agravou com a Aliança Liberal, a morte de João Pessoa, aquilo tudo foi emocionando um pouco a Escola - no meu período final, porque em 30 eu estava no último ano, justamente em 30. Quando houve a Revolução de 30, em 3 de outubro, quando Getúlio começou a revolução e tal, a Escola foi colocada de prontidão. De prontidão!

L.H. - Vocês não podiam sair?

F.T. - Não podíamos sair. Até houve um fato engraçado: todo começo de ano a Escola fazia uma viagem de instrução pelo litoral do Brasil. E nós fizemos uma no encouraçado *São Paulo*, na época um dos maiores navios da Esquadra - o outro era o *Minas Gerais*. E na última viagem que fizemos, no começo de 1910, nós, os aspirantes, como éramos chamados, os cadetes, fizemos relações com alguns oficiais já ligados a... Já havia a candidatura do Getúlio, já havia a Aliança Libertadora...

L.H. - Já se começou a conspirar um pouco?

F.T. - A conspirar um pouco, porém mais naquele sentido de votar no Getúlio. Havia a esperança de que ele... Quando assassinaram João Pessoa, em julho de 30, a coisa complicou, Getúlio foi derrotado na eleição, na apuração, e a situação se agravou. E me lembro que um desses oficiais - não foi o Ernâni do Amaral Peixoto, foi um outro, um que depois foi da Casa Militar do Getúlio - me pediu para entregar na Escola Naval, na ilha das Enxadas, uma carta do Augusto do Amaral Peixoto, que estava em Montevidéu, a um piloto da Condor: a tal hora ele estaria lá. Eu peguei a carta, mas depois fiquei com um medo desgraçado: [risos] "Me pegam com isso aqui, lá vou eu para a rua no último ano!" Mesmo assim ainda tentei, mas o piloto não apareceu, não estava lá na hora que o procurei, e acabei devolvendo a carta, não consegui. Então estou mostrando a vocês que havia a coisa e tal. Mas quando houve a revolução propriamente dita, a Escola ficou de prontidão, e aí, sabe, prontidão era uma chateação! Não se podia ir para a cidade, não se podia vir para a terra, como nós íamos...

L.H. - Mas também todo o mundo na Escola podia conspirar, porque estava todo o mundo ali.

F.T. - Podia conspirar. Mas ali a conspiração era mais para suspender a prontidão. [risos] Eu me lembro que uma vez o almirante Francisco de Matos chegou na Escola para dar o expediente à tarde, quatro horas, cinco horas, e nós já tínhamos acabado. Então estávamos ali naquele grupo, e alguns resolveram pedir a ele para ir à terra, para ir à cidade. Então ele ia andando pelo caminho em direção à sua casa, porque a casa era na própria ilha - e levou um susto quando viu aquele grupo! Pensou que fosse uma revolução! [risos] Quando dissemos o que era, "Almirante, a revolução já acabou!" - isso foi no dia 21 ou 22 -, ele passou uma descompostura e não deu licença para sairmos. [risos]

L.H. - As figuras do tenentismo tinham alguma penetração na Escola? O Juarez, o próprio Prestes, o Siqueira, o Cordeiro, esse pessoal da Coluna?

F.T. - Não. Nessa época, na nossa geração, havia uma admiração terrível pelo Prestes - Prestes, Juarez, o pessoal da Coluna. Havia uma admiração enorme! Essa geração militar, a que era atenta à vida política, tinha uma admiração enorme pelo Prestes! Isso não há dúvida que havia.

L.H. - E que impressão causou a defecção do Prestes?

F.T. - A defecção do Prestes não caiu bem, porque começou a mostrar um aspecto ideológico que nós não tínhamos na cabeça. Então aquilo foi uma decepção por um lado, mas decepção porque aquele homem formidável, extraordinário era quem podia resolver o problema do Brasil se tivesse aceitado o comando da revolução. Pelo menos da minha parte o sentimento foi esse.

L.H. - E a morte do Siqueira?

F.T. - O Siqueira era um homem com muita popularidade, e a morte do Siqueira também foi uma perda, porque naquela época o que se cogitava era ganhar a revolução - fazer a revolução e ganhar. E os homens eram o Prestes, o Siqueira, o Juarez... Com a saída do Prestes e a morte do Siqueira, ficou um vazio muito grande na esperança geral.

L.H. - Nesse período a Escola ficou muito tempo de prontidão, quase um mês?

F.T. - Ficou de 3 a 24 de outubro. Aí houve aquele incidente da tentativa de controlar o problema através da junta militar, o Getúlio não aceitou, a junta resolveu entregar o poder, e nós continuamos de prontidão.

L.H. - O Almirante Matos aderiu à revolução?

F.T. - Não, ele era contra a revolução. Mas na Marinha não houve punição, nem mesmo inquéritos. Ele não se manifestou, manteve a Escola neutra, e nisso teve habilidade. A Escola ficou neutra, ele não participou de ação nenhuma, mas era do grupo. Ele era o homem mais graduado da Marinha na época. Eu acredito que ele tenha passado para a reserva pouco depois, acho até que ele deixou a Escola logo em seguida, foi exonerado quando a revolução venceu. A verdade é a seguinte: o tenentismo na

Marinha era muito incompetente, muito incompetente. Por isso que eles, em vez de assumirem a Marinha, de ficarem na Marinha, se elegiam vereadores em Maricá para não fazerem nada! Então, a corrente governista, para usar as expressões da época, era inegavelmente muito mais dedicada à Marinha do que a oposicionista.

L.H. - A oposicionista não trabalhava na Marinha enquanto corporação?

F.T. - Trabalhava como política, como um escalão político. Tanto que queriam fazer um ministro e fizeram o Heck, pai desse Sílvio Heck, ministro, que era um homem doente, que já não podia mais...

L.H. - O Conrado Heck?

F.T. - Exato. Era até um homem de respeitabilidade, mas já estava doente, não podia... Mas o fizeram ministro e tal, e acabou o Getúlio se acomodando com o lado de lá, essa é que é a verdade.

L.H. - Mas quando o Protógenes entrou no ministério, os tenentes tomaram conta do gabinete dele.

F.T. - Tomaram conta. Mas o Protógenes acabou rompendo com o Getúlio. Porque houve aquelas cisões, e o Getúlio naturalmente não ia se comprometer com um lado que não tinha futuro político, essa é que é a verdade, e foi rompendo. O Protógenes, sim. O Protógenes já era oficial superior durante a época, tentou uma revolta, a tal "conspiração Protógenes", e foi preso antes de a revolução deflagrar. Então o Protógenes realmente era uma exceção no quadro da Marinha.

L.H. - Mas a Marinha sempre se manteve meio distante.

F.T. - Meio distante porque, quando o Getúlio se firmou, quem era o ministro? Já era o Guilhem, o Aristides Guilhem, que era um homem do lado de lá. Durante todo o Estado Novo foi o Guilhem. Antes do Guilhem... eu agora não me lembro bem porque eu já estava...

L.H. - O primeiro foi o Isáias de Noronha, logo de início. Depois foi o Conrado Heck e em seguida o Protógenes.

F.T. - Quando o Protógenes brigou, acho que o Guilhem que entrou.

L.H. - Porque o Protógenes saiu para ser governador do estado do Rio. Depois eu acho que entrou o Guilhem, e que ficou até o final do Estado Novo.

F.T. - Ficou anos, ficou até o final. O Guilhem era um homem do lado dos governistas, não se comprometeu durante a revolução e acabou... o Guilhem agüentou a Marinha, para o Getúlio, que era o que ele queria, e estava resolvido o problema.

L.H. - O problema com o Guilhem já foi mais tarde com o negócio do integralismo.

F.T. - Já mais tarde.

I.F. - Nessa época que o senhor estava na Escola Naval, e seu pai estava trabalhando no Sul, já amigo do Getúlio, o senhor tinha contato com o seu pai e trocava idéias sobre política?

F.T. - Todo ano eu ia lá nas férias. Em geral o ano letivo acabava em meados de dezembro, nós tínhamos férias até fins de janeiro, depois voltávamos para fazer a tal viagem. Então, por exemplo, em 28 eu fui ao Sul, em 29 também, mas em 30 não fui, porque meu pai já não estava mais lá.

I.F. - Já tinha notícias do Getúlio como político através de seu pai?

F.T. - Já tinha e tal. Lá eu conheci o Lutero, porque eu era aluno da Escola Naval, meu pai tinha uma certa posição ali... Até tive ocasião de ver o Getúlio, porque uma vez o Lutero me convidou para dar um passeio a cavalo, não sei o quê e tal, e eu fui ao Palácio Piratini. Eu estava numa sala esperando o Lutero e vi o Getúlio de longe, estava de pijama, já meio barrigudinho... Ele era moço na época, isso foi antes de 30. Então eu ia sempre lá e discutíamos, éramos getulistas, getulistas.

L.H. - O que seu pai achava do governo do Getúlio no Rio Grande?

F.T. - Excelente! Getúlio foi um homem muito hábil em política, sempre foi um político de uma habilidade fora do comum. Ele era do Partido Republicano, que tinha um adversário tradicional, de luta armada, que era o Partido Libertador do Assis Brasil. E Getúlio assumiu o governo do Rio Grande do Sul substituindo o Borges de Medeiros, fruto do Acordo de Pedras Altas, em que houve uma revolução interestadual. Com o acordo, o Borges não podia mais ser reeleito, ou só podia uma vez. Porque o acordo foi em 23, e o Borges se candidatou, e precisava, para ser eleito... Isso vocês devem saber melhor do que eu porque já tem depoimentos. O fato é que pela Constituição do Rio Grande do Sul a reeleição só poderia ser mais uma vez, e se ele tivesse 3/4 da votação. L.H. - E dizem que ele não teve.

F.T. - Que ele não teve. E o Getúlio foi o relator na Assembléia Estadual que deu ganho de causa ao Borges. Então o Borges fez o Getúlio deputado federal, ele foi para a Câmara, foi ministro da Fazenda e depois foi eleito governador do Estado. Quando ele chegou a governador - eu até tive ocasião de presenciar isso quando viajei por lá - ele pacificou o Rio Grande. Ou, por outra vez, deu ampla liberdade partidária no Rio Grande.

L.H. - Coisa que não havia.

F.T. - Coisa que não havia. A eleição era a bico-de-pena, e não ganhava... Eu me lembro que fiz uma viagem, um passeio ao Rio Grande, àquela zona do vinho, Caxias, e lá venceu um candidato do Partido Libertador, que era um reduto tradicional do PR, e o Getúlio deu posse ao sujeito. Então quando ele se candidatou a presidente teve o apoio unânime do Rio Grande.

L.H. - Fechou o Rio Grande com ele.

F.T. - Fechou o Rio Grande com ele. É o que eu digo: o Brizola, agora, com essa coalizão aqui com o PMDB e o PTB, está querendo talvez reeditar o Getúlio para se apresentar como um homem capaz. Mas, vamos ver. Tomara que não aconteça. [risos]



L.H. - De qualquer forma o senhor já tinha notícias da atuação do Getúlio, da participação dele. Quando ele chegou aqui como presidente já não era um desconhecido para o senhor.

F.T. - Não era um desconhecido, e de meu pai muito menos. Mas a verdade é que eu não tive nenhum benefício, e nem podia ter, porque em 31 eu era guarda-marinha, em 32, segundo-tenente, nem funções eu podia ter, e não queria mesmo. De forma que em 32 eu já era oficial da Marinha, era segundo-tenente. A minha turma entrou para a aviação naval em 32, mas eu perdi o primeiro ano, porque fui fazer uma viagem para Belém. Durante a viagem acabei não me inscrevendo, e só no ano seguinte é que eu entrei, em 33. Então eu estava em Belém quando eles chamaram de volta ao Rio todos os tenentes que estavam fora para servirem nos navios fazendo o patrulhamento do porto de Santos. Distribuíam os tenentes para servirem com outros oficiais em rebocadores ou navios pequenos.

L.H. - Já por efeito da Revolução de 32?

F.T. - Estávamos em plena Revolução de 32! Eu fiz até o bloqueio de Santos! Naquele período que foi de 9 de julho até o fim eu fiz o bloqueio de Santos.

L.H. - Até outubro?

F.T. - Não, foram só três meses, até setembro. Eu fiz o bloqueio de Santos num rebocador, e era getulista. Era getulista!

L.H. - Ali havia o quê? Uma esquadra?

F.T. - Era para evitar que São Paulo recebesse armamento ou o que fosse pelos portos. Então fizemos o bloqueio do litoral de São Paulo.

I.F. - O senhor disse que vocês foram convocados e que o senhor era getulista. Tinha os que não eram getulistas e foram forçados?

F.T. - Tinha. Não foram forçados. Houve participantes na Marinha e até na aviação naval que depois foram presos, que participaram da revolução de São Paulo. Tentaram ir para São Paulo, e alguns foram.

L.H. - Roubaram aviões?

F.T. - Roubaram aviões, houve isso. Mas na Marinha, não. Na Marinha não houve praticamente nada porque não havia como se manifestar. Na Marinha era mais difícil. Não se podia revoltar um navio, não se chegou a tanto. Mas eu acho que o Getúlio já era um pouco impopular na Marinha, ouviu?

L.H. - Por que o senhor acha isso?

F.T. - Porque a ascensão do grupo tenentista ao poder na Marinha caracterizou-se por uma falta de amor à Marinha, de interesse pela Marinha. Estavam preocupados com problemas políticos, em fazer política, eram mais políticos do que os militares.

## [FINAL DA FITA 2-B]

L.H. - O que o senhor está dizendo é muito interessante, porque no Exército não se deu isso. Os tenentes que foram para o gabinete do Leite de Castro fizeram muitas melhorias no Exército: tentaram incorporar aqueles "rabanetes" e "picolés" que tinham ficado fora, criaram o Correio Aéreo Militar, quer dizer, beneficiavam muito o Exército enquanto força. Na Marinha não aconteceu isso?

F.T. - Não. O que ocorreu foi que o tenentismo no Exército obteve adesões da hierarquia, como por exemplo o Leite de Castro, que já era general. No Exército houve o problema dos "picolés", que eram os rapazes da Escola Militar expulsos em 22, o que reforçou muito a posição tenentista. Quer dizer, tudo isso reforçou o tenentismo no Exército. Mas, mesmo assim, em 32 uma parcela muito ponderada do Exército ficou com São Paulo; o Bertoldo Klinger, o Euclides Figueiredo, o pessoal da aviação militar fugiu, levaram aviões...até aquele filho do João Gomes, o José Gomes Ribeiro, morreu atacando um navio em Santos. Justamente o *Rio Grande do Sul* estava fazendo o bloqueio de Santos, ele atacou, foi abatido e morreu. Então eu acho que o Exército era mais Getúlio do que a Marinha, embora estivesse dividido. Mas ali houve guerra civil. O problema de 32 não se alinha muito nesse meu raciocínio político, porque houve guerra civil, o que não é comum nas intervenções militares. As intervenções militares se caracterizam pelas decisões de gabinete. A maioria está no gabinete, dá o golpe, depõe...

L.H. - Justamente até para evitar uma possibilidade de guerra civil.

F.T. - Eu acho que o militar no Brasil tem muito medo de briga, ele é muito pacifista.

L.H. - Contam até que a *Canção do soldado* diz isso: "A paz, queremos com fervor, a guerra só nos causa dor." Não quero brigar, pelo amor de Deus!

I.F. - Eu não entendi bem, porque no caso de uma revolução em que os praças e os soldados entram na revolução obedecendo ordens, tudo bem. Mas pelo que o senhor falou, parece que na Marinha, inclusive os tenentes, os oficiais, também entraram na Revolução de 32 sem serem muito ligados ao Getúlio. Como foi isso?

F.T. - Ali era a tal inércia, era a ordem. A hierarquia dá uma ordem, eu e você, para não cumprir, temos como opção se rebelar. E se rebelar apenas para ser preso ou demitido é um heroísmo barato, não dá dividendos. Conspirar: então há a idéia de conspirar, não é verdade? O que eu digo é que na Marinha não houve uma conspiração. Quer dizer, a hierarquia que o Getúlio desalojou não conspirou, aceitou. Houve o caso de um oficial, excelente oficial - eu não me lembro agora o seu nome, mas ele tem um filho que é um desses meninos do Delfim - um oficialão, cumpridor dos deveres, era capitão-de-fragata, o que equivale no Exército a tenente-coronel. Quando houve a revolução - aí é que eu digo a pequenez dos tenentes - transferiram esse oficial para Manaus como capitão dos Portos - era a maneira de alijar o sujeito. Chegando lá, era interventor no Amazonas o Coimbra, um capitão-tenente da Marinha, e esse oficial tinha que prestar reverências ao capitão-tenente, governador do estado. Ele então pediu transferência para a reserva. Portanto, a hierarquia, ao invés de conspirar, entregou-se um pouco. E 32 encontrou a Marinha já com um comando; obedecia - tenho a impressão de que a contragosto. O ministro em 32 era o Protógenes, e o Protógenes já tinha mais nome na Marinha; então

a Marinha obedeceu e também participou, criou um batalhão de fuzileiros navais, comandado pelo Augusto do Amaral Peixoto, que foi atacar...

L.H. - Na área de Parati-Cunha?

F.T. - Na área de Parati-Cunha. Mas foi a única participação da Marinha porque no mais, de navio, só houve o bloqueio de Santos. Naturalmente, já disse, se um avião ia atacar o navio, você tinha que derrubar o avião, senão ele botava a pique. Foi o azar do Gomes Ribeiro, o filho do João Gomes.

L.H. - Era filho do João Gomes e aderiu a São Paulo?

F.T. - O filho! O pai não. O pai, depois, em 35, foi até ministro do Getúlio. Então é o que eu digo: naquela época, na minha opinião, o sentimento na Marinha era antigetulista, o que depois acabou. Porque a partir do Estado Novo a Marinha acabou sendo fervorosamente getulista. Não, a Marinha foi muito integralista. Se houve uma força armada que foi mexida pelo integralismo foi a Marinha. E o Getúlio, ao fechar... Mas a Marinha aceitou.

L.H. - Ele utilizou bem esse sentimento da Marinha, não é? Agora, a Ação Integralista foi fundada em 32. Já nesse momento ela penetrou na Marinha?

F.T. - Não. Ela foi lenta, mas foi penetrando, foi penetrando... Lá pelos anos de 33, 34, ela já estava extensa na Marinha, extensa.

L.H. - Por quê?

F.T. - A sedução daquela solução de força, de disciplina, de organização, um partido, o fascismo... O militar é meio fascista, não é? [risos]

L.H. - A coreografia...

F.T. - Ajuda. São fardados, têm uma farda, o chefe, o anauê, a ordem, a hierarquia... E depois o militar - quem diz muito bem é o Faoro, não sei se você leu o prefácio que ele fez do livro daqueles dois jornalistas sobre o Prestes. Ele diz que o militar, no fundo, não perde o vício, o ranço de que ele, como classe organizada que tira um curso superior, é a única coisa que pode salvar o país. Que o paisano é burro, é...

L.H. - Anárquico...

F.T. - Anárquico, incompetente, analfabeto, isso é muito da mentalidade do militar. E o Faoro diz ainda: o ensaio disso foi o Floriano, foi o florianismo que tomou conta e tentou fazer, mas o civil não deixou e retomou. Então o integralismo teve uma ressonância muito grande na área militar na Marinha e no Exército. Na Marinha, penso que até mais proporcionalmente.

I.F. - E o racismo teve alguma influência nisso?

F.T. - Talvez na Marinha, porque a Marinha sempre foi muito elitista, o que é quase racismo. Eles não queriam preto lá, não queriam mesmo.

L.H. - Mesmo não falando em preto, porque, digamos, é uma coisa ostensiva o oficial negro, mas por exemplo judeus, japoneses, italianos... Como isso batia na Marinha?

F.T. - Não, isso não se via.

I.F. - Eu falo no racismo em ligação com o integralismo e Marinha.

F.T. - Aí eu não sei. Racismo não no sentido nazista puro, antijudaico, embora na Marinha talvez houvesse isso.

L.H. - O anti-semitismo?

F.T. - O anti-semitismo. Eu vou contar, por exemplo: durante a guerra já havia a aviação do Exército, e nós tínhamos um correio para Salvador. Eu fiz um correio desses. Lá havia um capitão-de-corveta, ou capitão-de-fragata, major ou tenente-coronel chamado Hoffmann - um nome já suspeito, alemão. Ele era um nazista descarado! Para você fazer uma idéia, nós chegamos lá, nos hospedamos num estabelecimento da Marinha, a Escola de Aprendizes Marinheiros que ele comandava. E ele convidou a tripulação, que éramos eu e um outro oficial - não me lembro o nome - para jantar com ele - era uma praxe, aquela amabilidade da Marinha, aquela mordomia, coisa bonita! Fomos lá. Quando acabou o jantar, ele levantou um brinde da seguinte forma: "Agora eu quero levantar um brinde de satisfação pelo mundo ter-se livrado de uma judia nojenta que faleceu hoje." Era a mãe do Roosevelt! Nós ficamos boquiabertos! Era uma coisa intempestiva! O Brasil ainda não estava em guerra com a Alemanha, mas em todo caso... Para você ver o que era... Exatamente nessa fase começaram aqueles torpedamentos de navios na costa brasileira. Evidentemente a posição dos navios, eu não digo a posição exata, mas a data que saíam dos portos, um informe sobre os navios, isto seria dado daqui do Brasil. E o Hoffmann foi acusado desta coisa. Foi acusado, e a Marinha, a contragosto, chamou-o ao Rio para depor num inquérito que estava aberto sobre uma denúncia que tinha havido contra ele, que eu acho que era verdadeira, dado esse brinde que ele fez. E ele, para confirmar, suicidou-se durante a viagem. Suicidou-se.

L.H. - Não chegou aqui para depor?

F.T. - Não chegou ao Rio. Suicidou-se no meio da viagem, num navio de guerra, onde estava meio preso. Aí o Brasil já estava quase na guerra, porque estavam torpedeando os navios. E era ele quem dava as informações.

L.H. - Ele era comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros?

F.T. - Era o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Salvador. Morreu. O que eu quero dizer é que já havia um certo anti-semitismo. Ele era, claro, um integralista dos mais destacados da Marinha. Foi! Porque na época já não era mais.

L.H. - Nós estávamos falando há pouco sobre o perigo de motim a bordo e uma série de coisas que a Marinha teme muito. O senhor acha que o fato de o integralismo ter entrado tanto na Marinha pode ter alguma coisa a ver com isso, quer dizer, com a Marinha ser muito anticomunista, esse tipo de coisa?

F.T. - Pode. Porque o comunismo no Brasil nunca teve grande penetração militar, sobretudo entre soldados no Exército. Exatamente pelo tipo de recrutamento do Exército, que é transitório e tal, talvez eles nunca tivessem tido uma preocupação de se organizar num meio assim transitório. Mas na Marinha, como o marinheiro era mais ou menos estável, era permanente, ele era muito sensível ao comunismo. Havia muito comunista. Em 35, por exemplo, as prisões na Marinha, na base de marinheiros, foram grandes, muito grandes. Mas esse problema, como eu disse, ideológico se agravou mais no Brasil depois de 35. É verdade que na época já havia uma luta, porque a Aliança Nacional Libertadora, a que eu me referi anteriormente, já existia se contrapondo à Ação Integralista. Havia choques nas ruas, compreendeu?

L.H. - Seria mais ou menos isso, os marinheiros sensíveis a uma pregação comunista e a oficialidade sensível ao integralismo?

F.T. - Ao integralismo. Você viu que a revolução de 38, excetuando a manobra contra o Palácio Guanabara, de Getúlio, foi praticamente comandada pelo Severo Fournier. Mas o apoio era da Marinha, era dos fuzileiros.

L.H. - Com o Hasserlmann lá no Arsenal!

F.T. - O Hasserlmann prendeu os almirantes no Arsenal, e um oficial revoltou um navio - não me lembro o nome desse oficial. Houve um navio revoltado. Quer dizer, as únicas manifestações de adesão ao movimento de 38 foram na Marinha.

L.H. - Pelo menos as manifestações ostensivas, porque muita gente ficou em cima do muro.

F.T. - Claro, exatamente, o resto ficou todo em cima do muro. E muita gente na Marinha ficou também em cima do muro. Esse rapaz, esse oficial que revoltou o navio, um cruzador, parece que era o *Rio Grande do Sul* - eu não me lembro o nome dele, mas vocês devem ter isso em arquivo - foi o único que se manifestou; chegou a revoltar o navio, foi preso e demitido da Marinha. Como o Hasserlmann chegou a prender almirantes no Ministério da Marinha. Quer dizer, a Marinha foi muito penetrada pelo integralismo. E a aviação naval também. Um dos líderes do integralismo na Marinha era o Luís Neto dos Reis, que escrevia diariamente naquele jornal integralista. Agora, quando o Getúlio acabou, eles acabaram, eles acabaram! Essa é a verdade, que seja dita. E no processo, acabaram vendo que o Estado Novo foi um sucedâneo excelente à proposta integralista.

L.H. - Voltando então um pouco a 32, o senhor participou da Revolução de 32 ainda como oficial de Marinha?

F.T. - Como oficial de Marinha, e muito convicto de que estava defendendo o lado certo, que era o Getúlio. Eu, pessoalmente.

L.H. - Agora, convicto de que a Marinha era a sua vocação?

F.T. - Não, eu já estava decidido a ir para a aviação naval.

L.H. - Por quê?

F.T. - Porque eu não agüentava mais aquilo, não suportava. Eu achava muito chato aquele troço, e além do mais gostava de voar, gostava de voar. Então eu achava que a aviação era o único lugar em que eu poderia realmente fazer carreira. Na Marinha era mais difícil. Eu teria que me enquadrar num regulamento, num comportamento que dificilmente agüentaria. Então a aviação naval surgiu. Voar era uma coisa de que eu gostava, e por outro lado permitiria, talvez, ainda sem nenhuma visão política do problema...

L.H. - O Aluísio já estava voando nessa hora?

F.T. - O Aluísio já estava voando, já era aviador.

L.H. - Da aviação militar?

F.T. - Da aviação militar. E o outro, o Lino, ainda estava no Colégio Militar.

L.H. - Aluísio teve alguma influência nessa sua escolha para a aviação?

F.T. - Talvez... Sabe, todos os sábados nós nos encontrávamos, e ele, com aquela coisa de voar, aquela conversa toda de voar... Eu acabei me entusiasmando também.

L.H. - O aviador naquele período, acho que até hoje, sempre teve uma mística, uma coisa muito vinda da Primeira Guerra, daqueles ases da aviação, o Barão Vermelho...

F.T. - Sempre teve, sempre teve. Embora, na medida em que o avião foi se aprimorando, foi se transformando numa máquina já manobrada, esse aspecto já diminuiu um pouco. Veja que em geral o aviador gosta de voar. Antigamente o sujeito gostava de voar no avião de caça, fazia acrobacia... Isso foi sendo substituído por voar em aviões mais técnicos, voar com qualquer tempo, mas voar. Havia essa mística, esse gosto, esse prazer profissional de voar.

L.H. - E a aviação estava vivendo ainda uma época heróica, não é?

F.T. - Ainda vivia uma época heróica. No começo, totalmente, e pouco organizada, pouco preparada para a guerra. Essa é que é a verdade. Porque não havia conhecimento das técnicas. Isso só veio a ganhar impulso durante a guerra, com a participação na guerra e com o Ministério da Aeronáutica, com o Salgado. As incursões submarinas aqui no litoral brasileiro, a necessidade que o americano tinha daquelas bases em Natal para o transporte dos aviões para a Europa, tudo isso deu importância ao teatro de operações da América do Sul. E o americano montou logo um esquema, um sistema de bases e de aviões, de grupos de defesa do litoral. Montou, e o Brasil entrou nisso. Primeiro cedemos as bases, depois eles propuseram e forneceram ao Brasil um grupo de aviões modernos, equipados para a guerra anti-submarina, e fizeram um curso para pilotos brasileiros em Natal para equiparem esses aviões.

L.H. - Eram P47 também?

F.T. - Não. Eram *Ventura*, aviões *Ventura*, se não me engano. Aviões muito bons para a época.

L.H. - Mas eram caças ou bombardeios?

F.T. - Eram patrulhas. Bombardeios-patrulhas, mas equipados com foguetes para lançar bomba anti-submarina. E deram uma instrução muito apurada ao pessoal brasileiro. Então nós operamos um grupo, que era o sediado em Recife, enquadrado no sistema de defesa americano. O Eduardo comandava...

L.H. - Era África do Norte ...?

F.T. - Não, só América do Sul. O comandante era até da Marinha.

L.H. - Era o Ingram?

F.T. - Era o Ingram, o almirante Ingram.

L.H. - Ele comandava ao mesmo tempo as bases aéreas e a Força Tarefa Brasileira?

F.T. - Se enquadrou. Os americanos tinham um esquadrão em Salvador, um esquadrão em Natal, um esquadrão em Fortaleza, e se não me engano, um em Belém - não sei se tinham em Belém... E em Recife ficou o esquadrão brasileiro articulado nessa cadeia de comando do Ingram. Nós patrulhávamos de Maceió até Recife, se não me engano. Daí o esquadrão de Natal pegava, levava até Fortaleza, e de Fortaleza levava até Belém. Então enquadrava. Ele dava a ordem: "Tal dia, um avião, às tantas horas..." A gente ia lá, identificava o navio, vinha sobrevoando o navio, fazendo aquela rotina.

L.H. - Vocês faziam patrulha de costa ou havia o problema de comboio também? Acompanhavam o comboio?

F.T. - Sobretudo comboio. Já nessa época a navegação era feita em comboio para evitar... Agora, antes disso nós patrulhamos o litoral do Rio com um equipamento não aconselhado e de uma maneira muito esportiva, pouco técnica, ouviu? Eu acho. Isso que dizem por aí que o avião tal botou abaixo, afundou um submarino, eu não acredito. Não acredito! [risos] Em todo caso, eles dizem: "Os pilotos bombardearam o submarino, foi isso, foi aquilo." Mas não se encontrou o submarino. Encontrar submarino, avistar submarino, é muito possível. Eu nunca avistei. Fiz muita patrulha por lá, mas patrulha à portuguesa, e nunca avistei nenhum felizmente.

L.H. - Contam uma história de que o Pamplona bombardeou um submarino...

F.T. - É, na altura de Campos. Eles contam. Eu acredito que ele tenha visto um submarino, mas... Em todo caso, isso é lá por conta dele. [risos]

L.H. - Parece que na verdade esse tipo de patrulhamento à portuguesa, como o senhor diz, ajudou muito os pilotos brasileiros. Porque como o senhor estava contando, essa viagem de trazer o avião dos Estados Unidos para cá - coisa que os americanos tinham medo de fazer, porque parece inclusive que eles perderam dez *North American* quando tentaram trazer uma vez - exatamente esse tipo de vôo improvisado, com pouco instrumento, como voavam os pilotos brasileiros, exige uma habilidade muito grande, não?

F.T. - Ah! Foi o que possibilitou tudo. A habilidade profissional do piloto militar era muito grande. Na guerra, por exemplo, o esquadrão da FAB que foi para lá, o Grupo de Caça, portou-se - você vai ouvir o Nero - magnificamente. Foi elogiadíssimo pelo americano, pela capacidade dos pilotos de atuarem! Mas eles primeiro tiveram uma instrução adequada no Panamá e depois no campo de batalha, o que mostra que já estavam prontos. Porque foram tirados daqui, fizeram treinamento de guerra, foram para a Itália e aprovaram perfeitamente. Eu não estou desmerecendo... Estou desmerecendo o alto comando da Aeronáutica, que não tinha a menor noção do que fosse uma guerra! Também não tinha experiência.

L.H. - Até a criação do Ministério da Aeronáutica, se não me engano, o diretor do Departamento de Aviação Militar do Ministério da Guerra nunca foi um aviador, foi sempre um general.

F.T. - É, foi sempre um general, sempre um general do Exército. E o Exército, viciado naquela Missão Francesa que depois ele largou, porque era atrasada, como a guerra mostrou... teve mais tarde uma missão americana, mas brigaram, e a missão americana foi expulsa daqui. O chefe da missão era até um capitão na época, o White, que foi a maior autoridade da aviação americana durante a guerra, e havia vários outros oficiais. Expulsaram. Essa missão americana melhorou o padrão militar do emprego da aviação. E nós, no Ministério da Aeronáutica, não chegamos a ter, porque fomos criados em 41. Primeiro, a organização; segundo, aquela coisa da guerra, de trazer os aviões. Nós não tínhamos aviões, não tínhamos aviões! E durante a guerra houve uma necessidade de formar pilotos - é verdade que a maioria se formou no estrangeiro, de reserva. Finalmente veio a guerra, entramos na guerra, fizemos esse grupo aqui. A idéia era formar outro, tantos quantos fossem necessários, e assumir o comando. Mas a guerra acabou e ficou nisso.

L.H. - De qualquer forma uma quantidade grande de pilotos, pelo menos, fez o curso?

F.T. - E adquiriu uma experiência de guerra, de guerra anti-submarina, de guerra de patrulhamento, de proteção a comboio... Isso houve. Houve, e formou-se boa gente.

L.H. - Quando o senhor optou pela aviação naval não sabia nada de avião?

F.T. - Eu tinha voado, como disse a vocês, naquela viagem de instrução.

L.H. - Mais nada?

F.T. - Mais nada.

L.H. - E como era o procedimento? O senhor já era segundo-tenente?



F.T. - Fui promovido a primeiro-tenente.

L.H. - E aí ingressou na aviação naval?

F.T. - Entrei na Escola de Aviação Naval. Tirei o curso, e, aprovado no curso...

L.H. - De quanto tempo era o curso?

F.T. - De um ano. Porque o curso era uma primeira parte, aprendia-se o vôo propriamente dito, a aterrar e a decolar. Depois aprendia-se manobra e tal. Um ano ou oito meses de curso. Tirado esse curso, o sujeito era brevetado. Aí eu fui transferido do quadro, porque já havia na época um quadro de oficiais-aviadores que ia até almirante, corria paralelo à Marinha.

L.H. - Já havia algum almirante-aviador?

F.T. - Quando eu fui para lá, o almirante diretor da aviação naval ainda era oficial de Marinha, por conseguinte não havia ainda. Mas depois foram promovidos a almirantes da aviação naval, o almirante Augusto Short, o almirante Júlio Delamare, o almirante Trompowsky, que foram diretores da aviação naval.

L.H. - Mas eles eram pilotos?

F.T. - Pilotos!

L.H. - Então vocês tiveram mais sorte do que o Exército, porque no Exército eles nunca conseguiram.

F.T. - Não, não tinha. No Exército tinha até coronel. Porque no Exército a promoção a general não é da arma, o general passa a ser general de todas as armas. Então a infantaria, a artilharia, a cavalaria e a aviação concorriam. Mas não chegou a haver nenhum, porque um que fatalmente seria, era o Eduardo, e houve o ministério antes de ele ser coronel promovível.

L.H. - O Melo não era mais antigo do que o Eduardo?

F.T. - Não, o Melo era bem mais moderno que o Eduardo. O Melo era capitão, e o Eduardo... Porque quando houve a anistia de 30, Eduardo veio como major, e imediatamente foi promovido a tenente-coronel. O Melo era capitão na época, e o Eduardo era dos mais antigos. Parece que na aviação militar havia um coronel mais antigo do que o Eduardo, o Pederneiras. Foi diretor da aviação militar... Não, ele foi... Não sei se chegou a ministro...

L.H. - Não, ele foi diretor da Escola, não foi isso?

F.T. - Da Escola? Não me lembro bem.

L.H. - Se não me engano, na diretoria de aviação militar nunca houve um oficial-aviador.

F.T. - É, nunca houve.

L.H. - Houve na Escola, eles conseguiram botar na Escola, no Campo dos Afonsos.

F.T. - É, o de lá sempre foi aviador. Não! Sempre foi, não!

L.H. - Não, eles conseguiram que fosse, mas na diretoria de aviação militar nunca conseguiram botar um aviador, e vocês, na aviação naval, conseguiram.

F.T. - O diretor da aviação naval era aviador naval, e os comandantes da Escola de Aviação Naval eram todos aviadores navais. Havia um quadro, como eu disse a você que ia até contra-almirante.

L.H. - Como é a hierarquia na Marinha? Depois de primeiro-tenente vem...?

F.T. - Até capitão é a mesma coisa. O capitão na Marinha é capitão-tenente. Depois vem capitão-de-corbveta, que equivale a major; capitão-de-fragata, que equivale a tenente-coronel; capitão-de-mar-e-guerra, que equivale a coronel; contra-almirante, que equivale a general-de-brigada; vice-almirante, general-de-divisão; almirante-de-esquadra, general-de-Exército.

L.H. - E como capitão-tenente passava-se muito tempo também, da mesma forma que como capitão?

F.T. - Depende. Isso depende muito da época. Na minha época, levava-se mais de dez anos como capitão-tenente na Marinha. Mais de dez anos! Eu vi na Marinha, assisti na Marinha pai e filho terem o mesmo posto - capitães-tenentes. Pai e filho! Um até foi meu contemporâneo na Escola, o pai. Havia vários casos de pai e filho no mesmo posto. O sujeito era capitão-tenente com quarenta e tantos anos.

L.H. - Até capitão-tenente era também por antigüidade, e depois por merecimento, como no Exército?

F.T. - Até capitão-tenente era por antigüidade; de segundo-tenente a primeiro-tenente, antigüidade; de primeiro-tenente a capitão, como no Exército, já havia vagas por merecimento; e de capitão-tenente para capitão-de-corbveta era a divisão, antigüidade, merecimento.

L.H. - E vocês tiveram na Marinha o problema que houve no Exército, dos "rabanetes" e "picolés"?

F.T. - Não.

L.H. - Quer dizer que esses oficiais de Marinha tipo Herculino Cascardo, Augusto do Amaral Peixoto, da Revolução de 24, foram incorporados no quadro?

F.T. - Incorporados no quadro agregados, quer dizer, sem número para não ocuparem vagas. Eles não tinham número, mas tinham todas as regalias: eram promovidos e ficavam... para não prejudicar o quadro ativo. Eram poucos. No Exército criou-se o problema dos "picolés" porque eram quinhentos. E vocês vejam, um problema que depois eu quero conversar é o problema da anistia no Brasil. A anistia de 30 foi tão ampla, tão geral, tão irrestrita que esses alunos da Escola Militar, alguns alunos do

primeiro ano que foram expulsos no 5 de Julho, e que estavam portanto na metade do ano letivo, voltaram, tiraram um curso chamado de atualização. Eles davam até um nome pitoresco para gozar isso - os "picolés." Passado esse curso, eram promovidos a primeiros-tenentes; aí sim esses foram os "picolés", com um quadro paralelo etc. Mas a anistia apreendia todo mundo, todo mundo foi anistiado, até porque o aluno do primeiro ano não tinha ainda nenhuma formação militar. E foi muito bom para os do terceiro ano, porque eles voltaram, tiraram um curso de atualização, curso até muito engraçado, porque era um curso para convalidar aquela situação. Houve um caso pitoresco que me foi contado por um dos alunos desse curso - hoje é general, coitado, está até doente - o Tácito Lírio Reis de Freitas, que foi "picolé", com aquele que depois foi comunista, o Trifino Correia.

L.H. - André Trifino Correia?

F.T. - Trifino Correia, que era também aluno. O irmão do Ednardo d'Avila Melo era instrutor, e o Trifino estava fazendo uma prova, uma sabatina. O Trifino era um homem esquentadíssimo, brigão, e o d'Avila Melo resolveu chateá-lo e ficou do lado dele. O Trifino não sabia nada, não podia fazer a prova, tinha que colar. [risos] O outro dá uma voltinha, voltava e fica do lado do Trifino. Na terceira volta o Trifino puxa o revólver e disse: "Olhe, capitão, se o senhor não..."

[FINAL DA FITA 3-A]

2ª *Entrevista*: 01.12.1983

L.H. - Brigadeiro, eu queria começar a sessão de hoje discutindo uma afirmação que o senhor fez na nossa primeira entrevista, de que até 1935 todos os problemas surgidos no meio do Exército, das forças armadas em geral eram problemas políticos ou problemas próprios da corporação. E que em 35 foi a primeira vez que se deu um contorno ideológico à disputa dentro das forças armadas. Eu gostaria de conversar um pouco sobre isso.

F.T. - Eu disse o seguinte: que as intervenções militares, que historicamente são quase que permanentes em termos da vida política, até 35 se davam para dirimir conflitos puramente políticos - políticos no sentido de classes dominantes etc. Veja a República, o Hermes e tudo aquilo, 22, o tenentismo, mesmo 30 - embora em 30 não houvesse uma participação da hierarquia militar na revolução - o que ocorria era que a intervenção militar se dava sempre em benefício de uma ou de outra facção em conflito, e o poder era entregue àquela facção. Em 35, ou por outra, com o ascenso do fascismo no mundo, e aqui no Brasil a réplica, o integralismo, criou-se a Aliança Nacional Libertadora, que foi um movimento que repercutiu muito na sociedade brasileira e que se transformou rapidamente num movimento de massas.

L.H. - Mas a Aliança Libertadora não tinha uma conotação clara de esquerda.

F.T. - Não, tinha uma conotação de esquerda, vamos dizer, no sentido de que a luta contra o fascismo nas frentes populares que se organizaram era pelo menos de participação muito ativa da esquerda. Mas o que eu chamo a atenção é que aquele movimento teve uma grande repercussão na área militar.

Muitos militares aderiram à Aliança Nacional Libertadora. Com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora

houve o golpe, ou a intentona - como eles chamam - de 35, de que os militares participaram. Aquilo foi uma revolução puramente militar. Até, se não me engano - eu não li, mas me disseram - Prestes deu uma entrevista agora no dia 27 ao *O Globo* em que ele cita isso, que havia muitos militares envolvidos, e que na hora falharam. Em suma: a partir daquele momento a intervenção militar na vida nacional passou a ter uma conotação também ideológica. Criou-se uma discriminação política e ideológica dentro das forças armadas, uma discriminação sobretudo anticomunista no país inteiro, mas nas forças armadas com muito mais vigor, tremenda! Veja que até 1935 todas as anistias dadas no Brasil - acho até que já falei nisso antes - foram amplas, gerais e irrestritas. O militar envolvido em 32, que é o caso mais próximo, ou 30... Em 30, por exemplo: a Escola Militar revoltou-se em 22 e todos os cadetes foram expulsos, a maioria esmagadora da Escola foi expulsa, porque solidarizou-se, participou daquele movimento de 22, o de 5 de julho. Em 30 houve a anistia e voltaram todos, inclusive como primeiros-tenentes.

L.H. - A anistia retroagiu até 22, não é?

F.T. - Retroagiu. Quer dizer, cadetes do primeiro ano da Escola Militar que em julho tinham cursado quatro meses de vida militar foram promovidos a tenentes e fizeram até um curso.

L.H. - É o quadro paralelo.

F.T. - E houve um quadro paralelo, foram os "picolés". Mas o que eu quero dizer é que todos voltaram como oficiais, inclusive os que nem tinham cursado o primeiro ano completo da Escola. Em 32 todos os militares voltaram para os lugares que tinham na escala hierárquica. A partir de 35 não houve mais isso, todas as anistias, com exceção da de Jacareacanga, que foi ampla, porque também era só o Veloso, aquele major Veloso...

L.H. - Ampla que pegava um?

F.T. - É, ampla que pegava um. [risos] Mas todas as anistias tinham um fator altamente discriminatório: obrigavam o militar anistiado a requerer a volta à ativa e a ser submetido a uma comissão, nomeada pelo ministro da pasta militar a que ele pertencia, que julgava da conveniência ou não da sua volta ao serviço ativo. Era discriminação política e ideológica.

L.H. - Isso começou em 35?

F.T. - Em 35, porque houve realmente uma participação militar num movimento que era caracterizado como movimento de esquerda. Era comunista ou, vamos dizer assim, os comunistas estariam à frente dele. Mas muitos daqueles militares não eram sequer membros do Partido. O próprio Agildo Barata confessou em suas memórias que naquela época não era do Partido, entrou depois.

L.H. - Qual é a sua avaliação sobre 35? Foi um erro?

F.T. - Ah, um erro! Um erro político grave. Mesmo do ponto de vista da luta de esquerda etc, porque se a Aliança era um movimento de massas, a Revolução de 35 foi comandada pelo Partido, pelo Prestes. Ele não nega isso, que já era membro do Partido. Não era o secretário-geral, mas era membro já proeminente. Veio de Moscou para fazer a revolução. Veio para isso. Então, como eu estava dizendo, foi um erro, porque quando o Getúlio botou a Aliança na ilegalidade, se ela continuasse na ilegalidade em vez de tentar um golpe puramente militar, quer dizer, nada de democrático...

L.H. - Foi uma quartelada mesmo, não?

F.T. - Uma quartelada, uma quartelada pura, cuja conseqüência foi isso que estou dizendo, essa discriminação que prejudicou a vida democrática do país. Porque usando esse tipo de discriminação, qualquer manifestação contrária aos dominantes do momento era tida como comunista, e o sujeito já ficava tolhido de atuar.

L.H. - Ficou realmente uma nódoa, um estigma.

F.T. - Um estigma que pesou muito não só sobre os militares como também sobre toda a atividade da esquerda no Brasil.

L.H. - O senhor acha que a repressão ao movimento que se chamou intentona - já que a expressão é consagrada - e essas comemorações sucessivas que se fazem todos os anos, até a recentíssima desse ano, são uma espécie de repressão preventiva, ou seja, um remédio muito mais forte do que a doença, de modo a prevenir outro tipo de situação?

F.T. - Acho, acho exatamente isso. Quer dizer, é uma maneira de manter vivo o motivo da discriminação, o motivo do isolamento, não há dúvida nenhuma. Não há razão para uma comemoração. E essas comemorações vão perdendo muito o ímpeto, vão perdendo muito o ímpeto. Hoje a repercussão já é menor do que era. Não vejo... A única explicação que eu encontro é a sua, realmente.

L.H. - Uma espécie de preventivo?

F.T. - De preventivo cujo remédio é realmente muito superior à doença.

L.H. - E mesmo na época, esse famoso "perigo comunista," de que tamanho era? Ele existia mesmo?

F.T. - Não. Acho que nunca existiu perigo comunista no Brasil. Após a fundação do Clube da Aeronáutica, em 5 de julho de 1946, antes dos anos 50, lá pelos quarenta e tantos, publicou-se uma revista no Clube. A facção vitoriosa, o nosso grupo, participou, e tirou-se uma revista. Na época já estava no auge, no Clube Militar, a campanha do "O petróleo é nosso", e o primeiro número da revista foi realmente um número petrolífero, era a defesa da "O petróleo é nosso", aquela coisa toda etc. Bom, publicado o número, o presidente do Clube, que na época era o brigadeiro Fontenele, chamou o diretor da revista que era o Jocelim Brasil, esse que escreve sobre esporte por aí, e disse: "Olha, o Dutra me chamou e mandou fechar a revista." O Jocelim: "Mas, fechar a revista, brigadeiro? Por quê?" "Ele diz que a revista é comunista e mandou fechar, então feche." O Jocelim veio a mim, que nessa época já estava meio rompido com o Eduardo, e disse: "Você é amigo do Eduardo, vamos a ele, porque o único

homem que tem influência com o Fontenele para acabar com isso é o Eduardo." Como eu estava um pouco curioso de ver como o Eduardo me receberia, fui com ele. E o Eduardo nos recebeu prontamente. Eu então expus: "Brigadeiro, nós viemos aqui porque, imagine o senhor, saiu o primeiro número da revista, não sei se o senhor leu." "Não, não li não." Continuei: "Realmente a revista defende o problema do petróleo, mas o Dutra mandou o Fontenele, que é nosso presidente, fechar a revista, porque diz que ela é comunista." E o Eduardo: "Mas o Fontenele e o Dutra estão enganados", - e você veja as palavras proféticas do Eduardo - "não há perigo de comunismo no Brasil." Foi antes do fechamento do Partido.

L.H. - Então foi em 47, 48.

F.T. - É, foi. Ele disse: "Não há perigo de comunismo no Brasil, pelo contrário. Veja, tivemos agora umas eleições municipais, e os comunistas, que tiveram 8% ou 10% na eleição anterior de 46, perderam terreno. O perigo do Brasil não é o comunismo. O perigo do Brasil é o Exército. Este sim! Este toma o poder, ou quando tem força, mata, esfola! Veja, por exemplo, o Moreira César, em Santa Catarina, no tempo do Floriano, matou gente, fuzilou! O perigo é o Exército." [risos] "Você diga ao Fontenele para deixar." E a revista continuou saindo realmente. Mas veja que palavras proféticas! Nessa época o Eduardo já tinha sido derrotado a primeira vez, pelo menos era candidato em potencial para a segunda, e estava aflorando um movimento pró-Canrobert, negócio do POT (Partido Orientador Trabalhista),então ele já queria cortar as asas do Canrobert e tal, queria o nosso apoio. [risos] É o que eu digo: perigo de comunismo realmente eu não vejo. Na área militar nunca houve uma conspiração, pelo menos desde que eu sou oficial. Em 35 eu era oficial, era da aviação naval ainda, e até combati a Revolução Comunista, porque ela estourou primeiro em Natal, e depois foi que estourou aqui no Rio.

L.H. - Antes já tinha estourado em Recife.

F.T. - É, Natal e Recife. Primeiro foi em Natal, depois em Recife, exatamente em Recife. Então chegou uma ordem de deslocar uns aviões da aviação naval para Recife.

L.H. - Quem deu a ordem?

F.T. - O ministro da Marinha. Chegou a ordem e eu fui um. Eu servia numa esquadrilha, eram uns aviões Fairey com flutuador. Decolamos no dia seguinte, quer dizer, quando decolamos, de manhã, já se sabia que tinha estourado aqui. Mas como já estávamos com a ordem, fomos para Recife. Então é o que eu digo: nessa época eu era tenente e não senti na aviação naval - eu não estava na Marinha - nenhum movimento comunista, uma coisa de peso entre os oficiais, não havia.

L.H. - Pegou mais a aviação militar, não é?

F.T. - Pegou mais a aviação militar, porque realmente a revolta foi na Escola dos Afonsos e no 3º R.I.

L.H. - O senhor era aliancista?

F.T. - Não, não era, não.

L.H. - O senhor não chegou a entrar para a Aliança?

F.T. - Não cheguei a entrar, não participei.

L.H. - Por quê?

F.T. - Como eu disse a você, nessa época eu era muito getulista. Problema de família. Eu tinha participado, como aliás toda a Marinha, da luta contra São Paulo em 32, mas não era politizado. Eu não era politizado nos termos em que acabaram me colocando hoje. [risos]

L.H. - Mas me parece que a Aliança, como o senhor disse, foi um movimento de massa, teve uma penetração muito grande na sociedade, e no início era mais antifascista do que qualquer outra coisa.

F.T. - Era sobretudo antifascista.

L.H. - O próprio Herculino Cascardo, ao que me consta, não era comunista.

F.T. - Não era comunista, nunca foi! Não, o Cascardo não era. Teve um outro lá da aviação naval, o Amarílio Cortes, que depois foi anistiado e voltou, não era comunista. Não eram comunistas, não eram. O Sócrates, da Escola de Aeronáutica, não era comunista, nunca foi do Partido Comunista.

L.H. - O Agliberto já era de antes.

F.T. - Já era de antes de 35. De forma que ali houve um erro muito grande não só dos comunistas, como também dos aliancistas. Porque veja como a idéia do golpe sempre prevaleceu na vida nacional: mesmo as forças, como a força da esquerda, que pregam a hegemonia de classe na sociedade, no fundo são golpistas. Como as outras. Como os nossos liberais.

L.H. - É só o sinal trocado, não é?

F.T. - Só o sinal trocado, exatamente.

L.H. - A repressão que houve a 35... já foi uma repressão muito violenta, mesmo dentro do Exército, e talvez muito preparatória do que viria a acontecer, não?

F.T. - Mas veja, por exemplo, a repressão, mesmo 35... Eu tinha vinte e poucos anos e era tenente, mas que eu me lembre os oficiais que participaram da Revolução Comunista foram submetidos a processos, foram julgados, condenados e excluídos das forças armadas em função de um processo.

L.H. - Mantinha-se pelo menos o processo.

F.T. - Isso é que eu quero dizer: mantinha-se então um processo. Naturalmente aqueles que foram condenados a mais de dois anos de prisão, como foi o caso da maioria, foram expulsos. Porque quando o sujeito condenado a mais de dois anos, perde a patente e é expulso. Aqueles que não foram condenados a mais de dois anos ficaram. No caso de 35, eu não me lembro de nenhum. Não estou lembrando. Mas o que eu quero dizer é que a própria repressão policial contra os comunistas foi

violenta pelo que consta, não é? Como foi contra os integralistas, em 38, naquele *putsch*. Mas era coisa de apertar, não essa violência que testemunhamos de 64 para cá. Não há termo de comparação, não há termo de comparação.

L.H. - E parece, pelos relatos e por uma série de depoimentos que se tem, que a própria postura do Filinto Muller em relação ao Prestes tinha mais a ver com faturas passadas, do tempo da Coluna Prestes, em que o Filinto foi expulso, aquela coisa toda. Parece que era uma disputa mais ao nível pessoal, não?

F.T. - E o Filinto era integralista, era um fascista. Havia também essa conotação. O interesse, o empenho do Filinto era um empenho ideológico. Ele voltou-se contra aquilo... Realmente fizeram, fizeram com aquele alemão, o Berger...

L.H. - O Harry Berger.

F.T. - É, Berger... E até o próprio Prestes. Mas, torturado, o Prestes não foi. Ele não conta ter sido torturado fisicamente.

L.H. - Ele mesmo diz que não foi.

F.T. - O Berger foi. O Berger foi, mas o Prestes não foi. Houve naturalmente aquela tortura de um isolamento, da incomunicabilidade.

I.F. - Houve o caso da mulher dele.

F.T. - Houve o caso da mulher dele, quer dizer, isso tudo... Mas como agora, como na repressão de 69, 70, não houve, não. E mesmo o comportamento com relação aos militares. Porque aqueles participaram de uma revolução, os de 32, os de 35 participaram de uma revolução, pegaram em armas. Em 64 nós não pegamos em armas para defender o governo, apenas nos manifestamos ao lado de um governo legal, constituído. Fomos todos para a rua.

L.H. - Em 32 tratava-se de uma guerra.

F.T. - Tratava-se de uma guerra, e em 64 foi um problema político. Então é o que eu digo, é a tal tese que eu defendo, de que em 64 havia uma necessidade... Eles estavam convencidos de que era preciso limpar as forças armadas de qualquer pensamento político-ideológico discordante das classes dominantes.

L.H. - É interessante porque me parece também que foi a partir de 35- com esse dado da discriminação que o senhor colocou muito bem, porque as forças armadas passaram a sofrer a partir daí - que se criou essa noção de que o militar é uma categoria isolada da sociedade, que ele não pensa, não discute, apenas cumpre ordens. Me parece que a coisa vem de 35, não?

F.T. - Vem de 35. Porque antes, a participação militar era aberta. No Clube Militar, por exemplo: havia liberdade dentro do Clube Militar no período do tenentismo que se estendeu de 20, 21, até 24. Há um



livro do Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, no qual ele transcreve atas de sessões do Clube Militar em que tenentes diziam os maiores desaforos a generais: "O senhor é um ladrão! "O senhor roubou tanto!"

L.H. - Convencionou-se que o Clube era uma tribuna livre.

F.T. - Uma tribuna livre. Depois eles fecharam. Hoje, por exemplo: a partir de 64, o Clube Militar acabou, acabou. Agora o Serpa, o Andrada Serpa, vai se candidatar à presidência do Clube, tendo como ponto número um da sua plataforma restabelecer a tradição de liberdade do Clube Militar de discutir os problemas, de debater os problemas nacionais.

L.H. - Porque o Clube é o termômetro tradicional da oficialidade, não é?

F.T. - Sempre foi. E foi fundado exatamente para que o militar participasse da vida política nacional sem as peias da hierarquia e da disciplina que no quartel ele é obrigado a ter. O Clube Militar foi fundado em 87, no auge do problema da tal Questão Militar, em que os militares queriam discutir a Abolição, a República etc.

I.F. - E agora, sem essa atuação do Clube Militar, acontecem coisas como o caso do filho do Etchegoyen, o Leo, que de repente vira tudo e a gente não entende mais nada dessa situação. Acabou preso por não ter lugar onde manifestar livremente o seu pensamento.

F.T. - Exatamente. Justamente numa reunião em que um general abordava problemas que não tinham nada a ver com a vida militar, ele sentiu que estava ofendendo o pai dele e protestou. Protestou com toda razão.

L.H. - Quer dizer, a inexistência de um foro...

F.T. - Que possibilite o debate cria essa situação. Exato.

I.F. - E acaba havendo a prisão do rapaz, a prisão do pai, num negócio confuso que ninguém entende mais.

F.T. - Que ninguém entende. E sem nenhuma razão, exatamente.

L.H. - No final de 35, depois de ter ido para Recife, o senhor foi classificado em Florianópolis?

F.T. - Fui classificado em Florianópolis. Eu cheguei aqui em novembro, e no começo do ano de 36 eu fui classificado. Mas não houve conotação com problema político.

L.H. - Era a sua carreira normal?

F.T. - Era normal. Eles reforçaram... A aviação naval tinha uma base em Ladário, lá em Mato Grosso, tinha uma parte da Marinha lá, tinha uma base em Santos, uma em Florianópolis e outra em Rio Grande. Eu fui para Florianópolis.

L.H. - Florianópolis ainda era Desterro naquela época ou já era chamada Florianópolis?

F.T. - Já era chamada Florianópolis. Eu não gostei de ir, evidentemente. Era solteiro, vivia no Rio de Janeiro, ter que aturar Florianópolis, que era muito atrasada na época...

I.F. - Era o desterro mesmo? [risos]

F.T. - Era o desterro. Para mim foi um desterro, tanto que completei um ano lá e voltei.

L.H. - Mas a pedido seu?

F.T. - A pedido meu. Porque mudou o diretor da aviação naval e eu consegui minha volta com o novo, porque já tinha completado um ano lá. Então voltei para o Rio.

L.H. - O tempo mínimo para se ficar num posto é um ano?

F.T. - É um ano para ficar fora do Rio. Até que para mim não foi mal, porque com isso eu ganhei um período que regularmente é necessário para as promoções, o de servir fora do Rio.

L.H. - Falando em promoções, o pessoal que combateu 32 e que combateu 35 teve direito a promoção. O senhor ganhou promoção com isso?

F.T. - Não, a de 32 não teve. A de 35 teve. Criaram uma lei pela qual todos aqueles que combateram a Revolução de 35, ao passarem para a reserva, teriam direito a uma promoção.

L.H. - Só ao passarem para a reserva?

F.T. - Só ao passarem para a reserva. Tanto que o que havia antigamente era chamado promoção na reserva. Como também quem tem mais de trinta anos de serviço e é transferido para a reserva tem direito a uma promoção na reserva. E a guerra; os que participaram da guerra têm direito a uma promoção. Então são três leis que dão direito à promoção do militar ao passar para a reserva: a do tempo de serviço, a comunista e a da guerra. Essas leis eram inicialmente muito justas, afinal o sujeito combateu o comunismo, morreu ou não morreu, é um motivo muito justo; foi para a guerra, tem direito a uma promoção. Mas acontece que elas se estenderam, se ampliaram de tal maneira...

L.H. - A da guerra não virou a tal "lei da praia"?

F.T. - Virou a "lei da praia". Então quem estava na praia aqui no Rio teve promoção.

L.H. - Quem foi para a guerra, teve promoção, quem estava na praia também teve.

F.T. - Desmoralizam essas leis com uma ampliação total.

I.F. - E na realidade a missão do militar é a guerra, não é?

F.T. - É a guerra. Como os anos de serviço. Mas o que havia era o seguinte: realmente o militar, quando passava para a reserva, perdia dinheiro. Digamos, um coronel que passava para a reserva, se ele ganhava X, perdia 50%. Por isso ninguém passava para a reserva, a não ser que fosse obrigado compulsoriamente. Então eles criaram essas promoções na reserva para compensar. Assim, se você é coronel, é reformado como general-de-divisão e já ganha como general-de-divisão na reserva, o que equivale. Foram leis para compensar. Depois o Castelo, no seu período de governo, criou a chamada "lei Castelo", que não deu mais promoções na reserva. Porque o país estava cheio de marechais, todo o mundo era marechal; chegava a general-de-exército, era promovido na reserva.

I.F. - E tinha até duas promoções, não?

F.T. - Duas promoções. Teriam direito a duas, às vezes a três, como foi o meu caso. E o Castelo limitou essas promoções a duas, quer dizer, quem tem três só pode ser beneficiado de duas.

L.H. - E o senhor teve?

F.T. - Eu tive. Tive quando anistiado. Porque quando eu fui demitido, fui demitido no posto, nem as promoções que a lei dava eu tive. Quer dizer, eu ganhava um montepio. Mas os que passaram para a reserva pelos atos institucionais não tiveram as promoções na reserva, ficaram reformados no posto.

L.H. - Isso é que é interessante também nesse processo pós-64. Nós estávamos conversando outro dia com o brigadeiro Nero Moura, e ele nos contou o caso de oficiais que foram com ele para a guerra e que foram condecorados, enfim, havia medalhas como herói de guerra etc, e a partir de 64 cassaram inclusive as medalhas.

F.T. - Cassaram as medalhas, todas.

L.H. - Isso foi um processo também inaugurado a partir de 64, não?

F.T. - A partir de 64, porque antes nunca houve isso, nunca. Esses cassaram as medalhas, cassaram... Só não cassaram depois de 64 a carta patente. Houve um período, eu não me lembro quando, em 70 ou 71, que um jornal publicou um decreto cassando a minha patente. Eu já estava demitido, mas publicaram o decreto cassando a patente. Então eu fiquei pensando que estava com a patente cassada. Uns meses depois houve a idéia de uma ação qualquer na justiça, e o meu advogado, que nessa época era o Hariberto Miranda Jordão - já morreu até -, mandou um auxiliar à Brasília para procurar o *Diário Oficial* que tinha publicado o decreto cassando a minha patente. E ele não encontrou, quer dizer, não foi publicado no *Diário Oficial*. Então não houve cassação de patente. E nós chegamos à conclusão de que eles realmente não podiam cassar a patente, porque os atos institucionais, para poder demitir e reformar sem processo, suspenderam alguns capítulos da Constituição, mas o capítulo da carta patente era um outro capítulo que não foi suspenso. Então eles não podiam cassar a carta patente.

L.H. - Era inconstitucional?

F.T. - Era inconstitucional. Naturalmente o decreto foi assinado e mandava para o *Diário Oficial*. O repórter pegou a relação dos decretos e incluiu esse. Mas no intervalo que se estendeu até a publicação, alguém viu, recolheu e anulou a coisa.

I.F. - E se cassassem a carta patente, como ficava a situação dos militares cassados?

F.T. - Alteraria no seguinte: eu, pelo fato de a minha carta patente não ter sido cassada, podia usar o título de brigadeiro, podia ter carteira de identidade e tal. Era só isso, no mais nada. O dinheiro... Porque o militar demitido deixa o montepio para a mulher. Então isso continuaria, com a carta patente cassada ou não.

L.H. - Mas cassava a carreira do indivíduo?

F.T. - Essa já estava cassada, porque eu estava demitido.

L.H. - Mas se o senhor não pudesse usar o título, cassaria toda a sua carreira progressiva, não é?

F.T. - Pois é. Eu, por exemplo, embora demitido, podia me registrar num hotel como brigadeiro porque tinha carta patente.

I.F. - Uma curiosidade: esse montepio geralmente é para a família, porque é em caso de morte. No caso das cassações vinha em nome da família ou o próprio cassado recebia?

F.T. - Não, a viúva!

L.H. - Quer dizer então que o senhor era dado como morto na verdade?

F.T. - Morto. É o que eles chamam de morto legal. Aliás, há quem pense que isso foi um benefício do Castelo. Não. Isso já era uma norma desde 35. Mesmo os demitidos na Revolução Comunista deixaram os montepios para as viúvas, no caso de casados, ou irmãs ou mãe, para quem eles quisessem deixar. Há também o caso de funcionário público demitido. Porque o montepio é um seguro; nós pagamos, descontamos em vida um seguro para montepio, quer dizer, é um direito que ninguém pode tirar. Tanto que era até proibido eu ter conta conjunta com a Iracema. [risos]

I.F. - E com a anistia, é como se tivesse ressuscitado?

F.T. - A anistia ressuscitou. Aí eu voltei a receber como os outros, até como marechal. E seja dito de passagem com uma vantagem sobre os outros, porque eu fui anistiado em 79 e reformado em 79. Então foi considerado o meu tempo de serviço desde que eu entrei para a carreira militar até 79, o que era um absurdo! [risos] Porque eu tinha na época 68 anos de idade e 52 anos de serviço. [risos]

[FINAL DA FITA 3-B]

F.T. - Porque é uma gratificação de tempo de serviço, a cada cinco anos recebe-se 5% etc.

L.H. - O senhor hoje ainda é brigadeiro ou é marechal-do-ar?

F.T. - Eu sou major-brigadeiro. Porque no meu caso, sendo reformado nessa época, aplicaram a "lei Castelo," que dá direito às promoções para a percepção dos vencimentos.

L.H. - Mas não dá patente?

F.T. - Não dá patente. Não há mais a patente.

L.H. - Mas por seus vencimentos o senhor seria marechal-do-ar?

F.T. - Marechal-do-ar. Eu ganho como marechal-do-ar.

L.H. - E major-brigadeiro corresponde a quê? A general-de-exército?

F.T. - Não, a general-de-divisão.

L.H. - Depois é o que? Brigadeiro-do-ar?

F.T. - Não. É assim: brigadeiro-do-ar, major-brigadeiro, tenente-brigadeiro. Eu não cheguei a tenente-brigadeiro.

L.H. - É interessante, porque na Aeronáutica se manteve a denominação correspondente à denominação americana. Mas no Exército, houve uma modificação. Porque havia também tenente-general, general-tenente, general-brigadeiro, uma coisa assim, não?

F.T. - Na Alemanha, na França e na Europa em geral os generais são: major-general, coronel-general, tenente-general e general. Então é o inverso, é de baixo para cima, quer dizer, na hierarquia primeiro é major, depois coronel, capitão e tal. No outro inverte, inverte. Tanto que, quando eles criaram o general de quatro estrelas - porque antigamente a carreira militar terminava no general-de-divisão, era o posto máximo, e na Marinha no vice-almirante - puseram o tenente-general, que hoje é o general-de-exército.

L.H. - Exatamente. As denominações do Exército brasileiro não seguem mais as do Exército americano, mas na Aeronáutica continuam, não é?

F.T. - Na Aeronáutica é brigadeiro, major-brigadeiro e tenente-brigadeiro. Exatamente, decrescente.

L.H. - Ainda a respeito dessas conseqüências de 1935, parece que um pouco antes da substituição do João Gomes pelo Dutra no Ministério da Guerra houve um encontro do João Gomes com alguns generais a respeito do processo posterior a 35, e algumas pessoas atribuem um pouco a esse encontro, a essas reuniões, uma certa preparação para 37. O senhor soube disso?

F.T. - Soube. Quando o João Gomes era ministro - acho que o chefe do Estado-Maior era o Góis Monteiro, não tenho certeza - eles se reuniram para discutir a possibilidade ou a necessidade de leis de exceção. Há uma ata dessa reunião dos generais que se deu em dezembro de 35, ou princípios de 36,

porque prolongou-se, foi mais de uma reunião. Um amigo meu, um coronel, me mostrou esse documento, que é edificante, e eu li – vocês podiam inclusive ter cópia, porque a Biblioteca do Exército tem esse documento e dá cópias. Mas a tese defendida nesse documento, o que eles discutem e propõem é o fechamento de tudo, porque eles achavam que não podiam comandar o Exército devido ao "perigo comunista", aí entra o "perigo comunista" - sem leis extraordinárias. Então, como iam obter? Do Congresso seria difícil, porque o Congresso é o Congresso, com liberdades etc e tal. Então eles propõem o golpe de Estado, que se realizou um ano depois.

L.H. - Mas antes eles conseguiram algumas medidas do Congresso, algumas leis de exceção, o estado de exceção, o estado de guerra, uma série de coisas.

F.T. - Parece que conseguiram. Durante aquele período levaram com o estado de guerra. Mas eles queriam leis permanentes que permitissem expulsar comunistas. Em suma: leis de exceção realmente. O que, em última palavra, significava que estavam pregando... E o voto do Góis Monteiro nessa reunião foi dado em separado, e é um monumento de preconizar a necessidade do golpe de Estado etc. Votaram contra, se não me engano, o José Pessoa, que depois foi presidente do Clube Militar, e um outro. Foram votos contrários às medidas que eles preconizavam ao Getúlio, e que eram a preparação do golpe de 37.

L.H. - Isso significa, então, que se o Getúlio não tivesse dado ele próprio o golpe de 37, o golpe seria dado sem ele?

F.T. - Eles dariam sem ele. Naturalmente para eles era mais cômodo dar com o Getúlio, porque teriam mais cobertura. E o Getúlio era hábil suficientemente para não perder aquela oportunidade de ter plenos poderes. O golpe de 37 foi um golpe militar, um golpe militar. E do Exército, do Exército.

L.H. - E a participação do Dutra nisso?

F.T. - Discreta, ouviu? Ele logo em seguida foi o ministro que substituiu... Porque o Dutra tinha sido promovido a general, em 35 ele já era general.

L.H. - Ele já era general comandante do I Exército da 1ª Região, não era?

F.T. - Ele era comandante da 1ª Região, veio até combater na Praia Vermelha.

L.H. - Em 35?

F.T. - É. A posição do Dutra não foi... saliente nessa época. Foi o Góis Monteiro quem comandou a coisa.

L.H. - O que o senhor achava do Góis na época?

F.T. - Era um politiqueiro danado, [risos] sempre foi. E sempre com a idéia do predomínio militar na vida nacional. O Góis inaugurou a partir daquela fase esse predomínio do militar na vida nacional. Era o que ele defendia.

L.H. - Os retratos que nos fazem do Góis são muito contraditórios: uns dizem que ele era o grande intelectual do Exército; outros dizem que ele era um anarquizado; outros dizem que em 32, por exemplo, ele lançou a confusão naquela situação; outros dizem ainda que o que ele queria mesmo era ficar no lugar do Getúlio, mas, não podendo, ele defendia o Getúlio. Quer dizer, nos retratos do Góis a gente não consegue ter um perfil muito claro dele.

F.T. - Eu não conheci pessoalmente o Gois, não o conheci pessoalmente. A vida militar dele é uma vida política. Eu acho que um intelectual, no sentido amplo da palavra, ele não seria. Não era, não. Agora, era um homem com leituras, muito superior ao meio. Porque o meio - aqui para nós - é muito fraco, muito fraco. [risos] Esse eu conheço bem. Essa é a minha gente, eu conheço. É muito fraco. De forma que quem ler e escrever, leu qualquer coisa, estudou um pouco mais de matemática, é gênio.

L.H. - Dividir com quatro números?

F.T. - Já são gênios. [risos] Esses são gênios, e são muito respeitados.

L.H. - Dizem que o Góis sabia muito história militar, de guerras napoleônicas e tal.

F.T. - É. O Denys também. Mas todos lêem. Todo mundo leu Napoleão, todo militar leu.

L.H. - Inclusive estudava-se isso na Escola Militar.

F.T. - Mas há uma passagem muito interessante que se passou em 32 com o Góis - para você ver o que era o Góis. Quando São Paulo estava nas últimas, o Góis comandava a tropa do Getúlio que estava combatendo do lado do governo. Então São Paulo, já nas últimas, mandou uma embaixada negociar a deposição das armas, acabar a guerra. E o chefe dessa delegação foi um sujeito aviador, o Ivo Borges, que era um major paulista e estava em São Paulo. O Ivo Borges era prosopopéia. Então o Ivo Borges foi com a delegação paulista e falou, expôs a situação ao Góis: "A situação de São Paulo é ótima, a moral da tropa é excelente, o apoio popular total, vamos receber não sei quantos aviões, nós viemos aqui negociar o cessar fogo." Em suma, um quadro... E o Góis: "É. Agora, eu vou contar ao senhor o seguinte: do nosso lado a situação é péssima! A moral da tropa é muito ruim, estamos com dificuldades de trazer munição... Em suma, é muito ruim. Mas vamos negociar. Condições: rendição incondicional." [risos] E o Ivo Borges aceitou e foi embora. Isso retrata muito os dois, ouviu? O Ivo Borges que era sempre fantasioso, metido a... E o Góis, duro. [risos]

L.H. - Ainda sobre esse período de 35, uma das conseqüências do ponto de vista político, conseqüência séria da repressão de 35 foi a prisão do Pedro Ernesto, que era o primeiro prefeito eleito do Rio de Janeiro. O senhor acompanhou o governo do Pedro Ernesto aqui no Rio?

F.T. - Não, muito pouco. Porque em seguida a 35 eu fui para fora, fiquei fora.

L.H. - Mas e a atuação anterior dele na Prefeitura? Porque ele entrou como interventor logo em 30 e depois foi eleito prefeito.

F.T. - Foi eleito em 35.

L.H. - E foi para a prisão em 36.

F.T. - Eu não acompanhei muito, não. Não acompanhei. Nesse tempo eu não era muito ligado às manobras políticas, [risos] acompanhava muito de longe.

L.H. - E quando começou essa sua aproximação com o processo político?

F.T. - Eu, como disse a você, passei um ano, que foi o ano de 36 e começo de 37, em Florianópolis.

L.H. - Aborrecendo-se mortalmente? [risos]

F.T. - Aborrecendo-se mortalmente. Em 37, quando houve o Estado Novo, eu já estava aqui.

L.H. - Quer dizer que o senhor não pegou, por exemplo, o período das campanhas presidenciais?

F.T. - Peguei o fim, aqui no Rio. Eu voltei para o Rio em princípios de 37, e era partidário do José Américo.

L.H. - Porquê?

F.T. - Por um populismo, sei lá... Eu achava o pessoal de São Paulo muito... Eu era partidário do José Américo, sem grandes entusiasmos, sem entusiasmos maiores. E também porque o meu pai era amigo do José Américo, porque o José Américo foi ministro da Viação no governo do Getúlio.

L.H. - Seu pai era dos Correios?

F.T. - Meu pai era diretor dos Telégrafos, porque na época Correios e Telégrafos eram separados. Então ele se dava muito com o José Américo, era admirador do José Américo, e nós éramos, já nesta época, em 37, três irmãos oficiais: dois do Exército e eu da Marinha, da aviação naval. E nas vésperas do golpe de 37 não se falava noutra coisa na área militar, que o golpe ia ser dado, que ia haver o golpe, que iam virar a mesa, que não ia haver eleições... Então meu pai levou-nos, os três à casa do José Américo - ele morava numa rua no Jardim Botânico. Até o José Américo disse: "Lá vem o Edgar com a brigada dele!" Éramos os três, contamos a ele a coisa e ele disse: "Não acredito! O Getúlio não fará isso e tal." Dias depois houve o golpe. Quer dizer, o meu contato político foi para denunciar ao José Américo que havia...

L.H. - Quer dizer que a fermentação no meio militar já era muito grande?

F.T. - Era enorme, enorme! Na aviação naval e no Exército também. Já se falava perfeitamente que não haveria eleição, que o Getúlio não daria a eleição. O José Américo não acreditou, e não houve mesmo. A partir de 37 eu passei a tomar uma posição de oposição passiva, vamos dizer assim, ao Estado Novo. E aquilo foi me politizando.



L.H. - E o integralismo? O senhor viu aqueles grandes desfiles aqui no Rio?

F.T. - Vi, vi. Fui contra o integralismo. Fui contra o integralismo desde saída, embora, como eu disse a você, ele tivesse uma penetração muito grande na Marinha em geral, na aviação naval e no Exército também.

L.H. - Dizem alguns civis que ficaram muito mal impressionados porque, naquele grande desfile integralista que houve, a mulher do Guilhem estava uniformizada.

F.T. - Que era o ministro!

L.H. - Que era o ministro da Marinha. E alguns civis que assistiram esse desfile ficaram muito mal impressionados com isso.

F.T. - Deve ter sido mesmo. Inclusive os militares desfilavam fardados naquela coisa.

L.H. - Na aviação naval havia um núcleo integralista?

F.T. - Havia um núcleo integralista. Um dos expoentes na época era o comandante Neto dos Reis. Quer dizer, tinha vários integralistas. Quando houve o golpe integralista e eu já servia no Rio, como disse a você, e nós tínhamos um correio naval que ia até o Rio Grande, então passava nas bases navais do litoral. Eu ia fazer esse correio no dia seguinte de manhã e pernoitei na base. Foi na noite da tentativa de tomada do palácio. E era superior de dia - porque lá havia um superior de dia - um integralista, um capitão-tenente na época, o José Kahl Filho. Ele era um bom oficial, mas integralista. Morreu há pouco tempo. Ele não fez carreira porque, no tempo do Jango, foi preterido e pediu... Teve brio, era um rapaz até brioso, ouviu? Era meio gorila e tal, mas... Ele era integralista e sabia que o negócio ia estourar naquela noite. Então, ele, que estava de serviço, digamos, na sexta-feira, trocou para ficar nessa quarta ou terça-feira para comandar o negócio. Isso já na base do Galeão. E tinha um remanescente, uma organização também na Escola de Aeronáutica, que era ao lado do Galeão. Então, quando chegou a comunicação de que o levante tinha estourado, com o ataque ao Palácio Guanabara, esse Kahl Filho, que era o oficial de dia, ficou lá em cima no seu quarto, não desceu nem para jantar. [risos] Ele estava - aqui para nós, já morreu, não quero fazer juízo - em cima do muro, esperando que o golpe acontecesse para assumir o comando.

L.H. - Como muita gente naquele dia, não é?

F.T. - Como muita gente. Mas o tenente que estava de dia... Eu não tinha nada com a história, porque estava pernoitando lá para viajar de avião no dia seguinte. Mas participei com ele daquelas medidas que se tomaram, prontidão... Houve uma tentativa de um tenente na Escola, que era ao lado, e a Escola abafou também. Abafou tudo. Aí desceu o Kahl, foi almoçar e não participou de coisa alguma. Depois ele até respondeu a um inquérito e verificou-se que ele tinha feito aquilo, mas não houve nada, porque o inquérito contra o integralismo foi muito benevolente.

L.H. - A Marinha ficou muito constrangida, não é?

F.T. - Muito constrangida. Na Marinha só houve aquele que comandava o *Rio Grande*, que revoltou o navio, mas nem saiu da barra e entregou os pontos. E o Hasserlmann, no Arsenal de Marinha.

L.H. - Agora, naquele dia, assim como o Kahl Filho estava esperando que as coisas se definissem para ele talvez tomar posse do Galeão, quem sabe...?

F.T. - Não, para assumir o comando, para assumir o comando.

L.H. - Muita gente ficou doente naquele dia, não é? Parece que o Góis ficou doente, o Filinto também, parece que teve problemas de saúde. Enfim, na hora de defender...

F.T. - E estavam comprometidos!

L.H. - Na hora de defender o Palácio Guanabara, parece que muitos deles ficaram doentes, houve alguns problemas, o que nos leva a acreditar que muitos oficiais envolvidos estavam, na verdade, querendo derrubar o Getúlio mais do que serem integralistas, não é? O próprio Euclides Figueiredo etc...

F.T. - O Fournier, que foi quem comandou o ataque ao palácio, não era integralista, pelo contrário.

L.H. - Havia muitos ressentidos contra o Getúlio...

F.T. - É, e isso somou-se. Porque o golpe dos integralistas em 38 não teve o apoio total da hierarquia integralista. Foi uma facção.

L.H. - Mesmo os próprios integralistas não apoiaram totalmente?

F.T. - Muitos! O Plínio Salgado não apoiou a tentativa de golpe. Ela foi comandada ou bolada pelo Belmiro Valverde, que se uniu aos remanescentes do antigetulismo, Euclides Figueiredo, Fournier e vários outros. Mas, naturalmente, é o que eu digo: revolução de briga é muito difícil no Brasil. O militar não gosta de briga.

L.H. - O partido do muro é grande, não é?

F.T. - É grande. É muito grande, muito grande! Só quando a situação obriga a uma definição ele se define. Mas ali houve isso. Eu estou citando um caso de em cima do muro, que foi até de um oficial, um bom militar, com brio, brioso, que depois em 63 foi embora porque o preteriram, mas ele estava em cima do muro. Os poucos que tiveram dignidade participaram da coisa e foram punidos. Foi o Hasserlmann, justiça seja feita ao Hasserlmann, às maluquices do Hasserlmann.

L.H. - Parece que Hasserlmann era um bom oficial, não?

F.T. - Era um bom oficial. O homem era maluco! Ele era maluco. Eu conhecia muito o Hasserlmann e o conheço ainda, mas era um doido.

## [INTERRUPÇÃO DE FITA]

F.T. - A data do assalto ao palácio foi marcada para um dia em que coincidissem que a guarda de fuzileiros - porque quem dava guarda no Palácio Guanabara eram os fuzileiros navais - fosse um pelotão cujo comandante era integralista. Quer dizer, ele tinha aquele pelotão de fuzileiros à sua disposição. O Getúlio, sozinho no palácio, com a família...

L.H. - Com um investigador, não é?

F.T. - Um investigador e um ajudante-de-ordens, que era da Marinha também, o Isac Cunha, e família. Quer dizer, eles não tomarem aquele palácio é uma coisa que não tem cabimento, inclusive, com uma complacência - esta é uma coisa que se tem que estudar - das autoridades militares, que custaram a levar o socorro ao Getúlio. O "seu" Góis Monteiro...

L.H. - No mínimo, no dia seguinte, o chefe de polícia tinha que ser demitido, ou o ministro da Marinha, o ministro da Guerra... No mínimo tinha que rolar cabeças no dia seguinte, e nada aconteceu!

F.T. - Nada aconteceu. Até foi ferido nessa tentativa de assalto ao palácio, o príncipe dom João de Orleans, que era da aviação naval, era aviador naval, nosso companheiro na aviação naval. É engraçado que eu, por exemplo, que servi com ele, era companheiro dele, tínhamos até algumas relações de amizade, porque andávamos um pouco juntos, não sabia que ele tinha sido ferido, que tinha levado um tiro. Depois foi que eu li nas memórias daquela senhora que o acolheu lá em São Paulo, aquela grã-fina que escreveu um livro...

L.H. - A Iolanda Penteadó?

F.T. - É, a Penteadó. Ela disse que ele ficou lá um mês. Ele ficou um mês fora e nunca houve um processo contra ele. Quer dizer, não houve nada contra os integralistas, não houve nada.

L.H. - Acho que houve de lado a lado uma espécie de borracha, e um mero inquérito administrativo.

F.T. - Veja, por exemplo, o caso da aviação naval, o Kahl, o tenente da Escola, parece que foi expulso na época, porque tentou levantar e tal. Mas com dom João, que participou do assalto, não houve nada.

L.H. - O próprio Hasserlmann, mais tarde, foi promovido, não é?

F.T. - Foi anistiado depois, em 45, e voltou como almirante. Ele voltou à ativa, o Hasserlmann voltou à ativa.

L.H. - É surpreendente mesmo, porque não rolou uma cabeça, uma autoridade, nada.

F.T. - E evidentemente houve complacência daquele pessoal.

L.H. - Agora, foi também como consequência desse golpe de 38 que surgiu a guarda pessoal do Getúlio, não?

F.T. - Foi daí que surgiu a guarda pessoal. O Getúlio que era um homem fisicamente corajoso, daí em diante se entregou muito àquela guarda, que é um capítulo à parte. Porque em 54 eu estava no Galeão...

L.H. - O senhor tem coisas para contar, pois é. Mas a guarda pessoal do Getúlio nasce aí, da necessidade de...

F.T. - Ela nasceu aí e cresceu. E começou a crescer em importância. O Gregório era um dos melhores pistolões para o Getúlio. Voltando um pouco a 54: quando eu estava lá no Comta...

L.H. - O que é o Comta?

F.T. - É o Comando de Transporte Aéreo. Eu era o Chefe do estado-maior. E o Adil, para desmoralizar um pouco o Getúlio, o lado do Getúlio, essa coisa, me deu acesso a alguns documentos do arquivo do Gregório. Eram cartas de deputados, de ministros, de grandes figuras fazendo pedidos ao Gregório: "Meu caro Gregório..." Quando li aquilo, eu disse: "Olhe, Adil, isso que está aqui nunca vai ser publicado, é por isso que está aqui. O Gregório está salvo, porque isso é a desmoralização da sociedade."

L.H. - Era um salvo-conduto para o Gregório.

F.T. - Para o Gregório. Quer dizer, foram eles que criaram o mito do Gregório, do prestígio do Gregório. Você não imagina o que era! Carta de todo mundo! Mendes de Moraes, todo mundo! Pedidos de promoção de militares para o Gregório arranjar com o Getúlio...

L.H. - No fundo incensaram também o Gregório, inflaram o balão dele, não?

F.T. - E depois, um sujeito de uma baixa... como o Gregório era, moleque ordinaríssimo, acabou acreditando que era importante.

L.H. - Pensou que aquilo tudo era verdade.

F.T. - Então mandou matar o Lacerda. Está certo: criaram aquilo...

L.H. - Porque junto com isso cria-se também a noção da impunidade, do cidadão acima de qualquer suspeita.

F.T. - De qualquer suspeita, é claro. Homem que a sociedade inteira agrada...

L.H. - Bajula...

I.F. - E ele sabia usar isso, não é?

F.T. - Ah, ele usava completamente. E parece que até não tinha essa força junto ao Getúlio, não. Mas criaram esse mito. Ele tinha contato permanente com o Getúlio...

L.H. - O importante não era nem a força, era o mito.

F.T. - Um ajudante-de-ordens do Getúlio me contou que o Getúlio, quando ia a certas manifestações populares, quando andava pela rua, só se sentia seguro quando sentia atrás de si o Gregório. Ele botava a mão para trás, sentia o Gregório ali, então acalmava, porque ele ficou apavorado.

L.H. - Ficou. Inclusive naquele atentado que houve, acho que foi no final da campanha do Cirilo - em São Paulo, no Anhangabaú, em que o Gregório se atirou na frente do Getúlio e salvou-o...

F.T. - Foi o Bejo que o trouxe?

F.T. - Foi o Bejo que o trouxe. Ele era cria do Bejo lá no Rio Grande. É isso mesmo.

L.H. - Então vamos voltar à situação do Exército e do país em geral nesse período do Estado Novo. Houve dentro do Exército um completo aniquilamento da oposição. O Exército se calou nesse período?

F.T. - Calou-se nesse período, e então começou a se formar uma corrente de pensamento militar no Exército, na aviação naval, e eu participava da oposição àquilo, ao Estado Novo, à ditadura. Mas isso tudo muito sem aparecer, sem nenhuma oportunidade de aparecer. A primeira atuação nossa foi no problema da participação na guerra, porque realmente o governo, o Dutra, o Góis Monteiro e o próprio Getúlio não escondiam uma simpatia pelo Eixo. Então nós começamos a criar uma corrente de pensamento pelos Aliados.

L.H. - E como foi esse processo do início da guerra? O senhor se lembra do dia em que estourou a guerra? Porque aquilo vinha num processo, os Aliados foram cedendo terreno, cedendo terreno, até que o Hitler efetivamente invadiu a Polônia. Como isso caiu em vocês?

F.T. - Bom, aí dividiu-se muito, ouviu? Eu posso dar o testemunho lá na aviação naval. Uma grande parte era germanófila, não vamos dizer nazista, talvez até sem conotações políticas no problema. Apenas tinha uma admiração por aquela máquina militar extraordinária que era o Exército alemão!

L.H. - Exato. É o que nos dizem muito. Havia muito mais uma admiração pela formação militar, pelas conquistas da máquina alemã e pela aviação alemã, que surpreendeu o mundo.

F.T. - Pela aviação alemã. Pela aviação, então, era enorme!

L.H. - O Messerschmitt foi uma coisa que deve ter estourado como uma bomba para vocês! Porque era segredo absoluto!

F.T. - Uma bomba! Mas, por outro lado, nós outros, que tínhamos assim um resto de admiração pela França, pela civilização a que estávamos mais ligados, defendíamos aquilo, mas murchos, porque a máquina alemã foi esmagadora.

L.H. - Acachapante.

F.T. - Acachapante. Tomou tudo, a Polônia inteira numa semana. Paris, tudo caindo, e nós... Mas havia paralelamente um trabalho mais forte, vamos dizer assim, pela embaixada alemã, pela japonesa, de aliciamento de militares. Então eles faziam sessões de cinema para mostrar aqueles filmes... Eu nunca frequentei, era francamente contrário, era pela participação do Brasil na guerra. Aí veio o Ministério da Aeronáutica em 41.

L.H. - Esse é um capítulo que a gente deve começar a discutir um pouco, o problema da criação do ministério, porque está muito dentro desse contexto de poder da aviação, não é?

F.T. - Está dentro desse contexto, da guerra, da aviação, daquele entusiasmo pela arma da aviação! A Alemanha tinha um Ministério da Aeronáutica, a aviação militar alemã era independente.

L.H. - Agora, isso pegou os Aliados muito de surpresa, não? Porque pelo que eu andei lendo, pelo que eu andei estudando desse período de poder aéreo, as nações aliadas desprezaram muito esse capítulo. Depois daquele surto da primeira guerra houve uma espécie de desprezo pela aviação como poder, não houve?

F.T. - Como força auxiliar eficaz, sobretudo no combate em terra. Então surgiram as doutrinas do Douhet, de se empregar a aviação em massa, para decidir pela aviação com bombardeios enormes!

L.H. - O próprio Mitchel também andou pregando nos Estados Unidos...

F.T. - O Mitchel também. Agora, o alemão, não. O alemão preparou a sua aviação para o combate terrestre, eram os Stuka, quer dizer, uma aviação de apoio à tropa terrestre, e isso teve um sucesso total. Então, nesse contexto, foi fácil impulsionar a idéia do Ministério da Aeronáutica, de uma aviação independente dos ministérios da Marinha e do Exército.

L.H. - Isso na aviação naval já era um sentimento de vocês?

F.T. - Um sentimento. Naturalmente aqueles mais proeminentes, intelectualizados, discutiam, debatiam, escreviam, mas todo mundo acompanhava.

L.H. - Vocês participaram do processo de criação do ministério? Quer dizer, como se criaria o ministério? Como seria isso?

F.T. - O ministério foi como tudo do Getúlio: de repente ele criou o Ministério da Aeronáutica. E nomeou como ministro o Salgado Filho, no que fez muito bem, porque era um civil, não haveria uma predominância...

L.H. - Seria impossível nomear alguém de uma ou de outra força.

F.T. - Exato. E foi nomeada uma comissão, se não me engano, de seis ou dez membros, metade da aviação naval, para fazer uma regulamentação da nova arma, quer dizer, criar regulamentos comuns, leis de promoção, essa coisa toda. Então isso demorou. Tanto que o ministério foi criado em janeiro de

41, e só em fins de 41 é que estava tudo mais ou menos regulamentado e houve a primeira promoção, que foi por antigüidade. Não podia ser por merecimento, porque não se podia aferir merecimentos e toda essa coisa. Eu era capitão na época e fui promovido a major.

L.H. - Nessa primeira promoção?

F.T. - Nessa primeira promoção. Eu tinha ido buscar uns aviões, os primeiros aviões comprados nos Estados Unidos e que vieram em vôo para cá. Eram uns *Beechcraft* - eram, parece que seis ou 12 aviões.

[FINAL DA FITA 4-A]

F.T. - E foram escolhidos elementos da aviação naval porque eram aviões para o Correio. E o Eduardo então adotou no Exército, que ele já dominava, embora o ministro fosse o Salgado - porque no começo tinha o Salgado, um diretor da aviação naval e um diretor da aviação do Exército, até que houve a fusão. O Eduardo, no ministério, ficou como diretor de Rotas e depois foi comandante da II Zona Aérea, em Recife. Mas acumulando. Ele era as duas coisas, porque não queria largar a Diretoria de Rotas, que era que comandava o Correio Aéreo Militar, a menina dos olhos dele.

L.H. - Os dois correios se fundiram também?

F.T. - Fundiram-se também. E o chefe do Correio Militar, subordinado à Diretoria de Rotas chefiada pelo Eduardo, era até um sujeito da aviação naval, o Reinaldo de Carvalho, que depois foi ministro da Aeronáutica no tempo do Jango. Então houve essa primeira promoção, eu casei e não quis sair do Rio. Aí fui aos Estados Unidos buscar esse primeiro avião. Até foi uma estadia mais demorada, porque nós fomos muito antes, os aviões custaram... Passamos uns dois meses nos Estados Unidos.

L.H. - Isso em 41?

F.T. - Isso em 41, dezembro de 41. Chegamos aqui em janeiro de 42.

L.H. - Quer dizer que o senhor pegou o ataque a Pearl Harbour quando estava nos Estados Unidos?

F.T. - Estava nos Estados Unidos.

L.H. - Como foi essa história?

F.T. - Foi a maior surpresa para o americano. Foi uma coisa! Aquilo caiu nos Estados Unidos como uma bomba! Os norte-americanos eram um povo essencialmente pacifista, e de repente se viram envolvidos, iniciou-se uma propaganda de guerra, foram atacados. Então, nos cinemas, era tocado o hino nacional americano, aquela coisa toda.

L.H. - O senhor sentiu a mobilização da população?

F.T. - Houve uma mobilização total da população. Uma integração! Aquilo revoltou muito o povo americano, porque o ataque foi realmente arrasador!

L.H. - E a forma como foi feito, não? O embaixador japonês conversando com os americanos...

F.T. - Negociando em Washington, e os aviões já decolando para atacar. E sobretudo destruíram, quer dizer, o americano verificou a sua incompetência militar. Esse é um mérito dele; ele começou tudo de novo. Não digo o Exército, porque ele nunca teve exército, mas a Marinha, que ele tinha em conta de uma marinha... E o japonês chegou lá e liquidou aquilo, liquidou tudo! Liquidou tudo em Pearl Harbour! Então foi um choque enorme e uma mobilização, um entusiasmo muito grande pela participação na guerra. Eu estava lá.

I.F. - Estava em que cidade?

F.T. - O ataque foi no dia 7 de setembro, se não me engano. Eu ainda não tinha ido para Wichita, acho que estava em Nova York. Foi uma coisa! Aí começaram as providências.

L.H. - O senhor pegou o *black-out* das cidades da costa?

F.T. - Eu não peguei. E depois, Wichita era no centro dos Estados Unidos, não tinha.

L.H. - Já era mais protegido.

F.T. - Era. Então trouxemos esses aviões, eu casei e fiquei servindo numa diretoria aqui no Rio. Mas nós compramos centenas de aviões nos Estados Unidos, e o Eduardo sempre comandando a coisa. Ele gostava muito de mim, gostava da família toda, nós éramos três, não é?

L.H. - Como o senhor conheceu o Eduardo?

F.T. - Eu tinha, como disse a você, dois irmãos no Exército, e os dois irmãos eram íntimos do Eduardo. O mais velho, então, quase morreu em um acidente de aviação, era assistente-secretário do Eduardo. O Eduardo gostava dele. Ele era um sujeito muito boêmio, muito simpático, e o Eduardo embora fosse um carola, gostava muito dessa gente meio maluca. Então gostava muito dele. Logo que foi feito o ministério, eles começaram a fazer correios com tripulações mistas. Digamos: um correio do Exército era feito com um sujeito do Exército e um da Marinha. Eu então fui escalado para fazer um correio - o do Tocantins, que demorava uma semana, ia até Belém - com um do Exército. E fui fazer. Quando cheguei, o avião veio me trazer no campo do Galeão, onde nós éramos sediados, e o comandante do Correio Naval, que era um puxa-saco danado do Eduardo...

L.H. - Quem era?

F.T. - Era o Reinaldo. Depois eu até fiquei muito amigo dele. Para você imaginar, uma semana, 15 dias antes da criação do ministério, eu me aborreci com o comandante da base em que servia, e o segundo subcomandante do Correio Naval, que era um amigo meu, disse: "Olhe, eu vou sair" - porque ele foi ser piloto civil na Cruzeiro do Sul, tinha arranjado isso - "e você podia vir para cá, puxa, será ótimo!



Voa-se à beça!" A gente gostava de voar lá, todos nós. Eu disse: "Ah, isso é ótimo! Mas como se consegue? "Fale com o Reinaldo que ele fala com o diretor da aviação naval e nomeia você." Eu então fui ao Reinaldo. Eu era muito contra esse negócio de falar, mas banquei o cara de pau e disse: "Comandante, o Franklin vai sair daí, e eu estava querendo..." Ele disse: "Eu não peço para ninguém vir servir comigo, nem peço para sair. Quem vier, veio; quem ficar aqui, fica. Eu não peço." Eu disse: "Está bem, obrigado." Eu não tinha relações com ele, então desisti. Veio o ministério - isso foi uns 15 dias depois - eu fiz esse correio e, quando voltei, o Reinaldo estava me esperando e disse: "Como é, fez o correio?" Respondi: "Fiz." "Tudo bem?" Eu digo: "Bem. Ótimo!" Aí ele me disse: "Você encontrou com o Eduardo lá nos Afonsos?" Eu digo: "Não, não o vi lá. "Então pegue esse avião que está aí e vá lá aos Afonsos, porque o Eduardo quer conhecer você. Ele diz que é muito amigo dos seus dois irmãos... Olhe vou até dizer uma coisa: eu propus você para subcomandante aqui do Correio." Ele tinha dito que não propunha ninguém... [risos]

L.H. - Aquele que não pedia...

F.T. - Aquele que não pedia já tinha me proposto e eu já estava nomeado subcomandante do Correio.[risos] Porque o Eduardo queria falar comigo, o Eduardo era o rei da coisa.

L.H. - Era sinal de que o senhor tinha alguma importância.

F.T. - Foi quando eu conheci o Eduardo.

L.H. - O que o senhor achou do Eduardo? Porque o senhor agora fez uma observação dizendo que ele era carola, mas que gostava de maluco.

F.T. - É, gostava muito de maluco. As nossas relações... Naturalmente aí eu já era um homem politizado, já me filiava a um grupo de pensamento que não era bem o do Eduardo. Mas não tínhamos choques.

L.H. - Mas o Eduardo era pró-Aliados nessa época, não era?

F.T. - Em termos, não é? Como eu vou contar a vocês depois, ele era pró-Aliados, mas não queria muito empenho, não. Ele não gostava do americano.

L.H. - É mesmo!?

F.T. - Ah, não gostava do americano! Mas então fui servir. Aí fui buscar outro avião. Porque era um privilégio, o sujeito já tinha feito uma viagem e ia para mostrar o caminho. Fui buscar uma esquadrilha. Encontrei com o Eduardo numa cidade americana - porque eu fui buscar esse avião em Los Angeles - era uma cidade ali no Texas, San Antonio!

L.H. - Tem uma base lá.

F.T. - Tem uma base. Ali estava cheio de brasileiro! Todo mundo apanhando avião! Eu fui então no bar americano e encontrei o Eduardo: "Como vai você?" Aí já éramos majores, e estava lá um outro major

da minha turma da Marinha que disse: "Brigadeiro, o senhor ainda não nomeou um comandante para a aviação de caça de Recife" - O Eduardo já era o comandante de Recife. Ele se virou e disse: "Bom, eu convidei aqui o Teixeira, mas ele não quer ir..." "Como quem diz: "O lugar é dele."

L.H. - Ele tinha convidado mesmo?

F.T. - Tinha. Desde a primeira vez ele cismou com isso, já tinha convidado. Ele queria que eu fosse para Recife.

L.H. - Mas o senhor voava caça também?

F.T. - Não. Até então, não. Fui voar lá. Passado um tempo, eu disse: "Vou passar uma temporada em Recife com o Eduardo, porque ele é muito meu amigo, o meu irmão serve lá..." Então aceitei e fui para Recife no fim desse ano de 42.

L.H. - E aquele processo todo dos americanos instalarem bases já estava em andamento?

F.T. - Em perfeito andamento. Os americanos já estavam lá, e os choques do Eduardo com os americanos eram muito grandes. Então eu fui ser comandante da aviação de caça e subcomandante da base em Recife.

L.H. - O Eduardo também ficava sediado em Recife?

F.T. - O Eduardo ficava sediado em Recife. Uma vez por mês ele vinha ao Rio e passava uma semana aqui. Mas em Recife ainda não era essa base que tem hoje, era tudo muito precário, estava tudo em construção. E os americanos já estavam lá, já havia um comando naval americano.

L.H. - Chefiado pelo almirante Ingram, não é?

F.T. - Chefiado pelo almirante Ingram. E tinha um comando do Exército americano chefiado por um homem de origem francesa - depois eu me lembro o nome dele, era um general americano. Com esse o Eduardo se dava bem, porque o Eduardo falava francês, parece que a mãe dele era de origem francesa.

L.H. - Há um episódio que contam do Eduardo, que ele mandou cortar a luz da base americana e deu uma confusão... Me contaram uma vez essa história, parece que o gerador da base americana tinha quebrado e os americanos mandaram puxar um fio da base brasileira. O Eduardo, quando chegou, disse que não tinha pedido permissão a ele e mandou cortar a luz. Deu uma confusão do capeta!

F.T. - Eu não me lembro disso. É bem possível, sim. Isso é bem possível, porque os choques entre eles eram completos, completos!

L.H. - Quer dizer que o Eduardo não gostava de americano?

F.T. - Não gostava de americano. E eu comecei um processo de entrar em choque, em vez de me aproximar. Eu fui num avião comercial para o Recife, para assumir o lugar lá - não me lembro por que

razão -, e nesse dia o meu irmão vinha para o Rio, teve um acidente e morreu. Quando eu cheguei em Recife, a primeira coisa que ele me disse foi: "Olha, o avião do Aluísio, seu irmão, está desaparecendo." Estava um mau tempo danado na Bahia e tal, e acabou que ele morreu mesmo por lá. Eu voltei para o Rio muito chateado, fui para Caravelas, para as buscas, e encontraram os destroços do avião, não havia mais dúvida nenhuma que eles estavam...

L.H. - O que causou o acidente?

F.T. - Foi o mau tempo. Ele forçou um pouco. Naquele tempo não se voava ainda por instrumentos, voava-se muito pouco, sobretudo na aviação militar. E estava um tempo muito ruim. Ele pousou em Caravelas e, ao invés de dormir em Caravelas e esperar, resolveu forçar. O tempo melhorou um pouco, ele forçou e bateu; entrou pelo mar adentro quando tentava voltar.

L.H. - O heroísmo do piloto tem um pouco de insensatez também, não tem?

F.T. - Ah, tem muita; ele queria vir para o Rio, queria chegar no Rio. Parece que era aniversário da minha mãe, ele queria passar aqui, forçou a mão e morreu. Então eu fiquei com o Eduardo.

L.H. - O Eduardo tentou adotar o senhor no lugar do Aluísio?

F.T. - Completamente, completamente! Mas o Eduardo tinha uns métodos de comandar muito incompatíveis com o funcionamento da aviação militar. Ele era um homem muito impressionado com 35, quando ele até foi ferido, e achava que o levante de 35 foi possível porque os oficiais não controlavam os homens. Então queria o sujeito à testa, e queria aquela organização militar do Exército de pelotão, de esquadrão de companhia, aquela coisa de infantaria... Não era possível!

L.H. - A Aeronáutica é meio anarquia, não?

F.T. - É anarquia completa! A Aeronáutica se organiza no chão para fazer o avião voar. Então não tem nada de pelotão! E aquilo era um choque permanente dele com todos os aviadores, não era só comigo, era com todos! Essa mania que ele tinha. Por exemplo: o comandante da base era um coronel, muito boa pessoa o Antônio Barbosa - já morreu até, mas era amigo íntimo do Eduardo. Ele morava com o Eduardo na casa do comandante da Zona. E eu era o subcomandante da base. Então o Eduardo, nessa exigência de controle, todo dia de manhã, às seis horas, despontava lá. E mandou preparar, ao lado da pista, tantos campos de voleibol quantos eram os soldados da base divididos por 12.

L.H. - Os dois times.

F.T. - Os dois times, 12. Então, digamos, eram cem campos. Eu tinha que receber o Eduardo, às seis e quinze ele despontava lá. O expediente começava às seis horas; às seis horas eu tinha que estar lá esperando o Eduardo, e todo mundo já tinha que estar jogando voleibol.

L.H. - Mas por que essa paixão dele pelo voleibol?

F.T. - Ele queria esporte, os oficiais participando, comandando os homens e tal.

L.H. - O senhor não jogava?

F.T. - Eu jogava, mas primeiro ia recebê-lo, não é? E ele vinha a pé. O carro parava, ele vinha a pé - era uma coisa assim de mil metros. E vinha vendo o que faltava: "Por que não tem futebol aqui? Porque não tem voleibol lá? Por que o fulano não está aqui? Cadê o fulano?" Era uma chateação, era um motivo terrível de brigas! Eu aturando aquela coisa. Eu era o subcomandante da base, e comandante, ao lado dele, me criticando! Ao invés de aceitar as críticas para ele, que era o comandante, não. [risos] Ele era uma boa pessoa, e até aí fomos muito bem. Mas tinha umas coisas horrorosas! Era de um preconceito racial tremendo! Não sei se pessoalmente, mas fazia uma política muito de prestígio com o Exército e tal. Então chegava um general do Exército e ele recebia com honras militares, tudo mais... como Eduardo queria: tropa formada, continência, desfile... E o comandante da base - ainda não era esse Barbosa, era um outro que logo depois o Eduardo tirou -, quando estava alguém para chegar, dizia: "Vai chegar o general Cordeiro de Farias!" O comandante da base já sabia que ia haver aquela cena e o que fazia? Pegava o avião e ia voar. Não ficava lá. [risos] Ficava eu, e o Eduardo chamava o comandante...

L.H. - Ele saía pra não agüentar o Eduardo?

F.T. - Para não agüentar o Eduardo. Chamava o comandante da infantaria de guerra e dava as ordens. E nesse dia "D", eu não me lembro quem era o general que chegava, ele chamou o comandante da infantaria e foi lá. Eu estou até vendo. Ele explicou tudo ao sujeito, explicou tudo, tudo, tudo e voltou. Muito bem. Chegou o sujeito, o general, fomos todos receber. E o tal sujeito da infantaria errou tudo, mas errou tudo! O Eduardo ficou uma fera! Culminou que o sujeito... Pelo regulamento, a autoridade chega, passa em revista a tropa e a tropa vai embora. Depois que ele passou em revista a tropa, pegamos o carro, o Eduardo, o general e eu - que era o comandante da base [risos] -, e fomos para o cassino dos oficiais que ficava assim... E o tal capitão da infantaria de guarda, para fazer farol com o Eduardo, pegou a tropa, desfilou, parou em frente ao sujeito e foi se apresentar: "Licença para..." E saiu. Quando acabou e o general foi embora, o Eduardo mandou chamar esse capitão. Eu ainda me lembro, era [inaudível] o nome dele. Chamou o capitão e passou-lhe uma descompostura na minha frente. Uma descompostura! Eu, calado ali. Uma descompostura! "Você é um burro! Eu expliquei tudo e você fez tudo errado." Aí perdeu a compostura com o sujeito. O sujeito, coitado, só fazia sumir, um medo do Eduardo que se pelava! Foi embora. O Eduardo então virou-se para mim e disse: "As coisas aqui nessa sua base vão muito mal. Se um submarino alemão encostar ali na praia toma isso aqui em três dias, dois dias." Eu disse: "Não, brigadeiro, o senhor está enganado: toma em meia hora. Agora, vou lhe explicar por quê: porque essa base não tem comandante, quem comanda é o senhor, como agora. O senhor chegou, chamou esse capitão aí, essa besta que saiu daqui, e foi explicar a ele. E para mim, que comando? O senhor não disse nada. Isso aqui... "Aí passei-lhe... Por que ele ficava na base até o meio-dia, ao meio-dia ia para o QG na cidade. "Então, ao meio-dia, quando o senhor vai para o QG, isso aqui acabou! Ninguém sabe nada. O comandante não sabe fazer nada, eu não sei fazer nada, porque o senhor não está aqui. Tem que ir lá saber do senhor. Então não dá! O senhor não dá autonomia aos seus..." E ele: "Não é bem assim..." Ficou danado, saiu e foi embora. Então nós tínhamos muitos pegos assim, mas amistosos, nos dávamos bem. Quando eu completei dois anos lá,

recebi um convite do então coronel Loiola Daher para servir como subcomandante da base do Galeão. Quer dizer, no Rio, Galeão, eu achei aquilo uma beleza!

I.F. - Longe do Eduardo...

F.T. - Longe do Eduardo... Estava doido para me ver livre dele! [risos] Eu digo: "Vou topar isso. Vou topar isso! E fui ao Eduardo. Ele ficou uma fera, porque não queria que ninguém o largasse: "Mas você vai? Você vai me deixar? Eu que sempre pensei que você fosse sair daqui para ir para o estrangeiro ser adido no Canadá!" - falou até nisso, inventou um Canadá. Eu digo: "Brigadeiro, no momento estou mais interessado no Rio do que no Canadá." Acabei voltando, e ele ficou danado comigo.

L.H. - Mas, engraçado! Por tudo isso que o senhor está contando, parece que o Eduardo foi para a Aeronáutica muito a contragosto, não é?

F.T. - É. Ele não queria o Ministério da Aeronáutica, e entende-se: o Eduardo era um coronel, e naquela época, 41, 42, estava rompido com o Getúlio. Para efeito externo, de palavras, ele era inteiramente contrário ao Estado Novo, no que eu o apoiava totalmente. Mas o Getúlio fazia o que ele queria, quer dizer, ele seria fatalmente general do Exército se continuasse na arma de lá. Então ele preferia. Para suas ambições políticas teria muito mais importância ser general do Exército do que general de uma arma que estava se criando e que não era decisiva. Ele não era a favor do Ministério da Aeronáutica, mas aderiu e foi o dono da Aeronáutica.

L.H. - Agora, do ponto de vista dos ministérios de origem, parece que houve alguns problemas. O Guilhem também não queria que se criasse o Ministério da Aeronáutica?

F.T. - O Guilhem também não queria que se criasse o ministério, era contra. Manifestou claramente, um horror! Mas da aviação naval nenhum ficou na Marinha, nenhum. Todos optaram ir para o Ministério da Aeronáutica, porque era facultativa a opção.

L.H. - Parece que o Dutra era muito a favor e não colocou nenhum obstáculo a que se criasse o ministério.

F.T. - É, acho que o Dutra não criou, não.

L.H. - Dizem que o Guilhem não deixava sair móvel, nada da aviação naval.

F.T. - Nada! Uma guerra danada, uma briga! O Guilhem foi muito contra, muito contra! E depois acabou a Marinha lutando pela aviação naval, que ela praticamente botou para fora. Então houve isso. Mas ainda houve um problema... Bom, a posição do Eduardo no comando da II Zona durante a guerra, ele primeiro se chocava muito com o americano, mas acabou se convencendo de que nós não estávamos habituados militarmente a realizar vôos de patrulha militar eficientes. Então concordou... Eu acho que na nossa última conversa eu já falei sobre isso. Nessa fase já era muito importante o problema dos comboios ao longo do litoral que o alemão estava agredindo, atacando. Então o americano criou uma rede, um sistema de proteção a comboios por aviação, botou aviões adequados e bases em todo o litoral para assegurar uma continuidade permanente e uma proteção aérea aos comboios.

Eles tinham uma base em Salvador, tinham uma base, parece que em Maceió, tinham uma base em Recife, uma base em Natal. E o ministério conseguiu, num entendimento com o americano, formar um esquadrão brasileiro para participar. Ir formando. A idéia seria depois substituir. E eu ainda estava lá quando se formou o primeiro esquadrão que treinou com o americano em Natal. Foi dado um curso completo de ataque a submarinos, essas coisas militares todas, e realmente nós participamos com certa eficiência nesse... seria assim: vinha um comboio do Rio de Janeiro; quando ele chegava em Salvador, a aviação de Salvador protegia até Maceió; ali substituía por outra e ia fazendo...

L.H. - Era de Salvador, então, de Maceió voltava para Salvador?

F.T. - Porque havia muitos comboios, um aqui, outro ali, e sempre com a cobertura. De Maceió até Recife ficou a cargo desse nosso esquadrão sediado em Recife. Então eles traziam até Maceió, e, em Maceió, nós íamos buscar isso tudo dentro de um planejamento perfeito, vamos dizer assim.

L.H. - Agora me diga uma coisa: aquela força naval brasileira que era comandada pelo almirante Soares Dutra, se não me engano, estava em Recife também?

F.T. - Estava em Recife também.

L.H. - Vocês tinham contato com eles?

F.T. - Pouco, pouco. Só contatos na cidade, sociais. Não tínhamos contato militar. Muito pouco.

L.H. - E eles participavam de comboio também?

F.T. - Participavam, davam proteção também. A Marinha participou mais até, e talvez se equipou mais rapidamente do que a Aeronáutica para as missões do comboio.

L.H. - Porque parece que alguns navios faziam inclusive quase que estação de rádio para aviões: iam para o meio do mar e ficavam dando sinais aos aviões para eles poderem passar por ali.

F.T. - Para poderem passar por ali, exatamente. Então, naturalmente, os choques do Eduardo com esse esquadrão ou grupo brasileiro eram apenas... porque o grupo, embora militar e hierarquicamente subordinado ao Eduardo, era operacionalmente subordinado ao americano. E aí havia uma...

I.F. - A base aérea americana mais importante era em Natal ou Recife?

F.T. - Natal.

I.F. - E por que o Eduardo ficava em Recife?

F.T. - Porque a sede da Zona Aérea era em Recife.

I.F. - Como era essa ligação? Se a base aérea americana mais importante era em Natal e a brasileira em Recife, como era a convivência?

F.T. - O problema era, vamos dizer, de estrutura. A nossa estrutura militar dividia o país em zonas aéreas. A sede da II Zona Aérea, que ia da Bahia até Fortaleza inclusive, era em Recife. E o Eduardo mudou. A sede do comando americano no Brasil era em Recife; o almirante Ingram ficava, portanto, em Recife. A sede desse outro general americano, o Saville, era em Recife. Eles sediavam as autoridades onde estava a nossa autoridade maior. Mas a base mais importante era Natal, porque era o trampolim para ...

L.H. - Era a ponta mais avançada? Mas as autoridades maiores ficavam em Recife?

F.T. - Ficavam em Recife. Lá havia um comandante de base, talvez um general... A base de Natal era uma cidade que depois nós ocupamos, ficamos com essa base.

L.H. - Os americanos entregaram tudo depois?

F.T. - Entregaram tudo depois.

I.F. - Agora, os americanos também fizeram muita coisa em Recife.

F.T. - Tinha também muita coisa, mas as construções americanas eram de caráter muito provisório.

I.F. - Madeira, não é?

F.T. - Madeira... tudo muito rústico, muito transitório. As nossas não. Tanto que, por exemplo, em Natal, o pessoal preferiu morar na base americana porque, embora rústica, era muito funcional. Eles são tremendamente funcionais.

L.H. - Nisso aí eles são imbatíveis, não é?

F.T. - Imbatíveis. A base aérea deles em Recife era pequena, não era grande, não, porque eles também não precisavam de muita coisa ali. Mas a base em Natal era grande.

L.H. - Agora, a base funcionava só como retaguarda, como ponto de abastecimento para aviões que iam para o Norte da África, ou tinha, por exemplo, hospital para receber feridos, essas coisas assim?

F.T. - Tinha hospital, tudo, tudo. Serviço médico, serviço de abastecimento... A importância de Natal era grande. Houve um momento, quando o ritmo de trânsito de aviões era grande, de estarem cem, duzentos aviões estacionados lá. Então eles tinham que ter infra-estrutura para alimentar, para tratar de um que estivesse doente, qualquer coisa.

L.H. - Mas feridos de combate, vocês não recebiam?

F.T. - Não, não. Isso não.

L.H. - Ali não se tratava?

F.T. - Ainda não. Ainda não havia frente na Europa, por enquanto a guerra era...

L.H. - Só no norte da África?

F.T. - Só no norte da África.

L.H. - Mas depois que se abriu a frente na Europa, passaram a receber feridos de combate, alguma coisa?

F.T. - Não, ali nunca. Nunca. Eles tinham hospitais lá mesmo e tal. Mas quando o Brasil declarou guerra, surgiu o problema da Força Expedicionária Brasileira, porque o Eduardo era contra.

I.F. - Fernando de Noronha era subordinada a Recife ou Natal?

F.T. - A Recife. Nós tínhamos muito pouca coisa em Fernando de Noronha, e o americano também nunca usou muito Fernando de Noronha, porque não havia necessidade. O negócio deles era Natal. Natal e Belém. Em Belém a base americana também era muito grande.

L.H. - Inclusive por causa da foz, não?

F.T. - Por causa da foz, e também por causa do espaço, eles faziam muito passe: uns ficavam em Belém, depois pousavam em Natal apenas para reabastecer, outros... Dividiam, porque o trânsito de aviões era enorme. Passavam esquadrões completos, completos! Aquilo era dia e noite decolando aviões, pousando avião!

L.H. - Quase uma ponte aérea?

F.T. - Era uma ponte aérea, uma ponte aérea. Mas então, o Eduardo era contra a Força Expedicionária. Ele achava que nós devíamos mandar uma força *proforma*, um grupo que não entrasse em guerra, apenas para fazer nome na África. Ele queria que ficássemos na África, mas foi derrotado nesse ponto de vista.

L.H. - Me dizem que quando se formou o Grupo de Caça ele se negou a fornecer gente. Disse que o pessoal dele, ele não mandava, não.

F.T. - Mas foram. Foram alguns que serviam lá em Recife. Porque o Grupo de Caça foi organizado na base de voluntariado. É claro que todo mundo já sabia que o comandante seria o Nero, porque ele queria ir, era amigo do Getúlio, e foi mesmo.

L.H. - Todo mundo já sabia que seria ele?

F.T. - Todo mundo sabia que seria o Nero. Eu tinha até muita vontade de ir, mas disse: "Não, nem vou me escrever nisso, já sei que é o Nero mesmo..." E foi o Nero. Então lá de Recife foram pelo menos



uns três ou quatro oficiais, porque a única aviação de caça que havia no Brasil era a de Recife. Foram uns quatro ou cinco de Recife.

L.H. - Mas não é muito pouco, brigadeiro?

F.T. - Muito pouco. Mas o resto foi todo voluntário, muitos da reserva... Então eles pegaram aqueles voluntários, que naturalmente eram pilotos já com experiência de vôo, mesmo porque a nossa aviação de caça em Recife era aviação de caça para fazer acrobacia, não era propriamente para combate. Fazíamos um tiro, uma coisa ou outra, mas...

L.H. - O grosso em Recife era de oriundos da aviação naval?

F.T. - Não. Porque a primeira turma que foi formada já com o ministério foi a turma que iniciou o curso em 42; da fusão da Escola Naval com a Escola Militar formou-se a primeira turma de oficiais-aviadores. O pessoal dessa turma de 42, em 44 já era oficial. Uma grande parte era dessa turma - 44, 45, já gente... Mas a maioria foi do Exército.

L.H. - Que tinha mais experiência de vôo, tinha mais horas de vôo, por aquilo que nós vimos: porque o pessoal da aviação naval só começava a voar depois que saía da Escola Naval.

F.T. - Exatamente, depois de primeiro-tenente. A maioria então era do Exército. Eram, digamos, 80% oriundos...

L.H. - Era na base de 80%?

F.T. - De 80 para 20, ou de 70 para 30%, no máximo. Na cúpula, talvez, a aviação naval tivesse mais...

L.H. - O Travassos, não é? Se não me engano, o Travassos, o Trompowsky...

F.T. - O Travassos era do Exército e o Trompowsky da Marinha. Era o Reinaldo, esse que eu falei que comandava o Correio Naval... Mas aí foi a Força Expedicionária, foi o Grupo de Caça, e eu então voltei para o Rio de Janeiro.

L.H. - E aí o senhor foi para o Galeão?

F.T. - Aí eu fui para o Galeão. Aí o problema político já passava a ter uma predominância.

L.H. - E era bom estar no Rio, não é?

F.T. - Era bom estar no Rio.

I.F. - Isso já era em 44?

F.T. - Já era fim de 44.

## [FINAL DE FITA 4-B]

L.H. - Antes de a gente começar a falar sobre os desdobramentos políticos do final do Estado Novo, eu quero falar de uma coisa que o senhor passou rapidamente, que foi o seu casamento. O senhor se casou em 41?

F.T. - Eu me casei em 42.

L.H. - E quando o senhor conheceu a Iracema?

F.T. - A Iracema é muito mais moça do que eu, é 12 anos mais moça. Ela era colega de uma irmã que eu tenho que era aluna do Instituto de Educação, e através dessa irmã eu vim a conhecê-la. Ela tinha uns 16 anos na época, e eu já era um homem de 28 anos. Aí namoramos e tal, e casamos.

L.H. - Aviador, não é? Aquele sucesso!

F.T. - Aviador e tal, aquela auréola, um bom partido, major...

L.H. - Ah, o senhor já era major?

F.T. - Não, não. Fui promovido depois. Eu era capitão.

L.H. - E a família da Iracema não se opôs a ela namorar um militar?

F.T. - Não, eu tinha muito prestígio junto à família dela. Eu tinha assim um jeito de me impor muito às pessoas, de forma que eu me impunha ali e a coisa até girava muito em torno de mim. Era uma família da pequena burguesia tradicional, de hábitos muito... E eu já era um homem de 28 anos e político, já era político na época e tudo mais, de forma que... Mas nunca houve oposição, pelo contrário.

O extraordinário é que a minha vida depois do casamento, sobretudo depois do casamento, foi uma vida terrivelmente cheia de altos e baixos, de momentos terrivelmente negativos, outros positivos, e a Iracema sempre me acompanhou integralmente neste aspecto, nunca reprovou, nunca se queixou. Eu tive filhos presos, filha presa, eu fui preso, e ela sempre acompanhando, apoiando. Ela era, vamos dizer, a base da minha possibilidade, e até dos filhos, de atuar politicamente, porque garantia a retaguarda. Tinha um amigo do meu filho, Aluisio que dizia: "É, agora só falta ser presa a velha Iracema, porque o resto todo já foi." [risos] Ela nunca foi presa, então agüentava... Eu estou me referindo a isso, porque era realmente uma família muito quadrada no sentido pequeno-burguês e de hábitos. As tias solteironas, professoras, família muito solidária, não admitia um estranho na família. Eu até fui um estranho que entrou na família e que foi muito bem-aceito. Os outros todos eram muito hostilizados. Casavam com as primas... Mas a Iracema se libertou, evidentemente, das taras da família e adotou as minhas, preferiu as minhas. [risos]

L.H. - Namoro muito duro?

F.T. - Namoro muito duro, muito exigente, muito vigiado, mas eu acabei entrando pela casa adentro, e aí tomei conta da coisa. [risos] Não era mais uma criança...

L.H. - O senhor se casou em que igreja?

F.T. - Na igreja de São Francisco Xavier. Era uma família muito católica e que tinha prestígio com um padre de muito nome na época, o dono da paróquia, o vigário da paróquia. Eles moravam na São Francisco Xavier, então casamos ali.

L.H. - O senhor teve educação religiosa?

F.T. - Não. Eu era de uma família católica, mas não era assim católica de exigir muito. Até que, no começo, quando menino, eu era meio freqüentador de igreja, mas não por uma imposição da família, embora fosse uma família católica e tal. Depois, pouco a pouco... Isso eu acho que foi uma coisa benéfica na minha educação. Não foi nenhuma imposição de preconceito religioso, medo do inferno...

L.H. - Nem contra, nem a favor?

F.T. - Nem contra, nem a favor. Então você ia crescendo, escolhia a filosofia de vida que melhor lhe aprouvesse. A família não tinha muita interferência nisso. Mas, em todo caso, era uma família de formação católica, não houve problema. Eu não era um praticamente na época, já não era um praticante.

L.H. - Não era um militante. [risos]

F.T. - Não era um militante. Mas eu não contrariaria a família dela, porque isso seria o fim. Aí talvez nem casasse.

L.H. - Sim, porque havia aquele ritual, não é?

F.T. - Um ritual, e dispensável, porque naquela época, para casar, você tinha que fazer confissão. Eu disse: "Não, isso eu não faço." E não fiz. Esse vigário, que eu não estou lembrando o nome, dispensou tudo. Era uma boa figura.

L.H. - O senhor disse que aos 28 anos já era um político, essa coisa toda. E lia muito nesse período?

F.T. - Lia, lia. Eu tinha uma curiosidade sobretudo à respeito dos problemas sociais, tinha uma curiosidade grande no assunto. Eu não sou assim um homem de muita leitura, não, sou até um pouco preguiçoso. Mas também o que leio, eu apreendo. Eu sou mais de falar; tenho uma inibição tremenda para escrever, o que não tenho para falar. Quer dizer, eu tenho inibição para fazer discurso, tenho horror a fazer discurso! Mas discutir... Ah! Isso é comigo! Discutir é comigo! Estimulado dialeticamente por um adversário, eu vou longe, ouviu?

L.H. - São talentos, são especialidades. E o que o senhor lia nesse período? Já lia alguma coisa de sociologia?

F.T. - Já lia alguma coisa, já lia. Mas não cheguei a ler *O capital* na época, li muito mais tarde.

L.H. - Aliás, poucos conseguiram.

F.T. - Mais tarde eu consegui, num desses períodos de... Mas lia muito; o que me caía na mão eu lia. Não tinha assim uma programação com intenção de estudo, era mais por curiosidade.

L.H. - Porque essa geração toda foi muito influenciada, de um lado, por Alberto Torres, Oliveira Viana, o próprio Euclides... Havia muita influência desse grupo. E Rui?

F.T. - Rui... Eu tinha horror ao Rui. Confesso que não tinha nenhuma simpatia. Achava o Rui um homem que desconhecia o problema social, a questão social. Não tinha uma biblioteca de... Nunca escreveu uma... Foi escrever uma besteira sobre a questão social em 19/18, quando já havia a Revolução Soviética, e ele estava inteiramente por fora. Não era do meu...

L.H. - Não era santo do seu altar? [risos]

F.T. - Não, não era santo do meu altar. Euclides... Eu gostava de Euclides, achava-o evidentemente um homem muito mais esclarecido.

L.H. - E com muito menor bagagem do que o Rui, não?

F.T. - Exatamente.

L.H. - Acusam muito o Rui, com aquela campanha exacerbada dele contra o militarismo e toda a Campanha Civilista, de ter estimulado muito essa divisão, essa estigmatização dos militares, a não-integração dos militares na própria sociedade. A campanha dele parece que exacerbou muito esse tipo de coisa.

F.T. - Exacerbou, embora eu ache que há também, por outro lado, uma idéia permanente na cabeça do militar de que ele é a única classe social, o único estamento social no Brasil capaz de dirigir o país, porque estuda, porque é organizado, em suma, aquilo muito do Floriano, um "casaca-de-ferro".

L.H. - Um salvacionista, não é?

F.T. - Um salvacionista. Aliás, até no livro desses jornalistas que entrevistaram o Prestes - não sei se vocês leram -, tem um prefácio do Faoro que eu reputo fantástico, quando ele analisa esse aspecto militar: o militar é fadado a salvar a pátria...

L.M. - É meio messiânico, meio salvacionista.

F.T. - Nisso o Rui exacerbou, porque ele atacou no cerne do problema, então irrita. Mas o militar tem muito isso: ele é quem conduz. E 64 foi o coroamento.

L.H. - É uma postura muito purista, não?

F.T. - Muito purista, muito de auto-suficiência da classe militar sobre uma sociedade de analfabetos.

L.H. - Mas o senhor não acha que de certa forma a própria classe política, os próprios civis contribuíram um pouco para esse tipo de postura do militar?

F.T. - Muito, muito, muito, muito! Inclusive recorrendo sempre a eles. Por quê? O que houve? Por que existiu o Hermes da Fonseca? Porque o Pinheiro Machado não aceitou a candidatura civil e impôs um militar para combater...

L.H. - O próprio desprestígio da classe política em geral pelos políticos, quer dizer, muitas vezes a própria caricatura do deputado corrupto, do senador que faz negociatas e coisas no gênero, caricatura essa feita pelos próprios civis, estimula um pouco esse sentimento salvacionista no militar.

F.T. - Evidentemente, claro. E sobretudo, na República Velha, a política era uma profissão de famílias. Não havia representatividade política. Os partidos políticos, primeiro, não eram nacionais, eram estaduais; e segundo, não tinham nenhuma representatividade, as eleições eram a bico de pena. Naturalmente aquele sistema social vigente do "coronel" do interior correspondia a uma necessidade daquele momento. Eu estou convencido disso! Só depois que a classe média cresceu com as cidades, que se criou um pouco de industrialização nas cidades, foi que aquilo passou a ficar meio anacrônico.

L.H. - Mas correspondeu a uma necessidade da época, não?

F.T. - Da época, da época. Não há o que combater nisso. Mas isso dava um descrédito. Naqueles lugares em que a política era feita como na capital federal já era diferente. Então os representantes da capital federal tinham mais representatividade do que os outros, mas eram muito inferiores aos outros. Era essa a verdade. É Washington Luís, Afonso Pena e não sei o quê, família Bernardes...

L.H. - Porque a República Velha também deixou uma herança, uma espécie de tradição de austeridade. Era uma república pobre, uma república austera. Evidentemente os tempos mudaram, é claro. Mas de qualquer forma, apesar de ser uma política de poucos para poucos, feita entre poucos, ela deixou uma herança, uma tradição de austeridade.

F.T. - De austeridade, de decência na coisa pública e tal, e que foi acabando. Evidentemente que houve um desenvolvimento, uma modernização da economia, o dinheiro passou a ter outro valor. Veja essas famílias: em geral elas são pobres hoje, não são as grandes fortunas do Brasil de hoje.

L.H. - Não. Se formos ver, por exemplo, os Melo Franco, são muito menos ricos do que se supõe.

F.T. - O Bernardes. Eu conheço a família do Bernardes. O Arturzinho é um que já viveu também a outra face da medalha com suas negociatas. E aquele outro que morreu - eu até me dava com ele, um filho mais moço do Bernardes - era um homem pobre. O rapaz tinha um emprego e...

L.H. - Os Andradas também não são mais uma família rica.

F.T. - Os Andradas, exatamente, não são uma família rica hoje.

L.H. - O que eles queriam na época era o poder.

F.T. - Era o poder. E exerciam o poder. Exerciam da maneira que era possível. O fato era que aquilo funcionava, funcionava.

L.H. - Nós entramos sempre por essas digressões, que são muito interessantes. O senhor acha que esse movimento por uma mudança política, por novos ventos trazidos de alguma forma pelo sucesso dos Aliados na guerra, pela virada da guerra, correspondeu a que época? Final de 44, mais ou menos?

F.T. - É, final de 44, porque aí houve... Como eu disse a você, em 45 eu vim servir no Rio, e o problema do fim do Estado Novo já estava visível. Houve o *Manifesto dos mineiros*, houve a entrevista do José Américo nesse período, então já estava claro que o Estado Novo estava no fim.

L.H. - O senhor tomou conhecimento daquela carta de Timandro que foi escrita para os militares, e que depois se descobriu que foi escrita pelo Dario de Almeida Magalhães?

F.T. - Não, não. Quando foi? Em 45?

L.H. - Foi em 44. Uma carta dirigida ao ministro da Guerra e que teve uma certa circulação aqui no Rio entre os militares. O senhor não estava aqui nesse período?

F.T. - Eu não estava aqui, não estava aqui.

L.H. - E as notícias da guerra? Vocês recebiam notícias dos sucessos da guerra?

F.T. - Havia rádio. Pegava-se rádio de fora, aquelas irradiações, e também notícias que vinham daqui.

L.H. - No meio militar isso já começou a fermentar?

F.T. - Já começou a fermentar. Aí o Brasil já estava empenhado na luta contra... Porque houve uma inversão do problema: a discriminação de esquerda passou a não funcionar. Funcionava a discriminação nazista, fascista. Nessa época nós estávamos lutando e participando da guerra. Então era esse o quadro na área militar, sobretudo na Aeronáutica. A Aeronáutica politicamente era um feudo do Eduardo Gomes e entrou firme na campanha do Eduardo para a presidência da República. Então o Eduardo foi um pouco responsável pela politização da Aeronáutica, porque ele era o nosso candidato; meu, não, nosso, no caso geral da Aeronáutica. Nesse intervalo, eu fui tirar um curso nos Estados Unidos, o curso de estado-maior em Leavenworth. Fui em julho de 45 e só voltei em 46, já com...

L.H. - Quer dizer que o senhor não pegou a queda de Getúlio, o 29 de outubro?

F.T. - Eu não peguei a queda do Getúlio, nem a eleição do Dutra.

L.H. - Não votou?

F.T. - Não votei, porque não se apurava voto, no exterior não se votava. Mas no início de 45 eu estava aqui, servia na base do Galeão, era o subcomandante da base do Galeão. E o comandante, que era o Loiola, um homem muito de acordo com a média dos militares, muito pouco ventilado, estava atônito ainda, porque só se falava em golpe, em depor o Getúlio. Ele então me pediu para ir ao Eduardo...

L.H. - Já candidato?

F.T. - Ainda não candidato. Ele queria que eu pedisse ao Eduardo uma orientação, porque ele estava atônito. Queria saber se ia haver um golpe, porque ele queria dar o golpe, todo mundo lá queria dar o golpe e tal. Então eu fui ao Eduardo. E foi o meu primeiro choque, vamos dizer assim, político com o Eduardo, porque eu disse: "Olhe, brigadeiro, eu venho aqui a mando do coronel Loiola, e vou lhe dizer uma coisa: ele está preocupado em saber se vai haver golpe, se vão tirar o Getúlio, qual é a saída para o problema..." Ainda não estava delineada, marcada a eleição, nem as candidaturas. Ele virou-se e disse: "Nós vamos ter que tirar o Getúlio, vamos ter que tirar o Getúlio!" Aí eu perguntei: "É, brigadeiro realmente está parecendo uma solução, mas vamos botar quem no lugar do Getúlio?" Ele sentiu um pouco de malícia na minha pergunta e queimou-se com a história. Aí olhou assim para o infinito - ele ficava olhando lá para o Corcovado - e disse: "Ah, não tem problema. Botamos o porteiro lá do Palácio do Catete." Eu digo: "É, uma bela solução. Até logo." Então fui embora e ele ficou danado comigo.

L.H. - No dia seguinte ele provavelmente ia se candidatar a porteiro. [risos]

F.T. - A porteiro, exato. Ia querer o lugar do porteiro. Aí acabou não havendo o golpe, ou havendo o golpe, mas eu já não estava aqui, fui para os Estados Unidos e passei seis meses lá. Voltei em princípios de janeiro. Lá a derrota da guerra na Europa... Porque primeiro houve a rendição alemã, eu estava lá. Aí continuei o curso. Depois houve a do Japão, eu não sei se eu estava lá na do Japão. O curso era muito fraco do ponto de vista de estudos militares, porque o americano passou de um país que não tinha exército para um país com com um exército enorme! Então ele precisava muito de oficiais de estado-maior, quer dizer, não propriamente nos termos que se tem no Brasil, "oficial de estado maior", mas oficiais capazes de fazer o serviço de estado-maior", informações...

L.H. - Oficiais mais graduados?

F.T. - É, mais graduados e que soubessem aquele mecânica, aquela rotina do trabalho de um estado-maior, que é colher informações, organizar planos e tal. Então o curso se limitava a isso, era o máximo. Tinha centenas de militares americanos e alguns estrangeiros, nós éramos, parece, uns dez ou 12.

L.H. - Brasileiros?

F.T. - Brasileiros. Tinha uns sul-americanos também.

L.H. - O fato de o Brasil ter sido o único país que efetivamente mandou tropa para lutar na Europa era reconhecido pelos americanos? Vocês tinham algum prestígio, enfim, alguma gratidão dos americanos?

F.T. - Relativa, ouviu? É verdade que toda a participação do Brasil na guerra foi feita com total apoio americano. Por exemplo, o Grupo de Caça foi treinado no Panamá, foi treinado pelo americano, e enquadrou-se num comando aéreo americano na Itália, como o Nero deve contar a vocês.

L.H. - E teve um desempenho muito elogiado!

F.T. - Muito elogiado e tal. A força terrestre... Eu até vou contar um fato, porque nós embarcamos, nos preparamos aqui da maneira que foi possível, mas aí já foi diferente, porque preparar um avião para o combate aéreo você faz, mas para a guerra, só a guerra mesmo. E a Força Expedicionária era comandada pelo Mascarenhas, e o comandante da Infantaria Divisionária era o Zenóbio da Costa. E esse fato que eu vou

contar me foi contado pelo ajudante-de-ordens do Zenóbio, o coronel Pinto Guedes, Paulo Pinto Guedes. Ele me contou o seguinte: chegamos lá naquele porto americano, e o Brasil foi imediatamente para a frente. E coube aos pracinhas da FEB, que era uma divisão, um determinado lugar no teatro de operações. Foi dada então uma missão ao Brasil - não me lembro se já foi a primeira tentativa de Monte Castelo - que foi um fracasso. Foi horrível a participação! Então um general americano - eu não me lembro o nome - reuniu todos os generais brasileiros, o Mascarenhas, o Zenóbio, o Cordeiro, todos eles. Reuniu e passou uma espinafração em todos!

I.F. - Foi o Crittenberger?

F.T. - O Crittenberger, exato. Mas um troço de uma grosseria! "Os senhores fiquem sabendo o seguinte: nós americanos, lhe damos comida, roupa, munições, gastamos dinheiro para os senhores combaterem e não virem aqui passear. Os senhores voltem para o Brasil!" Um negócio nesses termos.

I.F. - Ele não era de brincadeira.

F.T. - Não era de brincadeira. O Mascarenhas, que era um homem tímido engoliu aquilo. O Zenóbio protestou, porque o Zenóbio ambicionava o comando geral da coisa, a glória! Ele disse: "O senhor está enganado! Nós estamos aqui, vamos fazer certo e tal!" E repeliu a coisa, entraram num acordo, continuaram lá... [risos] Mas ele passou uma esculhambação completa! Esse Pinto Guedes assistiu, porque era o ajudante-de-ordens do Zenóbio. O Zenóbio então foi o conciliador do problema e disse: "Realmente nós não estamos preparados, mas vamos nos preparar, vamos fazer, acontecer, eu assumo o compromisso." E portou-se bem depois.

L.H. - Portou-se bem. A própria artilharia recebeu muitos elogios também.

F.T. - Muitos elogios, e a infantaria... Mas estou contando isso para mostrar que o americano não dava muita importância ao fato de o Brasil ter participado da guerra. Eu nunca senti isso.

L.H. - Mas, efetivamente, na América do Sul, foi o único país que mandou tropa e atuou mesmo.

F.T. - Foi o único que mandou tropa e aviação e atuou. Foi o único. Agora, quando eu cheguei aqui de volta...



L.H. - Esse curso que o senhor fez nos Estados Unidos contava para a promoção aqui ou era apenas um curso de aperfeiçoamento, uma coisa assim?

F.T. - Não, contava, contava. Contava da seguinte maneira: dava o curso de estado-maior.

L.H. - Correspondia ao curso de estado-maior daqui?

F.T. - O nosso curso de estado-maior dividia-se em duas etapas: a primeira era essa parte que eu tirei lá e valeu; a segunda era um curso superior de comando que habilitava o sujeito à promoção, e que eu tirei depois aqui no Brasil, quando se fez a escola. Quando voltei para o Brasil, fui servir no estado-maior da Força Aérea Brasileira porque tinha tirado esse curso de estado-maior nos Estados Unidos.

L.H. - Já em 46?

F.T. - Já em 46.

L.H. - O ministro já era o Trompowsky?

F.T. - O ministro já era o Trompowsky, já era o governo Dutra. Nessa época eu já havia começado minhas atividades de político militar, porque já havia sido eleito para a diretoria do Clube Militar na eleição de 44. Quando voltei de Recife para o Rio, fiquei com a chapa. Isso foi antes de eu ir para os Estados Unidos.

L.H. - Quem foi eleito presidente?

F.T. - O presidente foi o Pessoa. As eleições nessa época no Clube Militar eram eleições muito simples, em geral até manipuladas por um secretário, um velhinho que foi secretário do Clube a vida inteira.

L.H. - Como sempre o secretário...

F.T. - É, o secretário manobrava a coisa. Já a nossa corrente... Nós entramos lá e elegemos o José Pessoa, um nome bom, muito em oposição ao Dutra e ao Góis Monteiro, porque ele era inimigo do Góis Monteiro.

L.H. - Como era o José Pessoa? Era bom oficial?

F.T. - Ele era um oficial... Como todo Pessoa, ele era um bom administrador, era um bom administrador. Fez o projeto de Agulhas Negras... Quando era comandante da Escola, ele iniciou o projeto. E era um homem bonito, um homem de feições finas, alinhado, fardava-se muito bem, tinha prestígio, oficial de cavalaria...

L.H. - Agora, como todo Pessoa ele era autoritário também?

F.T. - Era autoritário, mas muito acessível. O nosso grupo, no Clube Militar, tomou muito conta dele, ouviu? Não vou dizer que ele fazia o que a gente queria, mas muita coisa ele fazia. Quando a FEB voltou, nós promovemos com o Clube Militar aquelas manifestações todas à FEB, e ele participou.

L.H. - A FEB começou a voltar em agosto de 45. A rendição na Europa foi no dia 8 de maio, e o último escalão desfilou no dia 3 de outubro, antes da queda do Getúlio.

I.F. - É, porque o Cordeiro chegou dia 22 de agosto.

F.T. - Mas fui eleito para o Clube, e fui diretor da *Revista do Clube Militar*, reeditei a *Revista*, que estava há muitos anos parada, porque o Clube já estava fechado.

L.H. - É, no Estado Novo o Clube não funcionou.

F.T. - Então reeditamos a *Revista do Clube Militar*. Depois elegemos o Salvador César Obino presidente do Clube Militar. Aí me matricularam para tirar o curso de comando de estado-maior do Brasil, porque eu já tinha tirado o primeiro ano nos Estados Unidos. Tirei um ano esse curso, que deve ter sido em 46 ou 47, e fiquei como instrutor na Escola de Estado-Maior.

L.H. - Que tipo de posição tomou o Clube Militar nesse momento diante da cassação do Partido Comunista?

F.T. - Não se pronunciou.

L.H. - Nesse período já havia muita infiltração comunista no Exército, nas forças armadas em geral?

F.T. - Bom, como eu disse a você, havia. O Prestes era um homem de muito prestígio militar por causa do tenentismo. Havia, havia!

L.H. - Mas o fato de ele ter feito acordo com o Getúlio, por exemplo, quando saiu da prisão para poder receber a anistia, e ter apoiado a Constituinte com Getúlio não prejudicou muito?

F.T. - Não. A ação da esquerda, ou dos comunistas, na área militar não se desenvolvia muito paralelamente à ação do Partido Comunista.

L.H. - Então como se desenvolvia?

F.T. - Desenvolvia-se da seguinte maneira: para se ganhar uma eleição no Clube Militar, sobretudo na medida em que a presidência do Clube tornou-se de novo importante, não se podia fazer isso sem aliados. Se fosse só a esquerda, perdia-se, estava derrotada! Então, por exemplo, a nossa corrente - vamos identificá-la até como de ultra-esquerda: nós elegemos o Estillac Leal presidente do Clube Militar, porque foi possível, a reação já era... Porque também elegemos o Obino, e o Obino não tinha nenhuma conotação de esquerda, nenhuma ligação com a esquerda.

L.H. - Pois é, e o José Pessoa, tinha?

F.T. - Nem o José Pessoa. Muito menos o José Pessoa! E direi mais até, eram anticomunistas comprovados, compreendeu? Comprovados! Mas o problema que se colocava no Clube Militar não tinha nada a ver com o problema do comunismo, ou do assenso do comunismo no Brasil, ou do avanço do comunismo. Tinha a ver com o nacionalismo.

L.H. - Não era um problema marcadamente ideológico do ponto de vista comunista, mas era preciso fazer aliança com os comunistas senão não se ganhava eleição?

F.T. - Não, eu inverteo o problema. Eu quero dar uma importância aos comunistas, ouviu? Então os comunistas minoritários tinham uma linha de atuação militar - isso até eu não sei, acho que é melhor apagar isso aí. [risos] Bom, isso é só para nós, não é?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Havia uma esquerda nacionalista?

F.T. - Nacionalista, que levantou, porque aí surgiu... Nós, do Clube Militar, temos um mérito, que essa literatura que eu estou vendo, inclusive esse último livro que aquela senhora médica, senhora do Henrique Miranda, a Maria Augusta Tibiriçá escreveu sobre o petróleo. Mas ela não é justa, porque o problema do petróleo nasceu no Clube Militar. Eu era diretor da *Revista* no tempo do Obino, e havia um movimento para mudar a lei feita pelo Juarez, negócio de solo e subsolo...

L.H. - Exatamente, era o Código.

F.T. - O Código! O Código de Minas.

L.H. - Que é de 34.

F.T. - O Código de Minas que é de 34, de quando o Juarez era ministro da Agricultura. Esse Código de Minas foi o que não possibilitou a entrada da Standard e de outras empresas aqui no Brasil.

L.H. - Foi o que preparou tudo, não?

F.T. - Preparou tudo. E o governo, ainda do Dutra, estava manobrando, ou falando em apresentar uma lei no Congresso para modificar o Código de Minas. Então eu disse: "Bom, o problema que tem aí é o problema do petróleo." E o pessoal do Clube Militar, por exemplo, o Henrique Cunha, que era o diretor do Departamento Cultural, era um tenentista, um homem prestista e tal, não era um comunista de porte...

[FINAL DA FITA 5-A]

F.T. - Mas nós convencemos a diretoria, no caso do Obino, a abrir um debate sobre o problema do petróleo na base das modificações do Código de Minas, e pensamos: "O homem para fazer isso é o Juarez. Foi o autor, o criador do Código de Minas. Agora querem mudar, ele vai querer defender isso."

L.H. - O Código de Minas nacionalizava o solo; depois, para nacionalizar o subsolo, já ficava mais fácil.

F.T. - Então fomos - o Henrique Cunha e eu - ao Juarez, que na época era subchefe do Estado-Maior do Exército. E o Juarez - não sei se vocês conhecem o Juarez - é assim meio pretensioso, meio pedante: "Não, estou muito cansado, estou doente. Trabalho muito," - não fazia nada, subchefe do Estado-Maior não fazia nada - "trabalho muito..." E ele se negou. Mas o Cunha: "Venha cá, Juarez. Nós pensamos justamente em você, porque eles estão tratando de alterar o Código de Minas, que foi uma obra tua que garantiu isso para o Brasil durante tanto tempo." E ele: "Está bom. Eu vou pensar."

L.H. - Basicamente quem estava forçando isso era a Standard, não era?

F.T. - Era a Standard, exatamente. E era aí que estava o problema: o Juarez não conhecia nada de petróleo. Uns 15 dias ou um mês depois, nesse intervalo, ele teve um contato com dois americanos que vieram ao Brasil, Hoover Jr. e Curtis, que trouxeram e deram ao Juarez uma documentação entreguista, compreendeu? Ele então aceitou e fez duas conferências no Clube Militar, o oposto do que nós queríamos, defendendo a tese da entrega do petróleo.

L.H. - O mesmo comportamento que vai ter quase dez anos depois com o problema da energia nuclear.

F.T. - Exatamente, a mesma coisa. Aí nós ficamos numa situação terrivelmente embaraçosa: queríamos levantar o problema num sentido e acabamos levantando em outro. E começamos a procurar quem poderia... quando surgiu o nome do Horta Barbosa, Júlio Caetano Horta Barbosa.

L.H. - Que tinha sido presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

F.T. - E que era um homem cuja posição nós já conhecíamos. Ele era um homem também muito tímido, relutou, mas acabou aceitando. Foi quando começou a "tese Horta Barbosa", que acabou dando na Petrobrás. Aí começou o debate no Clube Militar. Nós conseguimos levar a fazer uma conferência no Clube Militar o Bernardes, que tinha fechado o Clube Militar quando presidente da República. O pessoal do lado dos entreguistas ficou uma fera conosco!

L.H. - Mas ele tinha aquela auréola da luta contra a Itabira, não?

F.T. - Exatamente. Uma posição nacionalista tradicional. E foi um sucesso a conferência do Bernardes! Porque essas conferências do Clube Militar enchiam aquele salão do Clube.

L.H. - E entravam civis também?

F.T. - Civis também, convidados! Entrava tudo!

L.H. - Eu estou querendo entender um pouquinho esse problema do Salvador Obino. Como foi que ele se deixou apoiar pela corrente mais à esquerda do Clube Militar? Porque se não me engano, pode ser

que eu esteja enganada, não foi o Salvador Obino o intermediário da criação da Escola Superior de Guerra?

F.T. - Foi ele. Ele era o chefe do EMFA na época.

L.H. - Como esses dois Salvador Obino se casaram? Porque na minha cabeça está uma confusão.

F.T. - Mas é preciso notar o seguinte: a atividade nacionalista e patriótica e tal dava nome ao Obino. Primeiro, você chegar para um general e convidá-lo para presidente do Clube Militar com a segurança de que vai ser eleito, não há um que recuse! É uma honra na carreira militar ser presidente do Clube Militar! Então nós convidamos o Obino exatamente porque o Obino... Nós podíamos ter reeleito o José Pessoa.

L.H. - Permitia-se a reeleição?

F.T. - Permitia-se a reeleição. Mas no quadro de generais o Obino era um liberal, tinha até um posicionamento político-militar bom; não era comprometido com a corrente golpista que já se formava ali, e era o mais graduado dos generais. Então a eleição do Obino era uma eleição fácil. Ele aceitou, nós o elegemos. Naturalmente elegemos uma diretoria em que predominavam os representantes da nossa corrente, nacionalista, de esquerda e tal. Na segunda eleição do Obino eu não fui mais para a diretoria, fiquei no conselho deliberativo. Quando reelegemos o Obino, finalmente a penetração da Campanha do Petróleo nas forças armadas era dominante. E o militar aderiu à coisa nas bases. Então nós resolvemos lançar um candidato mais caracterizadamente de esquerda, e note-se que aí o Dutra já tinha... A tendência dentro da cúpula militar era de apoio a um reacionarismo grande. Então nós resolvemos marcar a posição numa eleição mais decisiva com o Estillac, cujo adversário foi o Cordeiro de Farias.

L.H. - Como era o Estillac? Era efetivamente um nacionalista, ou era mais oportunista?

F.T. - O Estillac era sobretudo inteligentíssimo! Era um caudilho, um caudilho! Não gostava que se dissesse, mas era! Um boêmio, ouviu? E malquisto na hierarquia exatamente por isso, por ser um boêmio, fardava-se mal...

L.H. - Mal-ajambrado?

F.T. - Mal-ajambrado! Mas muito inteligente. Como aluno da Escola de Estado-Maior, ainda como coronel, no tempo da guerra, quando o Getúlio e o Dutra estavam naquelas indecisões, ele fez um discurso de formatura, um discurso muito bem feito, que ficou famoso, defendendo a democracia, a participação do Brasil na guerra, a luta contra o Eixo. Então já era um homem... Quer dizer, nosso namoro com o Estillac era antigo.

I.F. - Ele era um pouco desorganizado, não?

F.T. - Muito, muito desorganizado! Mas muito inteligente! Realmente uma figura! Foi uma das figuras mais interessantes que passaram pelo Exército. Ele servia em Recife quando foi promovido a general-de-brigada. Esse fato eu vou contar, porque foi ele mesmo quem me contou. Então ele foi promovido a

general, Getúlio o promoveu, porque ele era um nome como coronel, apesar de suas posições um pouco destoantes da hierarquia, e embora o Getúlio, quando ele fez o discurso, não fosse pró-Aliados, depois acabou se aliando. E o Getúlio o promoveu provavelmente contra a vontade do ministro da Guerra, que era o Dutra. Então o Dutra chamou todos os generais e foi apresentá-los ao Getúlio, o que é uma praxe que até hoje perdura: apresentar os novos generais ao presidente da República. E o Dutra então ia apresentando: "Aqui o general fulano." Quando chegou no Estillac, o Getúlio perguntou: "Como vai o senhor general?" - Porque ele já o conhecia. "O senhor gostou da sua promoção?" E o Dutra ao lado... Aí o Estillac, que tinha fama de pederasta ativo, e parece que era, [risos] não sei até se passivo também, chegou defronte do Getúlio e disse: "Ah, presidente! Ah, presidente! O senhor não imagina a minha satisfação. Eu estava até em Recife, no meu quarto, quando recebi a comunicação. Aí resolvi comemorar. Saí na rua, peguei um marinheirozinho americano e tomei um porre!" [risos] O Getúlio ria pra burro. O Dutra, uma fera! Esse era o Estillac, um gozador. Então nós apresentamos a candidatura do Estillac, e a reação apresentou o nome melhor que eles tinham, que era o Cordeiro de Farias.

L.H. - O senhor está dizendo que o governo Dutra se encaminhava, em termos de cúpula militar, para apoiar uma posição mais reacionária?

F.T. - Ah, sempre!

L.H. - Isso se corporificava no Canrobert?

F.T. - No Canrobert. No Canrobert, no Eduardo, no Cordeiro de Farias, em todos eles, quer dizer, uma posição cada vez mais reacionária. Inclusive nós elegemos o Estillac numa demonstração de que as forças armadas estavam divididas. Porque se eles não tivessem tomado conhecimento do Clube Militar, como foi no caso das eleições do Obino, o Estillac seria eleito numa eleição com um candidato só. Mas não, eles apresentaram um candidato de peso, e houve uma campanha, que o Clube Militar passou de um clube de 1.200 sócios para um clube de 12.000 sócios!

L.H. - E a campanha extravasou para o mundo civil também?

F.T. - Para o mundo civil. E a imprensa! A imprensa todo o dia metendo o pau, "comunistas", aquela coisa toda. E nós ganhamos a eleição, o que demonstrou a divisão das forças armadas, que é o que eu reputo de extraordinária importância que haja.

L.H. - Dizem que correu muito dinheiro dos dois lados da campanha, e que o Santos Vahlis, inclusive, ajudou muito a financiar a campanha do Estillac.

F.T. - Evidentemente havia dinheiro ou financiamento da candidatura, porque a eleição no Clube Militar era uma eleição relativamente cara, já que se processava no Brasil inteiro. Mas os votos do interior vinham por procuração. Então era preciso ir buscar esses votos. Pedir, cabalar e buscar os votos. Era preciso viajar, nós tínhamos que viajar por esse Brasil inteiro. Eu fui o chefe de todas as campanhas no Clube Militar, eu fui o chefe. Então havia um dinheiro, e acho que foi o Santos Vahlis um dos financiadores. Ele era muito amigo do Estillac. Mas foi gratuito, porque ele não tirou benefício nenhum com a eleição do Estillac.

L.H. - Inclusive dizem que havia, não sei se no hotel OK, escritórios eleitorais montados.

F.T. - Montados em todos os lugares.

L.H. - Era no hotel OK, não? Aonde era?

F.T. - O Estillac morava no hotel OK. Ele estava no OK nessa época . Mas os escritórios eram mais ou menos nas nossas casas, ouviu? Nas nossas casas. Porque recebíamos dois, três mil votos do interior, então tínhamos que reconhecer firma, havia um processamento.

L.H. - Os eleitores eram só oficiais?

F.T. - Só oficiais. Só oficiais sócios do Clube.

L.H. - Sargento não entrava?

F.T. - Não, sargento não entrava.

L.H. - Mas e aquela acusação de que vocês começaram a alistar sargentos?

F.T. - Não, isso não é verdadeiro. Nós propúnhamos isso, como eles também. Porque hoje, parece que o sujeito para votar... Porque não era justo, isso só beneficiou o Clube, porque, nas campanhas eleitorais, o número de sócios que entravam era enorme! Nós propúnhamos sócios novos, e eles votavam, não é? O sujeito propunha alguém para sócio, a entrada era aprovada, já entrava um voto. Não, não houve... Eleição no Clube Militar roubada, houve depois. A última eleição no Clube Militar que o Alcides Etchegoyen ganhou do Peri Bevilacqua foi roubada, mas foi roubada porque o secretário do Clube... Nós nunca usamos isso, mas era fácil. Porque o secretário do Clube ficava com o fichário do clube; estava com ele. Então ele tinha todos os sócios do interior. E o que eles fizeram? Pegaram mil votos do interior, ou dois mil votos, e falsificaram as chapas. E se o sujeito vota nas duas chapas, anula-se o voto. Então, daqueles dois mil, digamos que 1500 tinham votado conosco, foram anulados 1500 votos, e eles ganharam 500. Nós acabamos constatando isso porque um sujeito que votou no interior veio assistir a eleição aqui, de repente viu o voto dele anulado e disse: "Não é possível! Eu não votei nessa chapa!" Nós protestamos, fomos à comissão...

L.H. - Essa eleição foi quando?

F.T. - Essa eleição foi a última antes de 64. Deve ter sido em 62.

L.H. - Então o Etchegoyen voltou? Porque o Etchegoyen foi eleito também em 52, não?

F.T. - Não, não! Perdão! Não foi o Etchegoyen, foi o Magessi. O candidato foi o Magessi Pereira que comandava a Vila Militar.

L.H. - Ah, bom! Porque a chapa Etchegoyen – Nelson de Melo derrotou o Estillac tentando...

F.T. - Foi a que nos derrotou. Foi a que derrotou o Estillac na segunda eleição.

L.H. - Vamos dar uma recordada, então. Nesse processo, digamos, de abertura do Clube Militar, foi eleito o José Pessoa e depois o Obino.

F.T. - Ou, por outra, de influência de uma corrente política de pensamento diferente, foram eleitos: José Pessoa, Obino, Obino e Estillac. Aí perdemos para o Etchegoyen em 52.

L.H. Em 54 foi a chapa Canrobert e Juarez, não é?

F.T. - É, Canrobert e Juarez em 56, aí já no governo do Juscelino, nós ganhamos a eleição com o Justino Alves Bastos; em 60 reelegemos o Justino, mas em 62 o Justino nos largou, porque houve o Jânio Quadros, aquela coisa, a derrota do Lott e tal, e eles elegeram o Magessi.

L.H. - O Magessi foi a última eleição antes de 64. Porque em 64 não chegou a haver, não foi?

F.T. - Não chegou a haver. Seria em maio a eleição.

L.H. - Ah, a eleição é sempre em maio? O Magessi foi contra o Peri?

F.T. - Foi contra o Peri Bevilacqua. Essa eleição nós ganharíamos, mas o secretário do Clube, que eu não me lembro o nome, montou... Eu fui pessoalmente à sede do escritório da campanha do Magessi, que era naquele edifício Monroe, no Senado, falar com o coronel Garça, um reformado do Estado-Maior, e ele acabou dizendo: "É isso mesmo. Mas vocês vão reclamar aonde? Não têm que reclamar nada!" Confessou mesmo a roubalheira e pronto. E nós nos conformamos, contra a opinião do Aragão, do almirante Aragão, que queria invadir o Clube com os fuzileiros. Eu disse: "Não, não. Deixa para lá, perdemos."

I.F. - Em 66 houve eleição novamente? Porque em 64 com a revolução não houve.

F.T. - Em 66 deve ter havido. Nós não concorremos mais, também estávamos na cadeia... Bom, aí eu não sei quem foi.

I.F. - É que agora está meio parado.

F.T. - Ninguém sabe mais quem é.

L.H. - O Clube entrou numa situação de associação recreativa. Agora foi o general Montanha. Não foi o César Montanha agora?

F.T. - O César Montanha já foi, agora é o Tasso Vilar de Aquino. A posição atual do Clube Militar ainda é a posição dentro do Exército, porque nós fomos expulsos dos clubes, mas fomos anistiados, então não havia nenhuma razão depois da anistia..



L.H. - Não podiam mais freqüentar?

F.T. - Não. Fomos expulsos dos clubes. Eu fui expulso do Clube da Aeronáutica e do Clube Militar. Da Aeronáutica até com uma carta muito malcriada do então presidente, que era esse Grun Moss, dizendo que faltava...

L.H. - O ministro do Jânio?

F.T. - O ministro do Jânio. Ele foi presidente do Clube depois, agora no final.

L.H. - Sempre naquele processo: todo mundo podia participar do Clube Militar, aviadores e marinheiros podiam participar do Clube Militar.

F.T. - Podiam. Mas do Clube da Aeronáutica e da Marinha só os específicos. Eu, por exemplo, era sócio dos três clubes, porque fui oficial de Marinha e eles nos mantiveram depois da criação do Ministério da Aeronáutica.

L.H. - O pessoal da aviação naval pôde continuar freqüentando o Clube Naval?

F.T. - O Clube Naval. Que aliás era o Clube que eu freqüentava antes de freqüentar o Clube Militar. Porque o Clube Naval tinha uma sede muito boa ali na avenida, eu ia jogar pôquer lá, essa coisa... Freqüentava muito.

L.H. - O senhor foi expulso dos três?

F.T. - Fui expulso dos três. Depois da anistia, a Aeronáutica, num movimento interno, nos readmitiu. Houve inclusive um processo, porque foi um dos membros do conselho que levantou o problema que a anistia se estendesse ao Clube, mas o presidente fez corpo mole, mandou uma carta um pouco seca comunicando a possibilidade de readmissão, e era para o sujeito ir lá e tal... Ninguém foi, ninguém foi, ninguém aceitou. Aí eles se reuniram - estou mostrando a diferença dos processos - a finalmente fizeram uma carta delicadíssima, até com uma espécie de autocritica do que tinha acontecido, dizendo que estava tudo apagado, e que para voltar a ser sócio, bastava ir lá na secretaria e entregar dois retratos. Foi o que eu fiz: sou sócio do Clube da Aeronáutica.

L.H. - E ao Clube Militar, o senhor não voltou?

F.T. - Não. Porque no Clube Militar eles só botaram para fora os demitidos, os que foram reformados continuaram sócios. Os demitidos, como eu, foram expulsos do Clube Militar. Eu não recebi comunicação nenhuma, não sei se houve uma resolução de diretoria demitindo, ou se foi até por falta de pagamento, porque eu não pagava mais, não é? Estava demitido... Então uns quatro ou cinco requeriram, depois da anistia, a volta ao Clube Militar na condição de sócio, e receberam a seguinte resposta: "Pois não, podem voltar, desde que: primeiro, provem, expliquem os motivos porque foram atingidos pelo Ato Institucional; segundo, provem com testemunhas que não são comunistas." Ponto final e tal. Quer dizer, ninguém voltou. Primeiro, o seguinte: o sujeito provar que não é comunista é

uma burrice, porque se eles não provam que o sujeito é, como é que o sujeito vai provar que não é? Então, como ninguém provava, eu dizia: "O senhor já provou que eu sou? Nunca! Nesses anos ninguém provou que eu sou comunista, pelo contrário." Então não voltamos, e estou mostrando a você que perdura no Clube Militar um ranço anti-anistia, para que não volte a anistia. Parece que essa resolução tomada lá pelo conselho... Talvez fosse até o Montanha o presidente na época, mas o Montanha não era a favor dessa decisão, ele foi voto vencido, porque ele era presidente... Não foi tomada assim numa eleição apertada. Houve quem defendesse...

L.H. - A anistia, digamos?

F.T. - A anistia, que fosse contrário a isso. Então agora, na candidatura Serpa, o Serpa promete que acabará com isso, que vou readmitir todo mundo.

L.H. - Ontem, se não me engano, eu li no jornal que o Válter Pires, ministro, está apoiando a candidatura do adversário do Serpa, que eu agora me esqueci o nome. Quem é?

F.T. - É o Ernâni Airoso ou o Tasso Vilar de Aquino?

L.H. - Acho que é o Vilar de Aquino. É o Vilar de Aquino, que quer a reeleição.

F.T. - Mas em compensação me garantiram que o Diogo Figueiredo, irmão do João, está apoiando o Serpa.

[FINAL DA FITA 5-B]

*3ª Entrevista: 7.12.1983*

L.H. - Eu gostaria de discutir hoje com o senhor mais a fundo a campanha do Estillac para o Clube Militar em 50 e a influência que ela possa ter tido na eleição presidencial daquele ano, ou vice-versa.

F.T. - Perfeito. Como eu disse a vocês, o grupo nacionalista, democrático e de esquerda, que a partir de 45 ou do fim do Estado Novo, com a volta da FEB, começou a atuar politicamente na área militar, a primeira providência que ele tomou foi ganhar o Clube Militar, ou se instalar no Clube Militar. Naturalmente instalar em termos, sempre com candidatos como o José Pessoa, como o Obino, dos quais seria impossível fazer qualquer acusação ideológica ou até mesmo política. Então apoiamos a eleição do José Pessoa, participamos da diretoria do José Pessoa em proporções pequenas; lançamos a candidatura de general Obino, participamos da eleição e finalmente...

Mas neste intervalo em que estávamos - eu quero situar bem a campanha do Estillac - nós já tínhamos iniciado uma campanha de extraordinária repercussão no Clube Militar, que foi a Campanha do Petróleo. Eu até contei detalhes na nossa última entrevista. Essa campanha abalou muito o meio militar pelo aspecto nacionalista, antimperialista, para dizer assim mais politicamente, mas sobretudo pelo aspecto nacionalista da campanha. Então, nessa base, nós resolvemos lançar um candidato que tivesse mais afinidades com o conjunto do grupo nacionalista, e esse candidato foi o Estillac. O Estillac, como eu disse da última vez, já vinha, como coronel ou aluno da Escola de Estado-Maior durante a guerra,

com posições democráticas, com posições antinazistas, embora o ambiente militar na época fosse muito pró-nazismo, muito simpático ao nazismo, o Góis Monteiro, o Dutra etc... Então escolhemos o Estillac candidato. Mas, naturalmente, dada a importância da campanha "O petróleo é nosso", a cúpula militar, vamos chamar assim, alertou-se para o problema da importância do Clube Militar, que durante anos ficara parado. De repente surgiu um grupo, elegeu o Obino, o Obino apoiou a campanha e tal... Então eles lançaram também um candidato de peso no Exército, que foi o Cordeiro.

L.H. - Que sabia bem a importância do Clube Militar, uma vez que tinha vivido 22.

F.T. - Sabia a importância do Clube Militar, e também viu tirarem o Clube Militar deles. Porque o Clube foi fechado depois daquela campanha. Como eu até disse a você, vale a pena dar uma espiada no livro *História militar do Brasil*, do Nelson Werneck Sodré, em que ele transcreveu atas das sessões de 20, 21 e 22. Era uma coisa tremenda o desrespeito dos tenentes aos generais! Aquele Groyer de Azevedo, que era um tenente maluco, um tenentista, chamando assim o general Setembrino: "O senhor é um ladrão!" Então o Cordeiro conhecia a importância do Clube. Mas o Clube morto não interessava a ninguém. Reviver o Clube não era um trabalho que interessasse a quem estava no poder: "Deixe para lá." O Clube só podia atrapalhar. Então eles resolveram se candidatar. E foi realmente uma eleição... Porque a importância da eleição para o Clube, a meu ver, era que não havia um prazo de carência para o oficial entrar para sócio e votar. Um mês antes da eleição ele podia entrar para sócio, e votava. E havia ainda o voto por procuração. Então isso exigia uma campanha nacional. O Clube passou de dois ou três mil sócios para 12, 13, 15 mil sócios. Os votantes, que eram 500, 600, a seis mil, sete mil, cinco mil. Então foi uma coisa...

Você já me fez uma pergunta que eu explico agora: o problema de financiamento. Havia um financiamento. Eu, por exemplo, não participava. Eu era um dos chefes da comissão pró-Estillac Leal, um dos organizadores da comissão, e realmente parece que o Santos Vahlis financiou o Estillac. Me lembro até que uma vez nós tivemos que mandar um... Porque nós mandávamos uma pessoa do nosso grupo para todos os estados buscar votos, não só dos militares da ativa, como dos da reserva, e fazer novos sócios. Então mandamos, e o dinheiro apareceu. E essa pessoa foi de avião para Manaus, senão levaria um mês para chegar lá, não é? Em suma, a campanha cobriu tudo isso, deu-se a eleição e nós ganhamos.

L.H. - E essa eleição seguiu mais ou menos os parâmetros, os métodos de uma eleição, ou seja, com plataforma, folhetos, comícios?

F.T. - Ah, folhetos! Comícios, não, porque o eleitorado era muito disperso, e não se podia fazer comício em quartel. Mas as duas chapas iam às unidades, aos quartéis, às bases aéreas pedir votos. Devo dizer a vocês que até não era a minha especialidade pedir voto. Também nessa época, em 52, eu já era coronel.

L.H. - Não, essa é a eleição de 50.

F.T. - Eu era tenente-coronel ou coronel, não me lembro bem, porque fui promovido depois a coronel... Acho que eu já era coronel. Então a minha função era mais de dirigir um escritório que nós tínhamos - era nas nossas casas - para recolher os votos, ver se estava certo, consertar... Era um trabalho tremendo, ouviu?

L.H. - E esses folhetos?

F.T. - Eram plataformas, programas. Aliás, eu penso que nós vamos viver agora um momento muito parecido na eleição do Clube Militar, porque a chapa do Serpa vai ter que se mexer por aí fora para pegar votos e tal. E ele já está com uma plataforma que, para nós, da corrente que lutou nos anos 50 dentro do Clube Militar, tem um primeiro ponto que é muito importante: restabelecer a tradição do Clube Militar de debates dos problemas nacionais. Essa era justamente a nossa tese fundamental.

Então em 50 houve uma campanha. O Estillac não era um homem bem quisto pela cúpula militar, pelo generalato, mas era um homem muito bem quisto pelo pessoal de baixo, porque ele era muito simpático, muito caudilho, meio relaxadão.

L.H. - Ele era brigada nessa época ou era divisão?

F.T. - Era general-de-divisão na época, já era divisão. E botamos como vice-presidente o Horta Barbosa, já um nome nacional, e foi uma chapa em que realmente a predominância da corrente nacionalista era quase que total.

L.H. - A imprensa se mobilizou muito, não?

F.T. - Contra nós. Nós não tínhamos absolutamente imprensa! Eu era parente do Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, que depois da campanha do Juscelino, ficou muito chegado a mim, porque ele apoiava o Juscelino e eu também, mas nessa época o *Correio* era um dos piores contra nós, porque era virtualmente contra o monopólio estatal do petróleo, a estatização, essa coisa e tal. Então a imprensa, os jornais, o Chateaubriand, *O Globo*, todos eles eram contra nós.

L.H. - Voltando à minha pergunta inicial, até que ponto essa campanha do Estillac influenciou ou foi influenciada pelo clima geral da campanha presidencial?

F.T. - Tenho a impressão que ela teve uma influência muito grande na aceitação da candidatura e na posse do Getúlio. Porque Getúlio foi eleito em outubro de 50, e a nossa eleição foi em maio de 50, quer dizer, já havia a candidatura Getúlio quando houve a eleição, já havia.

L.H. - Tenho a impressão que foi em meados de abril que o PTB lançou a candidatura do Getúlio, não tenho certeza.

F.T. - É até possível que tenha havido um certo reflexo de apoio dos getulistas a nós, porque a cúpula militar - não é que nós combatêssemos, nós discordávamos - era contra o Getúlio. Então é possível que você tenha razão, eu não me lembro bem que tenha havido influência. É capaz de certos financiamentos terem vindo por essa via, talvez até o do Santos Vahlis. Eu não sei que interesse poderia ter o Santos Vahlis, um estrangeiro do negócio imobiliário... É verdade que ele se metia muito na coisa, o Santos Vahlis.

L.H. - Porque a eleição do Estillac facilitaria de certa forma que se criasse uma cunha na cúpula militar, e que a posse do Getúlio pudesse ser mais bem-aceita, digamos.

F.T. - Isso, exatamente. Mas não foi essa a nossa intenção. Quer dizer, politicamente, é o que eu digo, a gente às vezes atua meio... O aspecto político da sua atuação não está bem definido por você mesmo quando atuou. Nós não éramos entusiastas do Getúlio na época, éramos do Estillac.

L.H. - Até porque o Getúlio nacionalista e o Getúlio, digamos, populista ainda estavam por se fazer no próximo governo. O Getúlio que havia naquela época era o ditador.

F.T. - Exatamente, o ditador. Mas eu acho que teve uma influência, porque a posse do Getúlio se definiu depois de ele eleito, com a entrevista de três generais pela posse: o Estillac, que foi logo o primeiro ministro do Getúlio, o Espírito Santo Cardoso, que foi o segundo ministro do Getúlio, e o Zenóbio, que foi o terceiro ministro do Getúlio.

L.H. - Isso é muito interessante, porque os três pronunciamentos seguiram a ordem das três nomeações.

F.T. - Das três nomeações, exatamente. Então o Estillac foi eleito, deu uma entrevista a favor da posse do Getúlio, e nós também éramos porque, claro, tinha que se cumprir... Aliás, essa foi uma posição constante do grupo militar a que eu pertencia como atuação política: sempre pela posse dos eleitos etc e tal. Não vá você dizer que isso era uma coincidência!

L.H. - Ganhou, toma posse?

F.T. - Ganhou, leva! Ganhou, leva! Inclusive o Jânio Quadros, até o Jânio Quadros, que nos hostilizou o que pôde. Mas em todo caso... Então o Estillac deu a entrevista, seguiram-se essas duas entrevistas também de dois futuros ministros do Getúlio, e o Getúlio tomou posse. Aí nós cometemos um erro muito grande, a meu ver, na minha opinião, dentro do Clube Militar. Eu não posso localizar a influência, de onde veio esse erro. Mas nós ficamos contra o Getúlio, contra o Getúlio. Não sei se por esse aspecto de que ele tinha sido ditador, mas nós pressionamos o Estillac para que ele... Isso não fica assim muito claro, mas nós queríamos que o Estillac hostilizasse o Getúlio, ele ministro do Getúlio. E o Estillac, com muito mais juízo do que nós, não topou. Mas ele, um homem ligado a nós por posições anteriores, o que fez? Afastou-se da presidência do Clube Militar, o que vale a dizer, nos entregou completamente o Clube Militar. Porque ele tinha uma personalidade forte para não deixar que se fizesse isso, aquilo e tal. O primeiro vice-presidente, que era o Horta Barbosa, também se afastou. Eu penso que ele achou que nós íamos fazer ali, o que se imaginava que fizéssemos, [inaudível] porque ele se afastou e o segundo-vice-presidente, que era o Carnaúba, assumiu. Um oficial muito brilhante, que tinha tido também uma posição muito grande na Campanha do Petróleo, instrutor da Escola de Estado-Maior, até uma pena que não tivesse feito carreira no Exército. Ele foi a coronel, a tenente-coronel, e se reformou; foi promovido a general, porque na época havia aquelas promoções. Ele então assumiu a presidência, e eu, nessa época, não era da diretoria, era do conselho deliberativo, onde eu buscava o apoio da diretoria e tal. Mas confesso a você que eu tinha uma influência muito grande no que a diretoria fazia. Então aí nós cometemos vários erros, posições... Veio o problema da guerra na Coreia, e houve um artigo na *Revista* condenando a invasão americana...

L.H. - Que foi um artigo violentíssimo, não?

F.T. - Violentíssimo! Aquele artigo, publicado no número 107 da *Revista*, foi o que criou as condições para as nossas derrotas futuras.

L.H. - Quem o escreveu?

F.T. - Aquilo foi transcrição de uma revista francesa, de um semanário francês que fazia comentários sobre a Coréia. Foi traduzido; quem traduziu e publicou foi o diretor da *Revista*. Tanto que até o Nelson Sodré, que era na época o diretor do departamento cultural, diz em seu livro de memórias que só teve conhecimento do artigo depois que estourou a bomba. [risos] Isso daí eu estou dizendo porque ele diz lá, o que eu achei até um pouco chato, porque ele podia ter dito: "Foi verdade, eu tive conhecimento da *Revista*. Fui um dos responsáveis porque me convenceram que era hora de tomar a ofensiva, que nós tínhamos tido uma vitória estrondosa..." Porque foi o primeiro número da *Revista* depois da vitória do Estillac. Eu me lembro que houve uma reunião do pessoal que trabalhava no Clube - o Nelson não estava - e levantou-se a idéia de tomar a ofensiva, que o Estillac tinha tido uma vitória esmagadora, que a maioria estava conosco, era nacionalista, antiimperialista. Alguém tinha trazido a revista, colocou a questão do artigo e nós concordamos; foi mandado para a *Revista*, traduziram muito bem traduzido, não sei se você chegou a ler, mas vale a pena ler, porque está muito bem-feita a coisa. Então é o que eu digo: ali nós cometemos uma série de erros, porque nesse momento a direção do Exército, a cúpula militar, o Estado-Maior do Exército tomou a ofensiva contra nós.

L.H. - Vocês conseguiram reunir todo mundo contra vocês?

F.T. - Contra nós. Colocamos sob suspeita a nossa linha nacionalista. Porque se colocava abertamente contra a invasão da Coréia, que afinal... Está muito bem, houve também o problema de se mandar tropa para a Coréia, a que o Estillac se opôs como ministro da Guerra. Parece que aqueles Neves da Fontoura...

L.H. - O João Neves era inteiramente favorável a que o Brasil enviasse tropas, atendendo a um pleito dos americanos.

F.T. - Foi isso, exatamente.

L.H. - O Estillac tinha uma posição formada a respeito desse assunto, ou ele foi um pouco pressionado, uma vez que era ministro da Guerra e presidente do Clube Militar, e o Clube Militar tinha tomado esta atitude?

F.T. - Não, ele reprovou.

L.H. - Mas era pensamento dele mesmo?

F.T. - O Estillac era um homem, como eu disse a você, muito inteligente, muito inteligente, muito hábil em formular as coisas. Não sei, talvez ele até concordasse com o artigo da Coréia, que era um absurdo o ataque americano à Coréia, mas não achava oportuno mexer naquilo. Nisso ele estava certo. Ele reprovou. Aí houve uma onda tremenda: memoriais pedindo uma assembléia para fechar a *Revista*... Só não falaram em tirar o Estillac da presidência, porque na época ele ainda era ministro da Guerra. Mas

houve uma pressão, e o Estillac reassumiu a presidência e contornou o problema. Mas aí ficou uma coisa um pouco clara, que ele, ministro do Getúlio, não nos apoiava, ou nós não apoiávamos o Estillac ministro do Getúlio. No primeiro pretexto – ele era um sujeito honesto –, que foi aquele problema do Acordo Militar Brasil–Estados Unidos, ele deixou o ministério. Voltou e foi o nosso candidato à reeleição em 52. Nisso aí eu louvo o Estillac, porque mostrou que não era um discordante nosso politicamente falando: nacionalismo, democracia, até certo esquerdismo. Ele era bem entrosado nisso, tanto que aceitou voltar a ser o nosso candidato. Agora, discordou de erros que nós cometemos.

L.H. - A repercussão negativa que a campanha contra a guerra da Coréia teve para o Clube Militar abafou um pouco a campanha anterior que vocês vinham fazendo pelo petróleo? Porque o projeto da Petrobrás entrou no Congresso em dezembro de 51, mas era um projeto que previa uma companhia de economia mista, não previa monopólio. Até que ponto essa falta de juízo, digamos assim, em trabalhar com o problema da Coréia não prejudicou a caminhada anterior que vocês vinham fazendo em direção ao monopólio do petróleo?

F.T. - Eu acho que não. Ali foi o Getúlio que não tinha uma idéia muito firme sobre o que era o monopólio estatal. Aliás, quem o alertou muito na época foi até a própria UDN, porque o substitutivo bom foi o do Bilac Pinto. Quando Getúlio apresentou o projeto, isso foi em dezembro de 51, nós já estávamos em vésperas da próxima eleição do Clube Militar, mas quem centralizava mais era o Horta Barbosa. Quer dizer, em fórum nós alertamos. Tínhamos uns deputados... Aquele Eusébio Rocha, que era muito chegado ao Getúlio, alertou-o de que aquilo era um erro, que a campanha não era nada daquilo, e o Getúlio concordou em modificar. Mas lutou, porque aqueles assessores do Getúlio na época, o Rômulo Almeida e o Jesus Soares Pereira, também não eram pelo monopólio estatal. Não eram.

L.H. - Não, não eram. O próprio Rômulo declara inclusive hoje que a assessoria econômica era toda a favor de uma companhia de economia mista.

F.T. - Até o Partido Comunista, no tempo da legalidade, pregava uma coisa parecida.

L.H. - O que parece que alertou muito foi uma emenda do Lúcio Bittencourt, que na época era deputado, em que ele pedia que se proibissem estrangeiros de possuir ações da Petrobrás; as ações da Petrobrás só poderiam ser vendidas a brasileiros. Parece que foi aí que o governo despertou um pouco para esse tipo de problema. Mas nessa hora, a UDN, que viu as vantagens eleitorais nítidas de se pedir o monopólio, porque o monopólio estava na rua, apresentou a emenda.

F.T. - Isso é possível, sim. Agora, eu quero corrigir uma coisa, eu não digo que o artigo da Coréia tenha tido uma repercussão negativa no Exército pelo fato de não aprovar ou reprovar a invasão americana. O artigo da Coréia foi, assim como 35, um fator, um equívoco que deu margem a que a partir de então procurasse identificar na corrente nacionalista uma corrente comunista, esquerdista, uma ideologia que não era a nossa intenção.

L.H. - Sim, porque os derrotados tinham ficado um pouco calmos depois da derrota, inclusive se desinteressaram do Clube.

F.T. - Calmos, calmos. Não iam lá, nem apareciam lá. Apesar de que, muitos que não eram propriamente da nossa chapa freqüentavam muito o Clube. Eu me lembro, por exemplo, daquele general Obino, não o Salvador César Obino, o sobrinho dele, que foi comandante do I Exército aqui no Rio, ele freqüentava muito o Clube na época da Campanha do Petróleo. Porque nós desenvolvíamos muita atividade recreativa, muita atividade cultural no Clube. Então havia pessoas... por exemplo, a *Revista* que eu dirigi: sujeitos profundamente reacionários do Exército pediam números da *Revista*, porque liam a *Revista*, colaboravam na *Revista*.

L.H. - Escreviam também para a *Revista*?

F.T. - Escreviam para a *Revista*. Houve até um general que comandou a região da Bahia durante a guerra - eu não me recordo o nome dele, mas posso até ver depois para você nos números da *Revista*, muitos não estão mais aqui, mas eu vejo lá com a Maria Lúcia, minha filha -, ele escreveu uma série de artigos sobre as relações do Exército brasileiro com os americanos sediados na Bahia para efeito de... Uma coisa trágica! E ele escreveu aquilo tudo, interessou-se pelos temas nacionalistas e escreveu na *Revista*. Quer dizer, a *Revista* tinha colaboração. A defesa da *Revista*, que com o artigo do número 107 passou a ser aquela coisa, é que ela continuou a ser lida. Era bem-feita.

L.H. - No finalzinho de 50, se não me engano, já no início de 51, mas ainda no governo do Dutra, o Dutra criou o Conselho Nacional de Pesquisa e deu a presidência para o almirante Álvaro Alberto, que há muito tempo vinha pregando a necessidade de o Brasil ter uma política nacional de energia nuclear, uma política que ele chamava de "a tese das compensações específicas" sobre os minerais atômicos. O Clube Militar tomou conhecimento, tomou parte de alguma forma nisso, ou apenas se mobilizou pelo petróleo?

F.T. - Isso, como você disse, foi em 51, e nós ficamos mais um ano. Eu acho, tenho uma idéia de que o Álvaro Alberto fez uma palestra no Clube Militar. Mas não pudemos mais porque saímos; em 52 nós perdemos o Clube, que só fomos recuperar no governo Juscelino, com a eleição do Segadas Viana.

L.H. - A que se atribuir a derrota da eleição de 52?

F.T. - Em primeiro lugar, à campanha já muito localizada do anticomunismo etc; em segundo, foi desencadeada, no começo de 52, às vésperas da eleição - a eleição é em março, então foi em março de 52-, você não era nascida, uma campanha, um processo anticomunista tremendo nas forças armadas, em que foram presos mais de mil, entre oficiais e civis, e todos responderam a processos acusados de comunistas.

L.H. - Mas por que isso?

F.T. - Foi no Getúlio. O Estillac não era mais o ministro.

L.H. - O ministro já era o Ciro?

F.T. - Era o Ciro, o ministro era o Ciro. Pois bem, desencadeou-se uma campanha tremenda, prisões! Em Natal houve coisas bárbaras como... Eu mesmo, servindo na Inspetoria anos depois, quando fui



colocado meio no ostracismo dentro da Aeronáutica, viajei a Natal e vi as celas em que eles prendiam os civis e militares, sargentos, acusados que estavam respondendo a processo. Eram celas, digamos, de um metro e meio, não davam para o sujeito ficar em pé, e de um metro e vinte, que não davam para o sujeito se deitar; de cimento, porta de aço, de ferro, com uma aberturazinha. Quer dizer, o sujeito acabava doido naquilo. Para você ver o que foi feito nessa...

L.H. - No governo Getúlio?

F.T. - No governo Getúlio.

L.H. - Mas o que teria levado a essa repressão?

F.T. - Eu não me lembro a origem da coisa. Deve ter sido algum "plano Cohen" que eles inventaram, e desencadearam aquilo. Nós tivemos presos vários oficiais que estavam fazendo campanha, porque, como eu disse a você, o sujeito ia para fora...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Que coisa? Eu nunca tinha ouvido falar nisso!

F.T. - Foi uma coisa terrível! Foram abertos inquéritos policiais-militares no Exército, na Marinha e na Aeronáutica para apurar essa...

L.H. - Quem chefiava esses inquéritos?

F.T. - Pois é, aí é que eu digo: engraçado! Chefiavam, no Exército, o Kruel, o Amauri Kruel - está certo, um anticomunista; na Marinha, o almirante Suzano, que depois foi integrante ativo do nosso grupo, na fase posterior; e na Aeronáutica, o coronel Scaffa.

L.H. - Agora, é engraçado que o Kruel e o Suzano tenham sido ministros de Jango depois, não?

F.T. - E o Scaffa era aderente nosso e tal, do gabinete do Melo, no tempo do Juscelino.

L.H. - Eu nunca ouvi falar nessa história.

F.T. - Foi uma coisa tremenda, inclusive, com torturas, compreendeu? Uma coisa bárbara! Tremenda! Lá em Natal tinha um médico - esse parece que é comunista realmente -, e quem chefiava o inquérito em Natal era um coronel Hipólito, que morreu. Você conhece de nome? É seu parente? Esse médico era um tal de Vulpiano não sei de quê, tinha uma clínica ginecológica em Natal. Ele prendeu esse Vulpiano no consultório quando atendia a uma cliente, cercou o quarteirão, arrancou o sujeito de lá, levou-o preso, e foi dando pancada nas mãos para inutilizá-lo como cirurgião. Uma coisa tremenda!

I.F. - Quem era o comandante em Natal?

F.T. - O comandante da base era o Honório Ferraz Keehler, era da minha turma de Marinha.

I.F. - E do Exército?

L.H. - Lá era a 7ª Região?

F.T. - Não, a 7ª era em Recife. Do Exército eu não me lembro quem era, não. Mas a Aeronáutica lá foi mais violenta. O Exército até nesse ponto... A Marinha foi tremenda, o Suzano foi péssimo também em torturar ou permitir que aqueles auxiliares dele torturassem. O Scaffa tinha fama disso. Há até uma coisa muito engraçada, porque o Scaffa, quando morreu, era um dos meus melhores amigos. E me diziam muito que nesse inquérito de 52 ele prendia os sargentos, e queria me pegar, queria por força me descobrir como comunista. Então ele pegava os sargentos, metia o pau nos sargentos e os sargentos confessavam: "Eu sou comunista. A minha célula era fulano, sicrano e beltrano." "Muito bem, e oficiais?" "Oficiais, eu não sei. Aparecia lá de vez em quando..." "Mas quem era o oficial?" "Ah, era o Pedro, o João." Davam um codinome qualquer e ele perdia a pista. Então o que ele fazia? Pegava o meu retrato e dizia: "Bom, era o João. Venha cá, João é esse aqui?" O próprio Scaffa me disse que fez isso: "Fiz, porque senão não podia pegar nada." Não pegou. Nunca nenhum disse que eu tinha comparecido a uma cela, tinha feito isso ou aquilo. Mas foi tremendo! Nós tivemos quatro ou cinco oficiais presos quando vinham de fora para o Rio trazer os votos da campanha de 52. Quer dizer que os votos não foram aproveitados, porque eles foram presos e apreenderam os votos também.

L.H. - Mas vocês nunca se perguntaram sobre os motivos dessa repressão tão violenta? Teria alguma coisa a ver com o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos?

F.T. - Não, não, não. Não! Isso foi desencadeado com o objetivo exclusivo de prejudicar a eleição do Clube Militar, porque eles estavam convencidos de que eram os comunistas que manobravam a eleição do Clube Militar. Já haviam manobrado a anterior e tal... Então desencadearam a repressão com dois objetivos: um era pegar mesmo o comunista; o outro era prejudicar a eleição, que de fato... eu acho que não prejudicou, nós perdemos a eleição porque a Cruzada Democrática - já tinha até um nome a nossa oposição - trabalhou bem, fez também o trabalho que nós fizemos, correu o país inteiro e ganhou a eleição.

[FINAL DA FITA 6-A]

L.H. - Eu não estou me lembrando bem agora qual foi o general, mas um general nos disse que na campanha de 52 eles aprenderam os métodos de vocês na campanha de 50, de filiar em massa, de sair em busca de votos.

F.T. - Aí já estavam senhores daquele método de trabalho, e com mais recursos do que nós, porque os nossos recursos eram sempre limitados. Eles, não, tinham tudo à disposição.

I.F. - Aprenderam bem a lição, não é?

F.T. - Ah, aprenderam bem a lição.

L.H. - E o financiamento dessa vez, como foi?

F.T. - Eu não me lembro bem, mas acho que deve ter sido a mesma fonte, o Santos Vahlis. Acho que foi o Santos Vahlis.

L.H. - Mas o Estillac não era mais ministro, era?

F.T. - Não, não era mais ministro, já tinha deixado o ministério.

L.H. - E que interesse teria o Santos Vahlis em financiar a campanha do Estillac, que já não era mais ministro?

F.T. - Talvez por entusiasmo patriótico venezuelano, mas por esse patriota brasileiro. [risos]

L.H. - O senhor acredita nisso, brigadeiro?

F.T. - Eu não me lembro bem, mas nós tínhamos recursos. Não eram abundantes, não, mas davam para movimentar o pessoal. Bom, embora derrotados ali, esta até foi a melhor fase da minha vida militar, o meu apogeu da vida militar. Não, não estou sendo justo, foi com o Juscelino também, porque...

L.H. - Aí o senhor se dedicou à carreira?

F.T. - Exato. Nessa época eu era instrutor da Escola de Estado-Maior porque, como eu disse a você, eu tirei o curso...

L.H. - Metade nos Estados Unidos e metade aqui.

F.T. - Metade aqui. Quando tirei a segunda parte do curso... Um curso sem nenhum brilho especial, mas também não tinha ninguém brilhante ali. Eu confesso a você que não tinha muito tempo, não dedicava muito tempo àqueles problemas da Escola, mas não era nada de difícil. Então eu tirei, e quando saí, como a Escola era subordinada ao Estado-Maior, eu fui ao chefe do Estado-Maior, que era o brigadeiro Ajalmar Vieira Mascarenhas, um homem muito exigente, muito caxias, como se diz por aí, e disse: "Brigadeiro, vim aqui porque eu terminei agora o curso de estado-maior, sou coronel e desejo comandar uma base. Nunca comandeí uma base. Em Recife fui subcomandante, na guerra também, e agora eu quero comandar. Me parece que não é uma aspiração desmedida" - porque o Estado-Maior classificava o... Ele virou-se para mim e disse: "Olha coronel," - ele é meio formal - "eu acho que o senhor tem toda razão, e é um direito certo seu. Mas estou numa dificuldade, porque recebi uma informação da Escola" - tinha havido uma mudança de instrutores lá - "de que o único sujeito capaz de ser instrutor disso" - aí deu uma defesa aérea - "é o senhor. [risos] O senhor tirou um curso brilhante, eu vim a saber." O que eu ia dizer? Eu vi que ele tinha recebido ordem para...

L.H. - Ordem de quem?

F.T. - Sei lá, do ministro...

L.H. - O ministro era o Nero?

F.T. - Não! O ministro na época era o Trompowsky.

I.F. - Todo o governo Getúlio foi o Nero.

F.T. - É, o ministro era o Nero. Mas não foi do Nero, ou talvez fosse dele mesmo, não sei.

L.H. - Como era o Nero como ministro?

F.T. - O Nero foi um excelente ministro – eu gosto muito do Nero, sou seu amigo –, menos por sua competência pessoal do que pelo fato de ele ter organizado um excelente gabinete, um excelente gabinete! De forma que podemos dizer que dentro dos recursos disponíveis da FAB ele organizou, estruturou melhor aquilo, deu regulamentos, preocupou-se muito com o treinamento militar da aviação. Foi um bom ministro, o Nero, um bom ministro!

L.H. - Do ponto de vista de respaldo político do Getúlio dentro da Aeronáutica foi um desastre, não?

F.T. - Foi um desastre. Ele teve a repulsa... Quando o Nero se formou, em 45, ele era tenente-coronel, foi promovido a brigadeiro, se não me engano, depois de ministro. Naquela época ele só tinha uma promoção, foi a coronel e depois foi a brigadeiro. Bom, que tenha sido promovido a brigadeiro em 45, mas era um brigadeiro que era tenente-coronel, porque era brigadeiro da reserva, a turma dele da ativa estava no posto de tenente-coronel. Então eu acho que ali o Getúlio quis castigar mesmo com a escolha dos ministros militares. Na Marinha, eu não me lembro bem quem foi o primeiro...

L.H. - Foi o Guillobel, e ele ficou o tempo todo.

F.T. - O Guillobel, exatamente, e ficou o tempo todo. O Guillobel já era um homem do Getúlio, da fase anterior do Getúlio, e parece que ficou fiel ao Getúlio no exílio.

L.H. - Todos são muito unânimes em reconhecer no Guillobel pelo menos na sua atuação, uma coisa muito pacífica nesse período, sem problemas, e o Guillobel foi muito bem-aceito inclusive na Marinha.

F.T. - Não há dúvida, foi bem-aceito na Marinha, tinha bom nome na Marinha.

L.H. - O que não aconteceu nem na Aeronáutica, nem no Exército.

F.T. - Nem no Exército, porque ali o Getúlio quis dar uma bofetada. Agora, na Aeronáutica, três meses depois, esse que eu estou citando, que foi chefe do Estado-Maior, que aceitou ser chefe do Estado-Maior do ...

L.H. - O Ajalmar?

F.T. - O Ajalmar - isso foi contado por militares. Ele estava viajando num avião de Florianópolis para o Rio, quando recebeu um rádio comunicando que o Nero tinha sido nomeado ministro da Aeronáutica. Ele rasgou o telegrama na frente de todo o mundo e disse: "Não continuo nessa Aeronáutica!" Votou e aceitou ser chefe do estado-maior do outro. [risos] Por aí você pode ver o que era.

L.H. - Parece que houve uma reunião dos brigadeiros no dia da posse do Getúlio, ou no dia anterior, que todos se colocaram contra a nomeação do Nero.

F.T. - Isso eu não me lembro, não tive conhecimento, não.

L.H. - Porque a Aeronáutica tinha o problema do Eduardo, havia uma dualidade de poder lá dentro.

F.T. - Exato. E o Nero sempre teve, como todos os ministros de todos os governos que o Eduardo combateu, uma contemplação muito grande com o Eduardo. Medo do Eduardo. Quer dizer, a política deles era uma política de conciliar com o Eduardo. Isso não era até do ministro, digo mais a você, era do presidente da República. Daí o drama que nós vivíamos, de concorrer para a posse de presidentes, e esses presidentes na primeira oportunidade que tinham, sacrificavam a nossa... em benefício de uma possível pacificação com o Eduardo, como foi o caso do Juscelino.

L.H. - Política de boa vizinhança?

F.T. - Depois nós vamos discutir isso com mais detalhes. Então o Eduardo se opôs muito ao Nero. Mas o Eduardo, naquele começo, estava muito... porque ele tinha sido derrotado, não é?

L.H. - Foi derrotado pelo Getúlio, ele e o Cristiano.

F.T. - Acho que ele foi derrotado pelo Getúlio, ele e o Cristiano. Tinha sido derrotado, então não hostilizou abertamente. E aí houve uma acomodação, todos os outros voltaram e aceitaram o Nero a contragosto. E o Nero foi se firmando. Tinha um chefe de gabinete, o Dario Azambuja, que era um oficial muito competente, muito... O primeiro chefe de estado-maior do Nero foi o Alves Seco, se não me engano.

L.H. - Foi o Seco, o primeiro chefe-de-gabinete do Nero foi o Seco.

F.T. - Esse foi um que ficou decepcionado com o negócio do Getúlio, porque ele estava certo de que ia ser ministro, porque dos getulistas da FAB o Seco era o mais graduado ou o mais proeminente.

L.H. - Era o Seco e, se não me engano, o Henrique Fontenele.

F.T. - E o Fontenele também era amigo do Getúlio, apesar de eduardista.

L.H. - Mas eram os dois que estavam sendo falados também.

F.T. - É, estavam sendo falados.

L.H. - Agora, havia alguns brigadeiros que se não eram completamente getulistas, eram mais ou menos... O Melo era um deles.

F.T. - Era um deles, esse não hostilizou. O Nero adotou inicialmente uma política de se apoiar em coronéis.

L.H. - Sem comissão, conspirando o dia inteiro.

F.T. - Mas voltaram. Por exemplo, ele nomeou como chefe-de-gabinete, que era uma função de brigadeiro, o Dario Azambuja, que era coronel. Nomeou comandante da Escola de Aeronáutica - habilidade dele - o Clóvis Travassos, que era coronel, homem do Eduardo. Quer dizer, neutralizou o Eduardo.

L.H. - Lá para os Afonsos?

F.T. - Lá para os Afonsos. Nomeou para uma diretoria de não sei o quê o coronel Montenegro, o Casimiro Montenegro.

L.H. - Velho eduardista.

F.T. - Getúlio se apoiou em coronéis, compreendeu? Ele sentiu a hostilidade dos brigadeiros, botou o Seco no estado-maior, mas depois mudou tudo! Eu devo ter terminado esse curso em 52, já no fim de 52, e o chefe do estado-maior já era o Ajalmar, não era mais o Seco. O Seco foi para os Estados Unidos, porque também havia muito fisiologismo nisso, todo mundo queria ir para os Estados Unidos; passavam dois anos lá e voltavam ricos.

L.H. - Adido, não é? Comissão de Compras...

F.T. - Comissão de Compras... Ele foi ser adido nos Estados Unidos, o que já havia sido antes, mas foi de novo. O Nero então se livrou dele, porque ele não era bom para o programa do Nero, e botou o Ajalmar, já pacificado com o Nero; ele, o Ajalmar aceitou, e aí voltaram os generais, os brigadeiros.

L.H. - E o Epaminondas, de quem também se falava muito, e que depois acabou substituindo o Nero?

F.T. - O Epaminondas não suportava o Nero, porque era outro que achava que devia ser o ministro do Getúlio.

L.H. - E acabou sendo, no final.

F.T. - Acabou sendo no final, no final. Vocês já ouviram o Nero sobre esse final do Getúlio?

L.H. - Ainda não.

F.T. - Ainda não? Então ele vai contar o que já me contou; se não contar, vocês forcem um pouco, que ele contará. Mas o Epaminondas foi ser ministro por um golpe do Zenóbio, que queria a derrubada do Getúlio, já nessa altura, certo de que ia ser o sucessor ou o ministro da Guerra do Café Filho.

L.H. - Fica muito complicado para a gente entender tudo isso apenas na base da leitura de jornais. Quer dizer, nós viemos acompanhando esses jornais até a crise em que o Nero saiu e foi substituído pelo Epaminondas. Mas depois acabamos sabendo que o desentendimento entre o Nero e o Epaminondas era absoluto, era total.

F.T. - Total, total! O Epaminondas foi nomeado - ele pediu - comandante da III Zona aqui no Rio - e o comandante da Aeronáutica dessa área é o mais importante porque é no Rio -, e ficou o tempo todo no cargo até ir para o ministério. Então o Nero não podia mexer no Epaminondas. Mas o desprestígio do Epaminondas com o Nero era tão grande - apesar de ele ter acesso ao Getúlio - que o Epaminondas era um brigadeiro que não tinha o Mérito da Aeronáutica. Isso era uma coisa incompreensível, porque esse Mérito da Aeronáutica não é mérito de coisa nenhuma! Dá-se a todo mundo! O sujeito é brigadeiro, Mérito da Aeronáutica. E ele não tinha. Até o único ato do Epaminondas como ministro da Aeronáutica foi se conceder a comenda do Mérito da Aeronáutica. [risos] É o que dizem as más línguas. Então para mostrar a você que o Nero não ia... Porque o presidente do Conselho da Ordem do Mérito é o ministro, não é? E ele não admitiu...

L.H. - É muito sintomático que durante o Estado Novo a situação do Getúlio com a Marinha, com o Exército e depois com a Aeronáutica tenha sido uma situação absolutamente tranqüila, quer dizer, com o Dutra durante o tempo todo segurando ali, o próprio Guilhem, a cuja atuação se pode fazer uma série de reparos, mas se manteve durante o período todo, e mesmo o Salgado, que foi um ministro brilhante, reconhecido por todos. E no segundo governo o Getúlio já enfrentou uma série de dificuldades com os ministros militares.

F.T. - Bom, mas aí é preciso saber o seguinte: o golpe do Estado Novo foi um golpe essencialmente militar. Foi uma imposição militar ao Getúlio, que docemente aceitou. Então é claro que o apoio do Estado Novo era o Exército, a Marinha e depois a Aeronáutica, mas fundamentalmente o Exército. Então ele tinha que viver bem com o Exército, e vivia muito bem com o Exército. Mas depois ele foi deposto pelo Exército.

L.H. - Mas à parte esse fato de que o Getúlio era praticamente um delegado das forças armadas no poder, o Dutra, por sua vez, parece que foi um excelente ministro da Guerra.

F.T. - Foi? Não sei disso não. Não sei se ele foi excelente ministro da Guerra.

L.H. - Todos me dizem que ele era muito respeitado como oficial...

F.T. - AH, bom, isso ele era mesmo.

L.H. - E que era um oficial brilhante.

F.T. - Não, brilhante ele não era. O Dutra não era um oficial brilhante. Não era essa a fama dele. O Dutra era, vamos dizer assim, em certos aspectos um Lott, um homem da disciplina, da hierarquia, mas foi um péssimo presidente da República! Foi um péssimo presidente da República! No entanto passou à história, porque era o homem do livrinho, o homem do livrinho. [risos] São dessas pequenezas que o sujeito se engrandece nelas.

L.H. - O panthéon nacional é muito curioso, não?

F.T. - É muito pobre e é curioso. [risos] De forma que eu não sei se o Dutra foi um bom ministro da Guerra, tenho cá as minhas dúvidas. Nunca ouvi grandes elogios a ele como ministro da Guerra. Agora, manteve o Exército em ordem, manteve, mas com o Estado Novo, com uma legislação ditatorial, não era difícil manter aquilo em ordem. Manteve em ordem apoiando o Getúlio. Quando o fascismo foi derrotado, o Dutra sempre foi um fascista, ou um nazista; foi um dos que mais forçou o Getúlio a abrir democraticamente. Por incrível que pareça, foi dos militares que mais pressionaram o Getúlio, segundo literatura, hoje, pública. Ele foi do Getúlio, e quase que impôs ao Getúlio a saída dele e tal. Mas o que eu digo é o seguinte: Getúlio foi deposto por aqueles generais que ele fez, o Canrobert, o Dutra, o Eduardo, aquele famoso que foi chefe do Gabinete Militar do Dutra, o Alcio Souto, em suma, foi deposto por essa gente e, quando voltou, em 50, sua idéia inicial era a forra. Quando ele nomeou o Estillac - já contei a vocês a anedota da promoção dele a general -, ele quis dar uma bofetada naqueles generais todos que o haviam deposto. Inclusive o governo do Dutra foi um governo antigetulista, antigetulista.

L.H. - E mesmo a Aeronáutica também era.

F.T. - Agora, naturalmente esse é um desejo que aflora num homem como o Getúlio, assim momentaneamente. Mas ele era um político e tratou logo de acomodar as coisas. Um ano depois já estava tudo acomodado, os mesmos generais o apoiavam e tal. Mas sempre em oposição, porque você viu que o Exército ficou em oposição ao Getúlio durante o período do segundo governo.

L.H. - E ao mesmo tempo, também, 52, 53 foram os anos da grande reformulação da Escola Superior de Guerra, que se tornou o foco de oposição.

F.T. - Exatamente, tornou-se o foco de oposição ao regime democrático constitucional, onde se preparou...

I.F. - Eram dois focos: O Clube Militar e a Escola Superior de Guerra.

F.T. - É, mas quando eles se despossaram do Clube Militar, eles retiraram o Clube... Para eles era melhor que o Clube Militar ficasse omissa, porque estando aberto aos debates, permitia que todo mundo fosse lá. Ao passo que a Escola Superior de Guerra, sendo uma organização oficial em que a doutrinação se faz planejadamente, os debates são limitados a temas escolhidos, era o ideal para eles. O Clube aberto, não. Veja que eles sempre fecharam o Clube, mesmo no tempo em que o Etchegoyen ganhou a eleição.

L.H. - Etchegoyen e Nelson de Melo.



F.T. - A não ser em 54, quando o Clube Militar voltou a atuar contra o Getúlio. Porque o Getúlio ficou de encontro à parede com aquele atentado do Gregório, então o Clube voltou a atuar, houve reuniões no Clube Militar e no Clube da Aeronáutica contra o Getúlio, e ninguém podia falar, não é?

L.H. - Mas de 52 a 54 então o Clube ficou muito...

F.T. - Foi quando o Clube ficou neutro, limitado, sem expressão.

I.F. - A atuação ficou toda na ESG?

F.T. - Toda na ESG. A Escola Superior de Guerra era que doutrinava, e naturalmente ela também foi criando força com o tempo. Como eu disse a você, era uma organização... O mal que eu via ali era o fato de os civis frequentarem. O efeito da Escola Superior de Guerra sobre os civis era muito maior do que sobre os militares. [risos] Porque era uma organização... O militar sabe organizar essas coisas, o americano ajudou muito! De forma que você entrava, tinha lugar para botar as suas coisas, lugar de mudar a roupa, as apostilas chegando a tempo e a hora, as conferências programadas, uma organização exemplar! Havia viagens de estudo pelo Brasil... Tudo funcionava, compreendeu? E o civil, que estava habituado à péssima organização das suas coisas, ficava embasbacado com aquilo, saía um fã da Escola Superior de Guerra. E a coisa era bem conduzida, bem-feita e tal. Eu fui aluno da Escola Superior de Guerra depois do Juscelino, depois de 54. Nessa altura eu tinha terminado o curso do estado-maior e fiquei como instrutor. Não! Estou fazendo um pouco de confusão. Essa minha palestra com o Ajalmar foi antes da eleição de 50, antes do Getúlio, o ministro ainda era o Trompowsky.

L.H. - Se ainda era o Trompowsky, era o governo Dutra.

F.T. - Dutra. É, no governo Dutra, porque eu tirei o estado-maior em 46, 47, 48, e fiquei 49, 50 e 51 como instrutor. Quer dizer, quando houve a segunda eleição para o Clube Militar eu era instrutor da Escola de Estado-Maior. Eu não tinha um relacionamento grande com o Nero, não. Eu me dava com ele...

L.H. - Mas seu irmão não era do gabinete dele?

F.T. - O meu irmão era do gabinete do Nero. E o Dario Azambuja, que também era originário da Marinha, como eu, me conhecia, tinha certa admiração...

L.H. - O Dario veio da aviação naval?

F.T. - Veio da aviação naval. Então ele me convidou para ser chefe do estado-maior do Comando de Transporte, que era uma posição ambicionadíssima para coronel, porque a aviação vivia do transporte, todo mundo queria voar no Correio Aéreo. Então eu fui ser chefe do estado-maior, aquele que escalava os vôos. O brigadeiro comandante do Transporte, já pacificado com o Nero, era o Loiola Daher, um sujeito curtíssimo, e ele não me queria lá. Ele insinuou que não me queria lá, porque achava que eu era comunista, que era isso, era aquilo, mas o Nero forçou a minha ida e ele aceitou. Acabou que nos demos muito bem.

Então fui para o Comando de Transporte, e foi a minha recuperação profissional, não só no sentido de voar, porque evidentemente lá eu passei a voar mais e tal, mas no sentido de que eu estava num posto-chave da Aeronáutica. Quer dizer, todo mundo queria avião, e o Loiola - aqui para nós - era fraquíssimo. Então eu fazia aquela coisa toda, tinha a força do Nero, o ministro, e do gabinete. Fiquei 53 e 54, porque quando houve o problema de Toneleros eu ainda estava lá.

I.F. - Voltando um pouquinho, há uma coisa que eu não consegui entender: o senhor disse que o Nero foi um excelente ministro. Eu também sempre soube que ele foi excelente ministro, principalmente na parte de administração. Mas o Getúlio não precisava naquela época de um ministro político que lhe desse muito apoio, que unisse a Aeronáutica para ele? E o Nero conseguiu fazer isso?

F.T. - Não, não.

L.H. - Era menos um administrador e mais um pacificador da Aeronáutica?

F.T. - Exato.

I.F. - Porque foi uma época de crise muito grande, especialmente na Aeronáutica.

F.T. - Especialmente na Aeronáutica. Aí duas razões concorreram: por exemplo, no Exército ele adotou isso, tirou o Estillac e botou o Ciro do Espírito Santo Cardoso, com a idéia de pacificar uma força hostil. Mas na Aeronáutica a única hostilidade que havia era o Eduardo, e como eu disse a vocês, ele não hostilizava muito o Nero. Então eu acho que o Nero ficou pelas seguintes razões: primeiro, pela pouca importância da Aeronáutica; e outra, porque ele era muito amigo do Getúlio, era filho do Getúlio, quer dizer, não era fácil tirá-lo. E ele não era só filho do Getúlio, mas conhecia aquela corriola toda, o negro, esse Gregório, era amigo do Lutero... Eu cansei de ver o Lutero na casa do Nero, que morava lá no Galeão, na casa do ministro. Em suma, o Nero era muito da copa e cozinha do Getúlio, da Alzira. Então não se tirava o Nero porque, além de ser um homem de muita confiança do Getúlio, ele não ia mal com a Aeronáutica, como estou dizendo a você. O Ajalmar voltou, os outros todos voltaram e o Eduardo ficou isolado, acho que até sem função na época.

L.H. - Ficou sem função.

F.T. - Ficou sem função na época, mas talvez porque não quisesse; se ele pedisse uma função lhe dariam.

L.H. - O Nero disse que ofereceu, mas ele resolveu tirar licença- prêmio e uma série de coisas.

F.T. - É, ele não quis, não quis.

L.H. - Mas eu estou compreendendo a aflição da Ignez, porque é um pouco a minha aflição. Será que...?

F.T. - Porque é como ela diz, e você também disse muito bem: o Getúlio na Marinha, botando o Guillobel, não enfrentou problema algum, porque o Guillobel já era um dos mais graduados da

Marinha, um homem antigo, com nome e tal. Botando o Estillac ele chocou, botando o Nero também chocou.

I.F. - E principalmente numa fase em que seu adversário na campanha presidencial havia sido o Brigadeiro, o Eduardo. Então, além do Eduardo derrotado, ele ainda ia dividir a Aeronáutica, uma força que tinha se saído muito bem durante a guerra? Havia se passado um tempo relativamente pequeno, de 45 para 50, a Aeronáutica ainda tinha um nome, os caças tinham um nome, os oficiais da Aeronáutica tinham um nome, e tinham sido derrotados na campanha presidencial. Quer dizer, eu não entendo qual é a explicação que pode haver para o Getúlio dar esse apoio ao Nero, apoiar mais a administração, porque apoiando mais a administração, a Aeronáutica crescia mais, ficava com mais força, e a política cada vez mais... Se ele tivesse um péssimo administrador ele abafava, anarquizava com a Aeronáutica e pronto. Mas colocando um bom administrador, o Nero, ele aumentou o problema.

L.H. - Aumentou o problema, porque a Aeronáutica ficou mais forte e mais contra o Getúlio.

I.F. - Foi isso que eu ainda consegui entender.

F.T. - Bom, mas a Aeronáutica estaria, eu acho, no momento, dividida. Quer dizer, naquele momento o Eduardo não empolgava a Aeronáutica.

I.F. - E era interesse do Getúlio dividir a Aeronáutica?

F.T. - Era interesse do Getúlio neutralizar o Eduardo, porque ganhar o Eduardo era impossível. Ninguém ganhou o Eduardo! Dando o que ele queria, ninguém ganhou. O Eduardo era oposição, porque visava uma coisa maior do que dominar a Aeronáutica, que ele já dominava.

I.F. - Ele foi candidato duas vezes...

F.T. - Duas vezes, quer dizer, ele queria o poder. O problema do Eduardo era o poder.

L.H. - Dominar a Aeronáutica era uma coisa que nem passava mais pela cabeça dele porque isso já estava dado.

F.T. - Já estava dado. Era um fato concreto que ele dominava a Aeronáutica.

I.F. - Ele tinha oficiais da Aeronáutica fiéis a ele até à morte.

F.T. - Ah, tinha, tinha. Fiéis admiradores, inclusive esse Fontenele, que era amigo do Getúlio, era um eduardista. Há até um fato que se enquadrar no que nós estamos discutindo. Quando os brigadeiros, os generais se reuniram para pedir a renúncia do Getúlio, e depois aquela licença e tal, o brigadeiro Fontenele me contou - eu era coronel, chefe do estado-maior do Comta e ele foi nomeado em seguida para o Comta- que nessa reunião o Eduardo propôs um abaixo-assinado, um documento, dos brigadeiros presentes, coisa e tal. E falou um, falou outro, então ele pediu a palavra e disse: "Eu, de política, não entendo nada. Político para mim é o Eduardo. O que o Eduardo fizer, eu faço." Para mostrar a vocês o que eram os brigadeiros nessa época em relação ao Eduardo. E todos assinaram o

negócio, a não ser o Epaminondas, que eu acho que nem foi a essa reunião, não deve ter sido convidado.

I.F. - O Getúlio tinha seguidores fiéis assim na Aeronáutica?

L.H. - Só o Nero.

F.T. - Só o Nero, não! Tinha o Grupo de Caça, o Grupo de Caça.

L.H. - Mas o Grupo de Caça não seguia o Getúlio, seguia o Nero.

F.T. - Seguia o Nero. Aí criou-se dentro da Aeronáutica... A gente tem que analisar a Aeronáutica, porque ela é um caso mais sério. A Aeronáutica, das forças armadas, é a força militar mais politizada, compreendeu? Mais politizada.

L.H. - O senhor acabou de dizer uma coisa que eu venho sustentando há muito tempo: ao contrário do que as pessoas pensam, o Exército não é muito politizado; a Aeronáutica é a força mais politizada de todas.

F.T. - Veja naquele problema do Lacerda, da campanha do Lacerda - do Lacerda, não é a do Eduardo, não - contra o Getúlio, quem lhe dava proteção...

L.H. - Era a Aeronáutica.

F.T. - Mas, por quê? Porque a Aeronáutica deu duas vezes um candidato à presidência da República. Quer dizer, aquilo politizou a Aeronáutica no sentido dessa política de fazer voto, de fazer propaganda, de defender o candidato!

L.H. - O Exército também tinha dado o Dutra presidente.

F.T. - Mas sem campanha.

L.H. - Eu acho que o problema é mais fundo, brigadeiro.

F.T. - Uma vez nós fizemos um documento que chamamos "Radiografia da Aeronáutica", e que foi publicado na época, se não me engano, no *Correio da Manhã*, onde analisávamos esse aspecto: o fato da presença do Eduardo como um oficial-general de prestígio da Força Aérea politizou, politizou até no sentido de criar uma corrente contra ele - era aí que eu queria chegar. Criou-se uma corrente contra ele.

L.H. - Porque no que se cria uma corrente, cria-se a reação a ela.

F.T. - Cria-se a reação a essa corrente, que nessa época era o pessoal do Grupo de Caça e os nacionalistas. Nós aderimos. Até vou dizer a você, nós não éramos getulistas no sentido de apoiar ao governo do Getúlio e tal, ou melhor, não éramos fanáticos pelo Getúlio, mas apoiávamos o Nero, nos uníamos ao Nero para contrabalançar a força política que o Eduardo tinha.

L.H. - O senhor não acha que esse tipo de explicação pode estar além do Eduardo? Quer dizer, que esse tipo de explicação pode estar no próprio caráter da Aeronáutica, aquilo que nós já discutimos aqui uma vez, o problema do caráter do aviador, a independência, a autonomia, uma certa rebeldia em relação à disciplina, diferente do que se passa no Exército e diferente do que se passa na Marinha? A Aeronáutica, sob esse ponto de vista, é diferente. O senhor não acha que essa radiografia da politização da Aeronáutica pode ser buscada mais fundo, no caráter da corporação?

F.T. - O fato de haver um brigadeiro da Aeronáutica altamente politizado e prestigiado na FAB, como o Eduardo, concorreu. Agora, encontrou um campo muito favorável, que foi... Não havia realmente muita disciplina, o negócio era meio relaxado. Realmente a vida do aviador é muito diferente da do oficial de Marinha, cujas responsabilidades de disciplina se limitam ao problema do navio, e ele não está sozinho, está com o comandante, com o subcomandante ou um regimento. No avião, não. Se você entra num avião para ir a Belém, você é dono desse avião. Até se for um general, um brigadeiro, e você estiver pilotando, ele não dá palpite, porque a vida dele inclusive, está dependendo do piloto. Então o piloto tem ampla liberdade de...

[FINAL DA FITA 6-B]

L.H. - O Eduardo, então, encontrou um campo fértil.

F.T. - Muito favorável. Aliás, o Eduardo, do ponto de vista militar, não era um Lott, não era um Dutra, não era um caxias. O Eduardo era muito complacente com os erros dos amigos, ele era muito...

L.H. - Ele não era sequer piloto, não é?

F.T. - Ele era piloto, era. Como tenente, em 22, 24, ele foi observador aéreo. Ele era oficial originariamente de artilharia.

L.H. - Mas ele não era piloto, porque ele tinha um problema de vista!

F.T. - Não era piloto e tinha um problema de vista, quando ele voltou, em 30, tirou um curso de pilotagem. O Eduardo pilotava. Mal, mas pilotava. Aliás, ele mesmo dizia que pilotava mal, mas que gostava de voar. [risos]

L.H. - Não era então pelos seus méritos enquanto piloto.

F.T. - Ah, como piloto, não. Ele voltou em 30, 31, com uma auréola extraordinária, homem dos 18 do Forte...

L.H. - O senhor me desculpe interromper, mas esse 18 do Forte rendeu, hein?

F.T. - Ah, rendeu e rendeu muito!

L.H. - Porque ele não tinha méritos pessoais em termos de saber pilotar, não era uma inteligência brilhante...

F.T. - Talvez fosse inteligente, brilhante não era. Isso não era.

L.H. - E não tinha características de grande político, digamos assim, tanto que perdeu duas eleições... Que diabo! Então esse 18 do Forte...

F.T. - Você está anarquizando o Eduardo mais do que eu.[risos]

L.H. - Não, não estou anarquizando, brigadeiro, mas esse 18 do Forte rendeu!

F.T. - Rendeu. Mas o fato é que ele chegou com uma auréola de herói. E a aeronáutica militar, a aviação militar, e a naval eram péssimas! Eram sujeitos horrorosos, sem nenhuma capacidade! Ele, não, homem sério, com prestígio junto ao Getúlio, porque na primeira fase até o Estado Novo era íntimo do Getúlio, foi a tenente-coronel, comandou aquele regimento de aviação que ele fundou, fez o Correio Aéreo ou deu um impulso, porque o Correio já existia antes, mas deu um impulso danado... Então, além da auréola de herói nacional, de homem próximo do poder – isso tem influência para os de baixo – e de homem muito afirmativo, ele não se submetia. Por exemplo, ele comandou a II Zona, onde eu servi com ele durante a guerra, e pelo regulamento militar o aspirante-a-oficial não podia se casar, só depois de segundo-tenente.

L.H. - Que horror!

F.T. - Era um horror, mas era assim, não sei se hoje ainda é. Então o que o Eduardo fazia? Chegava um aspirante na II Zona: "Brigadeiro, o senhor me dá autorização para casar?" "Pode casar." Casava o aspirante contra a lei, mandava casar contra a lei. Tudo que era aspirante que saía noivo queria servir na II Zona para casar. [risos] O Eduardo era muito dessas coisas, era muito político. Quando ele estava na II Zona - eu não sei se a guerra já tinha acabado, mas eu já tinha saído de lá -, no último ano que passou lá ele conseguiu dos americanos cursos para os oficiais nos Estados Unidos. Cursos rápidos, porque era uma ambição muito grande ir aos Estados Unidos, ganhavam mais, traziam radiolas daquela época, televisão nem sei se tinha... Então todo mundo queria passar três, quatro meses e voltar com aquela bagagem. Ele mandou todo mundo tirar cursos, mas cursos - isso dito por oficiais que foram tirar o curso - para cabos, para soldados, quer dizer, limpar metralhadora... Mas iam, passavam três meses lá e voltavam...

L.H. - E com isso ele foi formando uma fidelidade pessoal...

F.T. - Muito grande. Com isso eu estou mostrando a forma esperta - não se pode dizer que ele não era inteligente - de atuar. E o Salgado Filho, que era o ministro, achava uma graça danada, mas não deixava o aspirante casar aqui no Rio. Então o aspirante ia para lá e casava.

I.F. - Mas voltando ao que eu estou interessada: quando Getúlio assumiu o governo, havia o Eduardo Gomes e todo o apoio ao Eduardo Gomes contra ele. E ele pegou um coronel apenas por ser ligado a

ele, fiel a ele, rompeu com a hierarquia da Aeronáutica e o colocou como ministro! Ele não teria outra pessoa que trouxesse o apoio da Aeronáutica?

F.T. - Acho que eu já analisei isso aqui inicialmente. Getúlio chegou com a idéia de dar uma bofetada naqueles que o tiraram do poder em 45, que tinham sido o Exército e a Aeronáutica, o Eduardo. Então ele nomeou o Nero. O Nero, como eu disse, foi uma bofetada na Aeronáutica - a reação na Aeronáutica foi essa. Eu contei a vocês de um brigadeiro...

I.F. - Mas essa é uma atitude política, e o Getúlio sempre foi...

F.T. - Não, não é política, tanto que ele corrigiu: tirou o Estillac e botou o Ciro; tirou o Ciro e botou o Zenóbio.

I.F. - Mas o Nero ficou.

F.T. - Mas com o Nero não houve necessidade. O Eduardo não atuou muito abertamente contra a administração Nero, então a administração Nero foi ganhando força. O Nero era prestigiado pelo Getúlio, por um lado; e por outro lado, não era um homem que Getúlio sacrificasse aos seus problemas políticos. Sacrificaria, porque ele não teria o escrúpulo de sacrificar, mas só se fosse absolutamente necessário! Quer dizer, se o Eduardo chegasse para ele e dissesse: "Eu quero ser o ministro da Aeronáutica." Acho que o Getúlio demitiria o Nero e botaria o Eduardo. Ou se dissesse: "Eu quero o Fontenele." Mas o Eduardo não ia dizer isso. Então o Nero ficou por essas razões. Mas no final Getúlio o tirou. Nesse ponto é verdade que, por azar do Nero, o problema contra o Getúlio estourou na Aeronáutica, foi vítima um major da Aeronáutica.

I.F. - E o Carlos Lacerda percebeu tudo isso e se aproveitou dessa situação?

F.T. - Ah, de toda, toda. O Carlos Lacerda jogava com... Porque o desprestígio do Getúlio, ou a falta de apoio, não era só na Aeronáutica, era no Exército também. Você se recorda, o Jango teve que sair do Ministério do Trabalho por um memorial de coronéis. De coronéis! Quer dizer, isso, no Exército, é uma coisa que a gente custa a admitir. Isso foi quando? Em 54, no começo de 54. E ele tirou o Jango, que também era outro que ele mantinha porque era da família. O Nero, se houvesse uma pressão maior do Eduardo para tirá-lo, o Getúlio sacrificaria. Mas não houve a pressão, e Getúlio tinha realmente um carinho muito paternal pelo Nero, que foi seu piloto na primeira fase, foi fiel a ele em 45, reformou-se em 45... Pediu reforma, e com um futuro! O único oficial superior da FAB que tinha estado na guerra era o Nero. Quer dizer, um homem com uma carreira pela frente, reformou-se pelo Getúlio! Isso tudo concorreu para o primeiro ato dele. Os segundos atos do Getúlio seriam de acomodar; mas não houve uma necessidade premente na Aeronáutica que fizesse...

I.F. - Não houve ou o Getúlio não chegou a perceber essa necessidade?

F.T. - Não, não houve. Eu acho que na Aeronáutica não houve. Ele acabou governando com os brigadeiros. Não sei, por exemplo, se um Fontenele, quando tinha uma comissão, ia perguntar ao brigadeiro Eduardo se devia aceitar ou não. Acredito que não perguntava. Mas se perguntasse, o Eduardo diria: "Aceite." Ele queria era ter gente lá. E na primeira oportunidade que houve o Eduardo

derrubou o Getúlio, levantou a FAB toda e derrubou o Getúlio. É claro que houve um motivo: foi um azar danado do Getúlio aquele Gregório mandar matar o Lacerda, não matar o Lacerda e matar um major benquisto da Aeronáutica. Foi o que levantou.

L.H. - Isso tudo me leva a pensar o seguinte: há uma série de depoimentos que analisam esse período, a volta do Getúlio, do ponto de vista mais amplo, da política mais ampla, da relação com os partidos, da relação com o Congresso, com as forças armadas etc. e que apontam para duas direções muito parecidas. A primeira delas é o envelhecimento do Getúlio. Que o Getúlio teria ficado cinco anos fora do poder, e que nesse tempo ele ficou mais fazendeiro do que qualquer outra coisa. Que a volta ao poder teria sido mais uma vontade dos que o cercavam do que dele propriamente - é claro que ele queria também, mas foi muito empurrado pelo PTB, pela família, pelos amigos etc. E ainda uma outra visão que mostra um Getúlio muito incompatível com o regime democrático. Quer dizer, o Getúlio que nós vemos no segundo governo é um Getúlio que não sabe tratar com os partidos, não sabe tratar com o Congresso; ele sabe tratar com pessoas, mas não trabalha com as instituições. Ele não sabe tratar com as forças armadas; sabe tratar com o Nero, sabe tratar com um general amigo, mas não sabe tratar com as corporações. Quer dizer, como o senhor vê isso? Isso faz algum sentido?

F.T. - Não. A primeira parte, que ele teria se distanciado do poder e perdido a vontade de voltar, eu não creio, não. Não creio, porque acho que o Getúlio quando foi deposto em 45, sentiu... Getúlio era um homem que não confiava absolutamente no voto popular, essa era uma tradição no pensamento do Getúlio. Mas por uma circunstância, por uma necessidade dos partidos políticos, ele foi apresentado candidato praticamente em todos os estados e se elegeu em vários; ele puxou a chapado PTB, do PSD, na época, em todo canto. Aí, a meu ver, ele viu que tinha cometido um equívoco, que era popular, que tinha condições de se eleger, e acho que nos cinco anos que passou em São Borja ele planejou sua volta ao poder. Agora, quando voltou, ele perdeu um pouco do político hábil que havia se revelado durante os 15 anos que ficou no poder, porque se deixou envolver pelo rancor daquelas pessoas que tinham concorrido para desalojá-lo do poder. Naturalmente achou uma traição! Agora, o problema do relacionamento do Getúlio com os partidos era meio complicado, porque o PSD não o apoiou na eleição, e o PTB só começou a crescer a partir do momento em que ele foi ao poder. Quer dizer, a aliança PSD - populismo - PTB só se consolidou no período seguinte ao do Getúlio, em que o populismo teve um impulso tremendo com a morte dele. Então ele não tinha um bom relacionamento com os partidos.

L.H. - E mesmo assim essa aliança só funcionava bem em tempos de eleição, porque nos períodos de governo era complicadíssima.

F.T. - Mas, note bem, Getúlio nunca teve experiência de lidar com partidos, porque ele sempre acabou com os partidos! Veja, por exemplo, o Juraci Magalhães era um homem que obtinha coisas extraordinárias do Getúlio.

L.H. - Foi presidente da Petrobrás...

F.T. - Da Petrobrás, e era um homem da UDN! Getúlio continuava agindo como agiu com os tenentes nas interventórias.



L.H. - Cooptando as pessoas.

F.T. - O que já não cabia mais no quadro político-partidário. Por isso é que eu acho que ele voltou planejadamente por uma experiência que não dependeu dele, porque os partidos o lançaram independentemente de sua vontade. Porque ele tinha uma força tremenda, elegeu deputados uns sujeitos que tiveram meia dúzia de votos, porque ele puxava não sei quantos.

L.H. - Mas o senhor disse uma frase muito significativa: que o Getúlio continuou a atuar como se o quadro fosse o mesmo, daí essa idéia de um certo envelhecimento dele, quer dizer, ele não evoluiu com o tempo.

F.T. - É possível, isso é possível. Inclusive as posições... Por exemplo, as vacilações do Getúlio em relação ao problema da Petrobrás foram totais, totais. A lei aprovada pelo Congresso não era a que ele queria, ou pelo menos a que ele mandou, e no entanto hoje ele é tido como o homem...

L.H. - O pai da Petrobrás.

F.T. - O pai da Petrobrás, do nacionalismo brasileiro, deixou a *Carta-testamento* denunciando isso e tal. Engraçado, a evolução política mais interessante do Getúlio se deu nos últimos momentos de sua vida, quando ele percebeu tudo, sua força política de massas, a pressão do imperialismo contra ele, que se deu totalmente. Ele percebeu aquilo num dado momento, o que, como poder, não exerceu. Quer dizer, a atuação dele como poder não é compatível com a posição da morte, não é, absolutamente. Então são certas contradições da vida do Getúlio que a gente tem que... Não sei, eu atribuo um pouco a isso, eu não diria ao seu envelhecimento, mas à falta de hábito de lidar democraticamente com os partidos. Quem sabe se estaria na cabeça do Getúlio continuar? Quem sabe? Seria difícil, porque ele não tinha apoio militar!

L.H. - Sim, mas não era difícil estar na cabeça dele, posto que já havia uma tradição.

F.T. - É claro, porque todos eles... [risos] Eu não conheci nenhum...

I.F. - Mas aí é que eu digo: se ele era tão político e se tinha na cabeça essa idéia de continuar, como foi comprar essa divisão dentro das forças armadas, deixar surgir esse grupo contra ele? Ele só tinha, na realidade, a Marinha.

F.T. - Ele só tinha a Marinha. E olhe lá, hein! E olhe lá! Porque o Guillobel... O Getúlio acabou muito impopular.

I.F. - Cadê a malícia política do Getúlio ao conviver com as forças armadas nesse segundo governo?

F.T. - Não houve, não houve. Nem no primeiro. No primeiro, como eu disse a você...

L.H. - O Dutra foi quem conviveu com ele.

F.T. - O Dutra foi quem conviveu com ele. O Exército, o Góis Monteiro, o Dutra e aqueles generais foram lá e disseram: "O senhor tem que fazer o estado de exceção, senão o país cai no comunismo, porque o comunista..." Então vamos, eu faço." Fez e obteve o respaldo total do Exército, governou com o Exército, governou com o Exército. Getúlio sempre foi muito contraditório; aquelas tendências germanófilas do Getúlio, pró-Eixo, eram influência do Góis Monteiro, do Dutra, do Exército, que ele acatava muito. Eu me firmo muito nessa posição, ele voltou com a idéia de que era um homem forte política e eleitoralmente, e que aqueles generais, aqueles brigadeiros que o tinham deposto cinco anos antes não valiam nada. Botou o Nero e botou o Estillac, que não era uma bofetada do tamanho da do Nero, mas era.

L.H. - É muito interessante isso que o senhor está dizendo, essa idéia de o traço ter sido um certo rancor. Porque se nós nos lembrarmos, o Jango foi deposto, ele saiu do ministério pelo *Memorial dos Coronéis*, e o pretexto ou o motivo teria sido a proposta do aumento de 100% no salário mínimo.

F.T. - O que evidentemente não era.

L.H. - Pois é, mas foi uma das coisas aventadas na época. Dois meses depois Getúlio deu o aumento de 100% do salário mínimo.

F.T. - Aquilo que não deu para o Jango fazer, ele fez, e não houve nada.

L.H. - Quase que como uma resposta...

F.T. - Exatamente.

L.H. - Quer dizer, essa idéia da vingança, a gauchada...

F.T. - Ele tinha muito isso. E ele também jogava muito na impotência do adversário, como nós jogamos em 64. Ninguém acreditava que fosse haver o que houve. O dispositivo militar estava pronto para ser ativado e nada funcionou. Ele também tinha um pouco de confiança na incapacidade ou na impotência dos militares e dos civis, como o Lacerda, de o derrubarem. Engano. Derrubaram.

L.H. - O Getúlio tem uma frase em que diz o seguinte: "Não há um inimigo que eu não possa fazer meu amigo." Essa é uma frase dele. E há mesmo, se nós formos ver na trajetória desse período em que o Getúlio atuou, inimigos que se tornaram amigos. Ele nunca rompia definitivamente com ninguém; arquivava e desarquivava. Ele trazia as pessoas... O Baleeiro tem um frase muito interessante a esse respeito, que o Getúlio não comprava as pessoas com dinheiro, mas ele era um corruptor de consciências, comprava com honrarias... O senhor acha que ele pensou que iria trabalhar assim também com as forças armadas? Comprando generais e os brigadeiros com os postos, com medalhas?

F.T. - Acho que ele tinha muito essa idéia, o que aliás é uma idéia muito viável. [risos] Na área militar é muito viável, não é nada absurda. Tem um trânsito total. [risos]

L.H. - E entre os paisanos também, não?

F.T. - Isso depois você apaga, mas eles estão aí para isso, para receber honorarias. [risos] Eu estou dizendo a você: o Nero assumiu o ministério, botou como chefe do estado-maior um amigo pessoal seu e do Getúlio, que foi o Alves Seco, numa função que o ajudaria muito a domar aquela oposição de cúpula, de brigadeiros etc. Na primeira oportunidade, o Seco foi para os Estados Unidos ganhar em dólar, largando o Nero e o Getúlio aqui. Quer dizer, isso é muito...

L.H. - Mas o Juscelino também fez isso com o Pena Boto.

F.T. - Ah, fez com o Pena Boto, é? [risos]

L.H. - Porque o Pena Boto, com aquele episódio do *Tamandaré*, com aquela coisa toda, colocou-se muito contra o Juscelino. Mas quando o Juscelino tomou posse, ele promoveu o Pena Boto e nunca mais o Pena Boto disse nada contra ele.

F.T. - É isso mesmo. [risos]

L.H. - Para fecharmos a sessão de hoje, eu queria saber o seguinte: toda essa movimentação de vocês em termos de Clube Militar, de posturas nacionalistas, de defesa de petróleo, isso tudo extravasou, durante aquele período, da própria corporação e foi para a opinião pública, para os jornais, uma série de coisas. Mas além disso vocês tinham contatos propriamente com os políticos? Contatos com políticos do PTB, do PSD? O senhor me falou há pouco que o Eusébio Rocha teria intercedido junto ao Getúlio a respeito da... Vocês tinham contatos na área civil?

F.T. - Não. Contatos políticos, não. Quer dizer, com partidos políticos, na condição de tal, não tínhamos. Agora, tínhamos contato com políticos, por exemplo, o Bernardes era deputado e foi convidado a fazer uma conferência no Clube. O Eusébio Rocha também fez. daqueles que participavam dentro dos partidos, no Congresso, onde fosse, com posições nitidamente nacionalistas, nós nos aproximávamos, convidávamos etc. Daí a aproximação com o Eusébio, a aproximação com o Bernardes. Eu, por exemplo, como disse a você, sou de uma família antibernardista tradicional, do *Correio da Manhã* e tal, mas fiz parte da comissão que convidou o Bernardes para fazer uma conferência no Clube Militar. E ele sabia quem eu era, porque depois um sobrinho dele se casou com uma prima nossa, uma Muniz Freire, ele sabia perfeitamente quem eu era, porque eu me dava inclusive com o filho mais moço dele, não o Arturzinho. Então, respondendo à sua pergunta, não havia uma idéia no Clube Militar - é até bom isso ficar claro - de atuar politicamente no sentido político-partidário. A nós não interessava se era o PTB, se era o PSD, se era até mesmo a UDN, compreendeu? Interessava ampliar o movimento nacionalista nas questões em que o Clube se envolvia, como foi o caso do petróleo, da hiléia amazônica.

L.H. - Eu estou tentando me lembrar o nome de um deputado nacionalista da UDN, que concorreu contra o Juscelino em 50 ao governo de Minas. Gabriel Passos!

F.T. - Gabriel Passos! Gabriel era um com quem tínhamos muito contato, muito contato. Era da Frente Parlamentar Nacionalista também.

L.H. - Depois, exatamente. Porque ele teve uma posição muito atuante nesse sentido nacionalista.

F.T. - Muito, muito atuante o Gabriel Passos. Então é o que eu digo: durante as eleições nós não nos lançávamos em candidatura. No caso do Getúlio ainda foi uma coisa meio imprevista, mas na eleição do Juscelino, por exemplo, nós não éramos juscelinistas de... Mas quando houve o problema da posse do Juscelino, nós nos empenhamos pela posse, nos empenhamos de fato.

L.H. - Com o Movimento Militar Constitucionalista, o MMC?

F.T. - Com o Movimento Militar Constitucionalista, o MMC, e acabamos ganhando. Até ganhamos. Nós, neste caso, é um plural mal-empregado, mas ganhou-se o Lott para a posição, que foi quem decidiu a posse do Juscelino. O Denys... Havia dois oficiais - isso nós abordaremos futuramente no papo -, aqueles irmãos Bittencourt, o Alexínio e o Alberto, que eram umas feras, uns sujeitos... Não tinham nada de ideologia na cabeça, pelo contrário. Até um deles, o Alexínio, depois foi ao Conselho Nacional do Petróleo e teve posições péssimas no Acordo de Roboré. Mas eles era ativíssimos!

L.H. - Parece que foram eles que empurraram o Denys no 11 de Novembro, não é?

F.T. - O Denys, o Zenóbio, eles colavam nesses generais e nos coronéis. Aí ampliou-se muito a luta, mas já dentro da idéia de posse do eleito.

L.H. - Da idéia do movimento legalista?

F.T. - Legalista, democrático legalista. Evidentemente a gente sentia do outro lado... Porque ao contrário, por exemplo, a candidatura de oposição ao Juscelino foi o Juarez; era golpista, era visivelmente da área golpista militar que pregava... Agora nós vamos chegar num ponto em que eu vou mostrar que o Lacerda, quando o Getúlio suicidou-se, pregou o estado de exceção. Ele pregou. Não sei se contei isso anteriormente, mas quando o Getúlio suicidou-se, que houve aquele abalo popular aqui no Rio, que até morreu gente e tal, o Lacerda abrigou-se lá no Galeão, que era um reduto, a "república do Galeão." Eu ainda era o chefe do estado-maior do Galeão e estava ali muito encolhido, porque não se podia fazer nada, [risos] mas observava as coisas. O brigadeiro lá estava empenhado na "república do Galeão." Então o Lacerda foi dormir uma noite no meu gabinete e chamou o Gustavo Borges - nessa ocasião ele ainda não me conhecia bem, mas o Gustavo Borges já me conhecia muito bem. Ele chamou o Gustavo Borges e disse: "O Borges, eu o chamei aqui pelo seguinte: você vai procurar esse pessoal da UDN" - e citou os nomes - "fulano, sicrano, o Eduardo... O Eduardo não, que você não se dá bem com o Eduardo, mas diga aos outros que não pode haver eleição agora em outubro, porque a UDN vai sofrer uma derrota, eles vão explorar esse cadáver e tal..." Quer dizer, já pregando o regime de exceção. Então nós lutávamos por uma... também não era um amor à legalidade, era uma legalidade...

L.H. - Conveniente para vocês.

F.T. - Conveniente para nós e progressista, que realmente permitisse... Talvez o meu defeito nesse tipo de depoimento que estou fazendo seja que hoje eu defendo muito abertamente uma tese para o problema das forças armadas e da democracia, ouviu? O que hoje eu defendo, depois de rever toda a minha experiência nesse período de atuação, é que se as forças armadas não tiverem ampla liberdade de pensamento político - e vou até mais - e ideológico, se elas forem um todo homogêneo,

politicamente falando, ideologicamente falando, a democracia corre riscos seríssimos. Hoje eu faço dessa tese um cavalo de batalha, porque a sociedade civil, que como em 45 está agora em vésperas de ir ao poder, de ordenar um Estado democrático, não sei se amanhã, daqui a dois ou quatro anos, mas está em vésperas disso, não tem consciência desse problema. Ela tem a consciência das forças armadas como um instrumento de solução dos seus conflitos, de usá-las. Os militares intervêm? Intervêm. É errado? É errado. São culpados? Não! Culpada é a sociedade civil que vai buscá-los nas portas dos quartéis e os convida para dar golpes, compreendeu? Então eles intervêm.

L.H. - A sociedade civil precisa tomar vergonha na cara e parar de pedir socorro aos militares.

F.T. - Por exemplo, um homem que eu admiro muito, e vou até falar com ele porque quero colocar... O Fernando Henrique Cardoso deu uma entrevista há uns meses atrás, não sei se ao *Estadão* ou à *Folha*, analisando esse período de transição, disse o seguinte: "O problema da redemocratização do país passa pelas forças armadas. Nós temos que ter um diálogo com o sistema." Não temos que ter diálogo nenhum com o sistema. Por quê diálogo? Na Argentina precisou ter diálogo com o sistema? Não! Caiu. Aqui vai cair da mesma maneira: voltam para os quartéis. Agora, se não tomarmos medidas estruturais com relação ao problema das forças armadas, remodelá-las, fazer a sua regulamentação, desde a Constituição... Este também é um problema de pertinácia, quer dizer, deve-se manter isso com pertinácia.

[FINAL DA FITA 7-A]